CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

NEM LADINO, NEM ZUMBI, NEM PAI JOÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DO NEGRO NA SOCIEDADE DO SEGUNDO REINADO A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE ANDRÉ REBOUÇAS.

Ivan Cerqueira de Oliveira Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicorraciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título em Mestre

Orientadora: Nara Maria Carlos de Santana

Rio de Janeiro
Março de 2021

NEM LADINO, NEM ZUMBI, NEM PAI JOÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DO NEGRO NA SOCIEDADE DO SEGUNDO REINADO A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE ANDRÉ REBOUÇAS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicorraciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título em Mestre

Ivan Cerqueira de Oliveira Silva

Banca Examinadora:

Presidente, Professora Dra. Nara Maria Carlos Santana (CEFET RJ)

Professora Dra. Elisângela de Jesus Santos (CEFET RJ)

Professora Dra. Natália Cruz Reis (UFF)

Professor Dr. Ricardo Augusto dos Santos (FIOCRUZ)

Professor Dr. Wallace Lopez (Laboratório Espaço - IPPUR\UFRJ)

SUPLENTES

Professor Dr. Mário Luiz Souza (CEFET RJ)

Professora Dra. Débora El Jaick de Andrade (UFF/UFRJ)

Rio de Janeiro,
Março de 2021

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

S586 Silva, Ivan Cerqueira de Oliveira
Nem ladino, nem Zumbi, nem Pai João: uma contribuição para o estudo do negro na sociedade do Segundo Reinado a partir da trajetória de André Rebouças / Ivan Cerqueira de Oliveira Silva – 2021.
129f : il. color. , enc.

Dissertação (Mestrado). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2021.
Bibliografia : f. 123-129
Orientadora: Nara Maria Carlos de Santana

1. Rebouças, André Pinto, 1838-1898. 2. Preconceito racial. 3. Relações Raciais. 4. Negros – Brasil – Condições sociais. I. Santana, Nara Maria Carlos de (Orient.). II. Título.

CDD 305.8

Elaborada pelo bibliotecário Leandro Mota de Menezes – CRB/7 nº 5281

DEDICATÓRIA

À Teresinha Cerqueira de Oliveira, *in memorian*.

AGRADECIMENTOS

Alguns privilegiados dominam aquela velha arte de harmonizar belas palavras, fazendo com que juntas sejam capazes de traduzir os sentimentos com fidelidade, e até deixá-los com aspecto mais elevado? Infelizmente não a possuo. Curiosamente a maioria delas fogem quando tento expor algo mais importante como um agradecimento. Apesar disso, em troca, ofereço a essas pessoas toda a sinceridade de minhas simples palavras.

A primeira e mais importante pessoa a quem gostaria de agradecer é a Dona Teresinha Cerqueira de Oliveira, minha avó. Infelizmente não se encontra mais fisicamente entre nós, é memória. A essa mulher, baiana de Feira de Santana, mãe de minha mãe, minha pequena África, sou eternamente grato. Não resta dúvida alguma de que se não fosse sua tenacidade, inteligência, jogo de cintura e mil outros adjetivos minha mãe não teria chegado aonde chegou e eu não estaria escrevendo esses agradecimentos. Obrigado vó!

À minha mãe, Neide Cerqueira de Oliveira, agradeço do fundo do coração por tudo, absolutamente tudo que fez por mim, daquilo que eu soube e daquilo que nunca vou poder saber e mensurar. Ao meu meu maior exemplo, seria necessário um outro volume para poder expor as razões que fazem dela a figura central da minha vida. Obrigado pelo esforço monumental que a senhora empreendeu para me dar acesso ao mundo dos livros, tão escasso na Baixada Fluminense. Agradeço pelos dias intermináveis de bienal, nosso programa inadiável. Graças a você hoje posso abrir essas asas de papel. Obrigado mãe, te amo!

Agradeço ao meu amado e ilustre tricolor, Sr. Ivan Nascimento Silva. Apesar das poucas palavras e do jeito sisudo que a vida lhe imprimiu foi sempre um pai zeloso e um trabalhador incansável, um homem do povo de que me deu a honra de ter o mesmo nome que eu dele. Obrigado meu Pai!

Quero agradecer também a minha tia e madrinha Nair Pereira Duarte por seu amor infinito por todos nós. Sua casa para mim foi sempre um grande refúgio. Os lanches depois das brincadeiras na rua e no quintal são uma parte especial da minha infância. As coberturas que me dava nos primeiros aprontos da adolescência fizeram da senhora a primeira de todas as minhas aliadas. Obrigado por tudo dinda!

Agradeço a sorte de ter o irmão mais sagaz desse universo, que me surpreende a cada dia pela sua capacidade de se reinventar sempre. Tenho certeza de que o limite para

ele não é o limite. Obrigado pela oportunidade de poder conversarmos sobre coisas importante entre minhas pausas na escrita.

Quero agradecer e me desculpar com minhas primas/irmãs Christine e Alanna pela minha ausência tão larga. Vocês são mais que minhas primas, são minhas irmãs. O que sou hoje é devido, e muito, ao amor de vocês. Ao pai delas Jorge Carlos de Souza, melhor tio que alguém pode ter. Devoto de São Jorge e Flamenguista, Graças a Deus! Obrigado por sempre ter uma palavra de apoio para o seu sobrinho.

Aproveito para agradecer ao acaso que, contrariando todas as probabilidades, me colocaram diante de Rachel Barros de Oliveira na madrugada do dia 04 de setembro de 2015 no "vaca atolada". Ela foi a maior e principal incentivadora desta dissertação. Acreditou no potencial das coisas que eu falava de forma solta e aleatória. Me guiou nas agoniais iniciais e finais da escrita do projeto. Foi a portadora da boa notícia da aprovação. Foi o colo e ombro em que me apoiei nos momentos de tristeza, angústia e de descrença pessoal e intelectual. Minha fortaleza nesses tempos difíceis. É a minha principal interlocutora sobre as questões que me afligem intelectualmente, politicamente e uma das minhas fontes de inspiração. Sua generosidade e amor são imensuráveis. Graças a oportunidade que me dá cotidianamente sigo sempre me reinventando. Obrigado meu amor!

Muitas pessoas foram importantes na minha trajetória acadêmica até aqui, mas tenho que mencionar algumas em especial. Primeiramente gostaria de agradecer imensamente ao meu grande amigo Alexander Lima Reis pela sua ajuda ao realizar a leitura de meus primeiros esboços de projeto e dos textos que compuseram este trabalho, pela sua participação fundamental na minha recondução aos trilhos dos estudos históricos, que deixei de lado durante algum tempo. Graças aos nossos diversos debates historiográficos e filosóficos, a veia historiográfica que estava adormecida voltou a pulsar. Eternamente grato meu amigo!

Dedico também algumas linhas para expressar minha gratidão à Fernando Santos de Jesus, uma das primeiras pessoas a ler meu projeto de dissertação, do qual foi leitor rigoroso e ajudou a aparar algumas arestas. Agradeço profundamente também por me apresentar a discussão das relações étnico raciais e por ter contribuído com tantos debates enriquecedores durante nossa graduação do curso de Filosofia da Universidade Estadual

do Rio de Janeiro (UERJ), pelas suas indicações de leituras e até doação de livros. Agradeço profundamente!

Registro também aqui minha gratidão ao amigo Rodrigo Fernandes Morais. Sua participação foi fundamental para a existência dessa dissertação. O "projeto piloto" desta pesquisa surge a partir de uma cooperação nossa para o levantamento sobre personagens negros ligados a história da ciência no Brasil. A partir disso a curiosidade acerca da história de Rebouças só aumentou. Agradeço ainda imensamente pela acolhida e pelas tardes agradáveis de conversa e escrita em nosso escritório improvisado na cozinha. Agradeço também a nossa assistente Mel, que sempre descontraia o ambiente quando não conseguíamos avançar em algumas reflexões e sua esposa Fernanda Cavalcante de Sousa Morais.

Quero externar meu agradecimento também a um microcosmo que existe dentro da UERJ, o Centro Acadêmico de Filosofia Gerd Bornheim (CAFIL/UERJ). Entre 2012 e 2016 o Cafil foi onde parte da considerável de minha graduação se deu. Era um grande centro de debates interdisciplinares. Antes de suas aulas "normais", após ou nos seus intervalos, esse espaço era o lugar para onde afluíam estudantes de todos os cursos para uma grande troca de ideia. Falávamos sobre "decolonialidade" e as epistemologias do sul, "afroperspectivismo", crítica a modernidade, relações étnico-raciais e afins. Foi nesse lugar, e não nas aulas regulares que tive contato com autores diversos como Kapil Raj, Sanjay Subrahmanyam e Frantz Fanon. Minha dissertação deve muito ao Cafil e aos seus membros. Obrigado a todos que passaram por lá.

Agradeço também em especial aos amigos Jhonatas Nunes Malafaia, filósofo e professor de inglês, por me ajudar com o idioma estrangeiro e pelas conversas sobre Henri Bergson. Agradeço a disponibilidade, paciência e amizade. Agradeço também a Luiz Felipe Campos, interlocutor importante com quem pude tratar de questões do cotidiano das relações sociais e raciais no Brasil de hoje e suas relações com o passado.

Agradeço a amizade, ouvidos e corações sempre disponíveis de meu compadre Bruno Salgado e minha comadre Lilian Araújo. E em especial a meu afilhado Carlos Bruno, que com seu sorriso transforma o mundo em algo mais bonito e aceitável, mesmo que por apenas alguns instantes. Sou grato também a Rosália Romão, Natália Romão e Monique Cruz, leitoras e incentivadoras de meu projeto que hoje se concretiza. Sou grato extremamente grato.

Gostaria também de agradecer à Fundação Joaquim Nabuco, Coordenação de Documentação e Pesquisas Históricas (Fundaj - Ministério da Educação) pela ajuda prestada a esta pesquisa através da concessão de alguns volumes digitalizados dos diários de André Rebouças. Estendo este agradecimento ao Arquivo e Biblioteca da Madeira que disponibilizaram as cópias digitalizadas do jornal "Correio do Funchal" e as fotos de acervo do antigo "Hotel Reid's".

Agradeço a imensa paciência de minha orientadora, Nara Maria Carlos Santana, devido as minhas contínuas alterações do texto final e suas infinitas revisões. Obrigado Nara pela sua serenidade, ponderações e os apontamentos sempre precisos sobre detalhes que as vezes passavam desapercebidos para um iniciante.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico Raciais (PPRER), funcionários técnico administrativos e da secretaria, e ao corpo docente e discente por ser o *locus* de um debate teórico fundamental para compreensão das relações sociais brasileiras. Muitíssimo obrigado!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar algumas concepções que orientaram a construção de algumas das narrativas sobre a trajetória do engenheiro André Pinto Rebouças. Rebouças é um personagem histórico muito estudado devido a notoriedade que alcançou em seu tempo tanto pela sua capacidade técnica quanto pelo papel que desempenhou no movimento Abolicionista brasileiro. O recorte temporal deste trabalho abrange um fato ocorrido no período entre os anos de 1866 e 1871. Esses anos correspondem, respectivamente, ao de sua contratação para gerência das obras hidráulicas das Docas da Alfândega e o ano de sua demissão. A causa de sua demissão da gerência das obras tem sido relacionada frequentemente a fatores predominantemente políticos e ideológicos, sendo a hipótese da influência do preconceito de cor evitada ou afastada pela maioria dos autores. Concentramos nossos esforços em analisar essa possibilidade a partir de uma frase após o dia de sua demissão.

Palavras-chave: André Rebouças; Docas da Alfândega; Relações Raciais; Preconceito de cor; Racismo.

ABSTRACT

The present academic work aims to analyze some conceptions that guided the construction of some narratives about the trajectory of the engineer André Pinto Rebouças. Many researchers study André due to the notoriety he achieved in his time, both for his technical capacity and for the role he played in the Brazilian Abolitionist movement. The focus of this research covers a fact that occurred in the period between the years 1866 and 1871. These years correspond, respectively, to the time when he was hired to manage the hydraulic works at the Customs Docks and the year of his demission. The cause of his dismissal from the management of the works has often been related to predominantly political and ideological factors, with the hypothesis of the influence of color prejudice (racism) being avoided or removed by most authors. We concentrated our efforts on analyzing this possibility from a sentence after the day of his resignation.

Keywords: André Rebouças; Customs Docks; Race Relations; Color prejudice; Racism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Fotografia de André Rebouças (1861). 33
Figura 2: Retrato de Antônio Pereira Rebouças. 38
Figura 3: Redenção de Cã, de Modesto Brocos (1895). 40
Figura 4: Escola militar (1856). 43
Figura 5: Alfândega, da Ilha das Cobras (186?). 55
Figura 6: Nova planta da cidade do Rio de Janeiro (1864). [Editado]. 56
Figura 7: Alfândega/Praia dos mineiros (1856). 61
Figura 8: Feitors corrigeant des negres (1835). 69
Figura 9: Marché sur la braia dos mineros [Iconográfico]. 78
Figura 10: Diário de André Rebouças (volume 11). 88
Figura 11: Vista oeste/este do Reid's New Hotel (atual Belmond Reid's Palace), Freguesia de São Martinho, Concelho do Funchal (entre 1891 e 1903). 120
Figura 12: Jornal Correio do Funchal, 09/05/1898. 120
Figura 13: Panorâmica da baía e cidade do Funchal, vista das imediações do Reid´s Palace Hotel (1910) 121

Sumário

Introdução..... 1
Capítulo 1: A explicação da trajetória profissional de André Rebouças. 11
1.1. Interpretações..... 11
1.2. A questão racial em cena: uma breve discussão teórico-metodológica para a análise da trajetória de um homem negro. 23
Capítulo 2: Anos de formação. 36
Introdução. 36
2.1. Família Rebouças: a primeira escola. 37
2.2. André Rebouças e o contexto de sua formação profissional. 42
2.4. O Vale do Paraíba e uma nova cidadania. 47
2.5. A Engenharia oficial, o ethos escravocrata e o engenheiro mulato. 51
Capítulo 3: Um pária na sociedade do segundo reinado: apontamentos sobre o impacto do racismo estrutural na trajetória do primeiro engenheiro negro do Brasil. 59
3.1. Questões para se pensar estruturas raciais e sociabilidade a partir ascensão do homem de cor e os limites de seu trânsito no mundo dos brancos. 62
3.2. Uma pequena digressão: A Constituição de 1824. 64
3.3. Ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais: herança de recusas. 69
3.4. O que é ser um pária? 85
3.5. A persistência de um modelo de segregação. 96
3.6. Retornando à Rebouças. 114
Considerações finais. 116
Referência bibliográficas..... 123

INTRODUÇÃO

André Rebouças é, sem dúvida, um personagem bastante conhecido e estudado no meio acadêmico brasileiro (MATTOS, 2013, p. 14). Contudo, apesar da substantiva produção biográfica e historiográfica que se ocuparam da narrativa de sua trajetória profissional e política, são recentes os trabalhos que se preocuparam em fazer algo além de narrar esses fatos (JUCÁ, 2001, p. 10). Os recentes trabalhos sobre o engenheiro têm se esforçado em reconstruir o cenário macroeconômico do Segundo Reinado, e a partir da perspectiva de um personagem da época, explorar os sentidos das ações políticas e profissionais dos personagens da época. Rebouças aparece como ponto privilegiado de observação, visto que, a partir dos seus diários, produziu um registro ímpar do cotidiano de empresário da época do Império. De acordo com Alexandro Dantas Trindade, um outro grupo de obras biográficas, mais antigas, foram redigidas sem maiores preocupações analíticas com o contexto social no qual esse engenheiro estava inserido, as relações por ele estabelecidas e as implicações desses elementos na sua trajetória de vida, estando mais interessadas em ressaltar virtudes individuais (TRINDADE, 2011, p. 20).

Trindade (2011) aponta pormenorizadamente em seu trabalho essa série de escritos. As obras têm como principais características a exaltação de sua personalidade, da força de sua mente engenhosa e a sua tenacidade moral, resistente frente às dificuldades cotidianas impostas pelos seus adversários, criadas para barrar seus empreendimentos empresariais, dentre elas e o preconceito de cor, termo corrente à época. Segundo o autor, nesses estudos, as intrigas feitas contra André Rebouças são atribuídas a uma suposta inveja profissional (TRINDADE, 2011, p. 20)[1]. Talvez tais estudos, devido ao contexto de sua época, não tenham tido a condição de sustentar teses duras em relação a trajetória de Rebouças. A maioria dos trabalhos foram escritos em uma época na qual a tese de que reinava no país uma suposta integração racial entre negros e brancos. Aventar que um personagem mulato, com tamanha relevância para a história do país tenha tido sua trajetória mudada por conta do peso da hierarquização racial seria uma dor de cabeça

1. Segue a lista das obras apresentadas por Trindade. NEVES, Getúlio das. *André Rebouças*. Em: Revista da Escola Politécnica. Rio de Janeiro, 1898; CORREIA FILHO, Virgílio. "André Rebouças" Em: Revista do Clube de Engenharia, nº40, 1938; OSBORNE, Elza P. "André Rebouças". Em: Revista C.T.C., nº 29, setembro de 1946; BRITO, J.N. "História da Escola Nacional de Engenharia". Em: Revista do Clube de Engenharia, outubro de 1962 a março de 1966; RUIZ, Roberto. André Rebouças: sua vida, sua obra, seus ideais. Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes, 1973; SANTOS, Sydney M. G. dos. André Rebouças e Seu Tempo. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

para a história oficial, um golpe duríssimo contra a ideologia da democracia racial. Deste ponto de vista, torna-se até "compreensível" que para os trabalhos da época o mais importante - e mais interessante - seria de fato o elogio da determinação de Rebouças em superar esses obstáculos, pondo de lado "o preconceito de cor". Pois, como nos disse certa vez Abdias do Nascimento, "em verdade, porém, a camada dominante simplesmente considera qualquer movimento de conscientização afro-brasileira como ameaça ou agressão retaliativa. […] A ele não se permite esclarecer-se e compreender a própria situação no contexto do país" (NASCIMENTO, 1978, p.78). Porém, nos dias de hoje, ainda percebemos movimentos evasivos em alguns textos no que diz respeito a questão racial.

Nas últimas décadas tem se percebido uma crescente renovação de interesse pelas trajetórias de intelectuais. Talvez isso se explique por aquela relação entre a história de vida e a História que Pierre Bourdieu chamou atenção, onde "uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história" (BOURDIEU, 2006, p. 183). Esta percepção do senso comum, que que se atrai pela fragrância da História desses relatos de vida é apontada pelo autor como um dos traços de uma renovação que não negligência mais a capacidade de biografias de contar histórias mais amplas. Esta renovação modificou a forma de se relacionar com a história das trajetórias dos indivíduos. As biografias deixaram de ser uma "ilusão" e passaram a ser peças extremamente importantes para a composição de cenários mais complexos, não ficando mais restritas ao universo de um único personagem. As armadilhas dos estudos de tipo biográfico são inúmeras. O próprio Bourdieu ressalta que, dá parte de quem empreende um esforço autobiográfico, há uma propensão "a tornar-se ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos *significativos* e estabelecendo entre eles conexões para lhe dar coerência" (BOURDIEU, 2006, p. 184 – 185).

Alguns autores recentes acusaram Rebouças justamente de ter feito algo parecido aquilo que foi dito por Bourdieu, mas como ele mesmo alerta, "não podemos nos furtar à questão dos mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a experiência comum da vida como unidade e como totalidade" e também que "o indivíduo, a pessoa, o eu", que fala sobre si mesma e "para o qual nos conduz irresistivelmente uma pulsão narcísica

socialmente reforçada, é também a mais real, em aparência, das realidades […] (BOURDIEU, 2006, p. 185; 190 – 191).

A tendência teórica metodológica que tem orientado as reflexões desta pesquisa relaciona-se profundamente com aquelas apresentadas pela terceira geração dos Annales e com os Estudos Culturais. Uma tendência voltada para a micro história, a microanálise, das quais Jacques Revel e Carlo Ginzburg são os expoentes mais conhecidos. Essa geração surge entre o final da década de sessenta e meados da década de setenta, mais precisamente em 1969, ano em que Andrè Burguière e Jacques Revel assumem a administração da revista *Annales*. Em 1972 quando Fernand Braudel aposenta-se da presidência da VI Seção e Jacques LeGoff a assume, em 1975 transforma a antiga VI Seção em "École des Hautes Études em Sciences Sociales" podemos dizer que a terceira geração estava empossada (BURKE, 2010, p. 90).

Carlo Ginzburg pertence a uma geração de historiadores italianos a qual foi atribuída a criação da microanálise, porém, a década de setenta parece ter sido um período – pelo menos na Europa - de diluição dessas nacionalidades no campo teórico. Os trabalhos destes intelectuais parecem estar em diálogo contínuo. De acordo com Revel a micro história "nasceu […] no decorrer da década de setenta, de um conjunto de questões e proposições formuladas por um pequeno grupo de historiadores italianos envolvidos em empreendimentos comuns". Assim como os estudos culturais e a terceira geração dos "Annales", foram uma "reação, como uma tomada de posição frente a um certo estado da história social, da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos. Ela pode ter, nesse ponto, valor de sintoma historiográfico" (REVEL, 1998. p. 16). Sua principal contribuição teórica foi pensar as escalas das análises historiográficas, buscando se afastar do modelo durkheimiano que influenciou as primeiras gerações dos "Annales". Revel com sua analogia do instrumento teórico enquanto lente foi muito didático ao explicar que essa teoria implica em um jogo de escalas onde "variar a **objetiva** não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama" (REVEL, 1998, p. 20; grifo meu).

Essa pesquisa pretende justamente unir-se a um campo que articula as variações das objetivas, como apontado por Revel, congregando a macro e micro história, apostando na diversificação e no cruzamento de elementos, para que os diferentes níveis capturados por essas lentes possam ser superpostos, tornando perceptível a relação entre

os níveis de análise, possibilitando uma leitura mais complexa da realidade. Como aponta Giovanni Levi, não se trata de "negar as abordagens seriais quantificadas", mas apenas trazer para a análise "os aportes mais ambíguos, porém talvez ainda mais ricos, do depoimento extremo de um personagem em situação de ruptura" (LEVI, 2002, p. 177).

Rebouças, do ponto de vista macro analítico, não representa a realidade da maioria da população. Ele não experienciou a vida do eito como os outros negros escravizados. Não teve que empreender fuga, não foi açoitado. Entretanto, Rebouças está, dentro de sua realidade espacial, experienciando outro limite. Em uma corte escravocrata ele acaba sendo, devido ao seu fenótipo e cor, classificado algumas vezes como "mulato escuro", em uma situação que o coloca entre o cidadão e o escravizado. Os empecilhos que foram levantados contra ele quando ocupava uma posição de visibilidade e destaque social na administração do principal porto do país, relatado por ele, pode ser encarado como uma oportunidade para observarmos como se operavam esses limites da sociedade do Segundo Reinado. Assim, ao se privilegiar a articulação dos diferentes níveis de análise, macro e micro, pretende-se expor como aspectos diversos das relações sociais, como o racismo, manifestam-se de forma especifica a partir de contextos analíticos específicos – macro ou micro –, não fazendo dessas manifestações, a depender do lugar, mais ou menos racistas, mas observando a sua plasticidade. Essa articulação pretende expor aspectos desses limites.

Posto isto, pretende-se, a partir da análise da narrativa sobre a trajetória de Rebouças, identificar quais elementos nos permitem concordar ou não com algumas ideias cristalizadas a respeito de sua relação com as questões raciais e como a historiografia lidou com estas questões, privilegiando trabalhos posteriores as centenário da abolição, devido a importância que esta data tem para a historiografia sobre a escravidão e sobre a vida do negro. Esta pesquisa ocupou-se em apresentar, de forma mais detalhada, alguns aspectos das obras mais recentes sobre a trajetória de Rebouças situados temporalmente próximas ao centenário da Abolição. Os anos oitenta e noventa representaram um marco na produção historiográfica a história social do negro e da escravidão negro. Experimentou-se uma ruptura significativa, em termos historiográficos, com certa tradição que limitava a experiência de vida do negro apenas a lavoura, o que alargou as possibilidades de análise da vida cotidiana dos escravizados, expondo as complexidades da resistência cotidiana ao cativeiro e as diversas estratégias usadas para

sobreviver nas adversidades, expondo o quanto a caracterização do negro escravizado e liberto como seres em anomia social representavam mais uma projeção dos analistas sobre os analisados do que os novos estudos expunham em suas fontes, reveladoras de seres providos de mais capacidade intelectual do que se imaginava[2]. Realizei esta seleção de obras por entender que seria interessante analisar trabalhos realizados após o acúmulo dos debates dessas últimas duas décadas sobre questão racial e o qual o alcance teve na produção historiográfica sobre Rebouças, um dos personagens negros mais icônicos da história do Brasil[3].

Apresento, portanto, argumentos críticos à algumas interpretações recorrentes sobre a trajetória de Rebouças, oriundas de um pequeno, mas relevante conjunto de obras recentes sobre o engenheiro que se insere num contexto em que as questões do campo de discussão das relações raciais já não representam nenhuma novidade. É dada ênfase também ao papel estrutural que a raça e o racismo desempenharam nas relações pessoais e profissionais de Rebouças a partir de uma dessas manifestações, registrada por Rebouças em seu diário pessoal, contribuindo para a ampliação dos horizontes de estudos em relações étnico-raciais.

Inicialmente pretendia-se um estudo mais detido sobre as relações sociais entre Rebouças e seus detratores a partir das falas desses personagens, públicas ou não. Seus discursos são importantes elementos para a tentativa de compreensão dos ajustamentos de uma socialização interracial a partir de formas de segregar. A interlocução de Rebouças com os seus contemporâneos pode constituir um dos caminhos para se alcançar, quem sabe, o sentido das falas encontradas em seu diário, principalmente aquela que deu sentido a este trabalho, redigida no momento imediatamente posterior a sua demissão das obras das Docas da Alfândega.

Nos trabalhos que se dedicaram ao estudo da trajetória de André Rebouças, os personagens que tiveram grande importância para a mudança do rumo de sua trajetória

2 Cf Visões de Liberdade, de Sydney Chalhoub. A obra, entre outras coisas, aborda um episódio onde negros escravizados organizam um motim a um comerciante de escravos, comprovando que esses personagens tinham plena capacidade intelectual de organizar-se. A obra pode ser encarada como uma resposta as narrativas negavam aos negros capacidade de organização. A historiadora Beatriz do Nascimento, no final da década de 70, já criticava os modelos interpretativos da chamada Escola Paulista. Sua contribuição será mencionada no decorrer do trabalho.

3 Vale ressaltar também que a maioria dessas obras têm como base uma abordagem de cunho mais sociológico, mas como estão. Como já foi dito, essas obras possuem características de análise voltada para a história social, campo privilegiado para os estudos das intervenções étnico-raciais, ou seja, uma análise de André Rebouças a partir de uma perspectiva étnico-racial da sociedade brasileira.

como o ministro Zacarias de Góes, o empresário Mariano Procópio e seu grande desafeto, o também engenheiro Agostinho Víctor de Borja Castro, são apenas mencionadas. Um dos objetivos iniciais desta pesquisa era trazer um pouco da história desses sujeitos e o papel que desempenharam na vida pública e como seus interesses e os de Rebouças podem estar relacionados. Porém a pesquisa acabou encaminhando-se para outra direção, tomando feições de uma microanálise sobre um fragmento de texto de seu diário, que pode ajudar a recontar a trajetória de um personagem que, paradoxalmente, sempre esteve ligado e preocupado com as macroestruturas econômicas.

Apesar de sua imagem estar muito vinculada a uma ideia de integração do negro de sucesso na sociedade monárquica, não podemos esquecer que o Brasil no qual Rebouças vivia era dominado política e economicamente pelas oligarquias do Vale do Paraíba. Esta elite fazendeira representava o modelo socioeconômico da classe senhorial e dirigente do país à qual Rebouças lançou muitas de suas críticas. Na obra "Agricultura Nacional, Estudos econômicos, propaganda abolicionista e democrática (1874 – 1883)", escrita após sua demissão das obras da Alfândega, Rebouças discorrerá sobre as relações da produção agrícola com a mão de obra escrava, e falará sobre os problemas referentes ao latifúndio e as consequências nocivas desse modo de produção, eminentemente escravocrata, aos costumes de toda a sociedade brasileira, tributário desse modelo de relações que se espraiou das casas grandes para o conjunto de nossa estrutura social. Ensaiará soluções para um uso mais qualitativo da mão de obra do liberto e de novas relações de propriedade em oposição ao latifúndio, ao qual será um ferrenho crítico. Essa obra foi objeto de um estudo introdutório feito por Joselice Jucá (1995).

O historiador Ilmar Rohloff de Mattos, em seu clássico estudo sobre a construção do Estado Imperial e suas elites, aponta que a construção, consolidação e destinos deste mesmo Estado Imperial brasileiro e de sua classe senhorial dirigente corriam em paralelo ao apogeu econômico do Vale do Paraíba e da modernização, simbolizadas pelo progresso técnico quanto das vias de comunicação (I. R. MATTOS, 1999, p. 54 – 55; 57). Rebouças integrará um dos grupos sociais que se fará mais necessário para a construção – literalmente falando – do Estado Imperial: os engenheiros. Entretanto, apesar do prestígio que a engenharia alcançaria no decorrer da segunda metade do século XIX, devido ao papel cada vez mais estratégico dessa profissão, creio que o ingresso nessa carreira não representou para Rebouças o mesmo nível de prestígio social que para os seus pares.

Na sociedade escravocrata brasileira do Segundo Reinado o prestígio social tinha um papel muito importante, e não podemos esquecer que a lógica socioeconômica de uma economia cafeeira em vez de romper com os antigos modelos coloniais, "recunhou a moeda colonial" e reeditou um modelo de sociabilidade onde o grande plantador dava as cartas. O antigo Senhor de Engenho dera lugar ao Barão de café, tão escravocrata quanto o outro (I. MATTOS, 1999, p. 46). Percebemos assim que o Brasil, durante o período imperial, mesmo que não fosse mais uma monarquia absolutista, mantinha as tradições do período colonial, impregnando as bases do novo Estado.

No momento em que Rebouças iniciou sua formação, o curso em Engenharia Militar representava uma alternativa apenas para jovens de famílias remediadas que buscavam estabilidade num ambiente social ainda "regulado pelo prestígio e privilégio" (CARVALHO, 1998, p.82), o que provavelmente não era garantido para um jovem negro em uma sociedade tradicionalmente racista.

Rebouças é um personagem extremamente complexo e as questões que suscita são aparentemente inesgotáveis. Este trabalho não teve a menor pretensão de criar um sentido para o que Rebouças falou, pensou. Não foi minha ideia defendê-lo ou exaltá-lo. O trabalho também não é uma biografia de Rebouças, ele se constitui apenas em uma humilde contribuição para os estudos de personagens negros, onde busco aportar elementos para a análise de uma experiência de vida tão cheia de atravessamentos, um negro livre em pleno regime escravocrata. E não apenas isso, um negro, livre no período escravocrata fora dos clássicos arquétipos que, por consequência, deram a existência do negro somente três níveis possíveis: o negro ladino, o zumbi e o pai João.

Não consigo enquadrar Rebouças em nenhum destes estereótipos, por isso o "Nem ladino, nem Zumbi, nem pai João" como título deste trabalho. Este trabalho representa uma crítica a está forma de enclausuramento conceitual. A inspiração surgiu a partir da leitura do primeiro capítulo da obra de João José Reis e Eduardo Silva, "Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia". Nesse capítulo, escrito por Eduardo Silva, é apresentada justamente uma crítica a dicotomia permanente entre "Zumbi, de Palmares, a ira sagrada, o treme-terra;" e o "Pai João, a submissão conformada" (REIS; SILVA, 1989, p. 13). Entre estes dois polos o autor ressalta uma terceira possibilidade: o negro ladino. Para Silva (1989) o ladino representaria aquilo que já fora dito por André João de Antonil, que o negro ladino podia ser tanto aquele que havia recém chegado do continente africano, e

"em poucos anos saem ladinos, e expertos, assim para aprenderem a doutrina cristã, como para buscarem modo de passar a vida", ou aqueles que "nasceram no Brasil, ou se criaram desde pequenos em casa dos brancos, afeiçoando-se a seus senhores, dão boa conta de si; e levando bom cativeiro, qualquer deles vale por quatro boçais" (ANTONIL, 1711/1835, p. 31). O autor complementa dizendo que os ladinos "construíram o vigoroso edifício de sincretismos de que somos herdeiros: o sincretismo religioso, linguístico, culinário, musical etc", atribuindo a estes personagens a proeminência de "tudo digerirem e tudo transformarem no objeto novo que será o Brasil" (REIS; SILVA, 1989, p. 13).

A contribuição de Silva e Reis (1989) para a compreensão das dinâmicas sociais a partir de um personagem tão complexo e instigante, que ampliou sobre maneira a compreensão das normas e dinâmicas sociais no mundo dos escravizados, é extremamente importante, mas corre o risco de referendar um novo estigma, um tipo de "ladinismo", gerando a obliteração sobre outros tipos de personagens negros que existiram na história do Brasil e que não obedeciam necessariamente a estes padrões. É como se fora das dinâmicas de ladinos, zumbis e pais-joões não existisse outras formas de ser negro. A professora Hebe Mattos nos diz que, de acordo com o Recenseamento Geral de 1872, a população livre das três maiores províncias do Império era 2.890.154 homens e mulheres e deste total, 41% era descendentes de africanos (MATTOS, 2013, 27). Concentrando-me nos dados referentes a Corte, local onde André Rebouças desenvolveu com maior intensidade os seus relacionamentos sociais e sua experiência de liberdade (sem nunca haver conhecido o cativeiro), podemos perceber que os números anteriores a 1872 também não podem ser desprezados. Em 1840 o número de pretos e pardos livres na capital do Império era de 69.728, sendo este número distribuído entre 28.325 mulheres pardas, 26.163 homens pardos, 8.345 mulheres pretas, 6.886 homens pretos[4]. Entre os brancos temos um total de 122.152 livres, sendo 64.416 homens e 57.736 mulheres. A proporção percentual da população livre da Corte distribuía-se em 64% de brancos livres e de 36% de pretos e pardos livres (BOTELHO, 1998, p. 75). Isso quer dizer que, quase meio século antes da abolição da escravatura, havia uma população considerável de negros livres criando suas estratégias para viver dentro de uma sociedade extremamente hostil em diferentes níveis e de diferentes formas.

[4] Somando-se esse contingente de não-brancos tínhamos uma população indígena vivendo na Corte com um total de 2.590 mulheres e 2.415 homens. Na fonte verificada não se constatou as etnias dos pertencentes ao grupo indígena.

Julgo que as considerações apresentadas, apesar de longas, são necessárias para introdução às minhas intenções, de apresentar um contraponto à algumas posições que afirmam uma vida cheia de privilégios gozada por Rebouças, marcada por um superprestígio que possuía por "ser um aristocrata", de condição socioeconômica elevada. Tais posições podem distorcer nossa visão sobre as especificidades das interações sociais entre brancos e negros durante o Segundo Reinado, criando uma espécie de bruma, que nos impede de enxergar detalhes importantes que demonstram o quanto a condição racial de Rebouças se colocava a frente de sua condição socioeconômica. Como já foi dito, Rebouças, não era oriundo das elites, mas foi educado para nelas transitar. Porém, como veremos mais a frente, a engenharia era destinada a famílias *menos abastadas*, considerada um veículo de ascensão dos representantes justamente dessas camadas dissociadas da aristocracia. A família Rebouças poderia até ter boa condição econômica, mas isso não implica necessariamente prestígio, ainda mais em uma família de "mulatos".

Portanto, a análise feita sobre um pequeno momento da trajetória de André Rebouças privilegia uma leitura atenta das questões referentes a sua descendência negra e os desdobramentos nas suas relações sociais na sociedade brasileira do Segundo Reinado. Com isso, viso atender as demandas do Programa de Relações Étnico-Raciais (PPRER – CEFET/RJ) criado em 2011 com o objetivo de aprofundar teoricamente a temática étnico-racial a partir de diálogos transdisciplinares, realizando abordagens que privilegiem análises e problematizações das questões referentes a raça.

Este trabalho é vinculado a linha de pesquisa "Pensamento e Políticas Públicas: Dimensões Institucionais das Relações Étnico-Raciais" e tangenciará questões referentes a construção da ideia de cidadania, política, estado e colonialismo pelo prisma das relações étnico-raciais no Brasil. Uma parte da trajetória de André Rebouças na relação com uma instituição pública, posteriormente transformada por ele e outros em companhia privada, será o objeto da investigação.

O método de pesquisa se deu a partir do uso dos diários de Rebouças como fontes primárias, e jornais da época e aporte de bibliografia sobre as questões étnico-raciais. Este aporte serviu como instrumento crítico de análise das produções mais recente que, em alguma medida, trataram de forma direta ou indireta a trajetória de Rebouças. Empreendi assim a análise de um evento específico: a sua demissão das obras da Alfândega. Apliquei uma perspectiva sobre essa demissão que enfatiza aspectos de cunho étnico-racial

evitados ou diminuídos em sua importância analítica. Acredito que dessa forma tenha conseguido ampliar o desenho perspectivo da história de Rebouças e do papel desempenhado pelas relações ligadas a raça e etnia, conectando-as com outros fenômenos raciais semelhantes em outros espaços coloniais portugueses. Esse deslocamento e consequente ampliação da perspectiva representam uma parte do método de análise, talvez a mais importante.

Tendo em vista as questões apresentadas acima analisei e comparei leituras que não consideram as questões concernentes as relações raciais como ponto de partida e eixo explicativo da demissão de Rebouças das obras da Alfândega com as considerações feitas nessa pesquisa, que consideram tais relações como fator de relevância estrutural a ser melhor explorado para a explicação do fato. Os trabalhos recentes tendem a uma explicação que privilegia a adesão de Rebouças ao liberalismo como fator de explicação dos desgastes e atritos a que esteve submetido na reta final de sua passagem pelas obras da Alfândega. Essas perspectivas, ligadas a análise em escalas macroeconômicas, tende a ignorar o papel que as pressões das relações sociais – geralmente invisíveis nessa escala – operam dentro de ambientes de poder. A análise crítica do papel que esses *profissionais da memória* têm na organização do passado faz parte desse esforço de pesquisa.

O recorte temporal desse trabalho corresponde ao período que André Rebouças esteve à frente das obras das Docas da Alfândega, mais especificamente os momentos anteriores e imediatamente posteriores a sua demissão das obras da Companhia Docas da Alfândega, em 1871. Privilegiei esse recorte temporal por acreditar que ele conjurou um adensado de acontecimentos que ajudam a explicar a inflexão na vida de Rebouças a partir da década de setenta do século XIX.

Convergem nesse evento três elementos fundamentais para a constituição do Brasil de Rebouças que são os seguintes: a classe senhorial, com seu *ethos* encarnado na figura daqueles que demitiram Rebouças; a produção cafeeira escravocrata e o escravo, encarnadas no *estigma da cor* de Rebouças; e a engenharia, que deveria torná-lo um par entre aqueles homens, o seu *metiê*. Esses elementos representam a paisagem onde essa pesquisa se desenvolve. Cada um traz questões que vão afetar o personagem/objeto dessa pesquisa.

CAPÍTULO 1: A EXPLICAÇÃO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE ANDRÉ REBOUÇAS.

1.1. Interpretações.

O trabalho da historiadora Maria Alice Rezende de Carvalho é uma das grandes referências para o estudo sobre André Rebouças e o seu tempo. De acordo com Carlos Lessa, um "trabalho lapidar" (LESSA, 2001, p. 1). O título de sua obra sugere um estudo articulado entre André Rebouças e o contexto em que viveu. A autora esforça-se em produzir uma reconstrução do contexto histórico social e político brasileiro tendo por base a "narrativa que um autor particular produziu de si, do seu círculo de amizades, da sua problemática profissional, da sua atividade como intelectual, da sua inscrição na cultura do Império" (CARVALHO, 1998, p. 13). Ou seja, a partir do registro das impressões de Rebouças sobre seu tempo é realizada uma tentativa de interpretação da sociedade brasileira do século XIX.

Apesar de deixar claro que Rebouças não é o enfoque principal de sua obra Carvalho apresentará um breve histórico da formação profissional do engenheiro, sobre a história da engenharia e sua função desde o período colonial. Ela também abordará os princípios que constituíram o ideário político de André Rebouças, visto como fortemente tributário de um republicanismo inglês de início do século XVIII, uma vertente liberal bem mais radical que a de seu companheiro abolicionista Joaquim Nabuco.

Como já foi dito, esta pesquisa busca examinar como a historiografia interpretou momentos importantes para a mudança de rumo da trajetória profissional de Rebouças no período em que esteve à frente da administração das obras hidráulicas das Docas da Alfândega, entre os anos de 1866 e 1871. O final de seu ciclo a frente das obras da Alfândega é caracterizado por Carvalho (1998) como o início de um período de transição para Rebouças que compreendem as décadas de setenta e oitenta do século XIX. De acordo com a autora esse período marca a mudança de rumo na vida profissional de Rebouças. Diz ainda que é possível identificar duas modulações distintas em seu discurso nessas duas décadas. O primeiro período seria marcado pelos seus empreendimentos no campo da engenharia, na busca de investidores para fundar companhias, o trabalho de um *self made man*. Nesse período Rebouças encarnava o papel do homem tipicamente liberal do século XIX, um ferrenho defensor e propagandista da iniciativa individual. Se

colocava também como um apóstolo da técnica e da ciência, da racionalidade. Sua figura conjurava as duas vertentes que forjaram o típico homem do século XIX.

Maria Alice Rezende de Carvalho destaca que a mudança da trajetória profissional ocorrida na vida de André Rebouças, de um *self made man* para um reformista sustentou-se em sua crença na força institucional do Estado Monárquico. A autora aponta que essa mudança como uma "transição de seu "yankismo", isto é, da crença na utilidade social do interesse individual, pela defesa de uma via de modernização operada politicamente, pelo Estado centralizado*"* (CARVALHO, 1998, p.130). A mudança de postura e consequente adesão de Rebouças ao reformismo é interpretada também como a emergência de "uma persona bem mais dócil ao contexto" (CARVALHO, 1998, p. 14). Pretende-se neste trabalho levantar argumentos que sustentem que os fatos ocorridos durante o período que ocupara a gerência da obra fazem parte desse grande processo de transição das décadas de setenta e oitenta.

As falas de Rebouças são muito importantes para a tentativa de compreensão dos acontecimentos que orientaram sua transição. As fontes que a autora privilegiou para a reconstrução da narrativa que Rebouças produziu de si, encontram-se divididas em 19 volumes de diários íntimos, que cobrem um período que vai de 27 de maio de 1863 a 31 de dezembro de 1889, além de 9 volumes de correspondência que vão de junho de 1873 a abril de 1898. Esse vasto material escrito foi classificado pela autora como "esforço autobiográfico" (CARVALHO, 1998, p. 14). Maria Alice Rezende de Carvalho ressalta as suas reservas metodológicas em relação ao uso desse tipo de fonte autora impõe a esse tipo de fonte. Segundo Maria Alice Rezende de Carvalho, tais fontes não podem ser tratadas como as fontes tradicionais por possuirem algumas peculiaridades. Segundo Carvalho:

> os autobiografados se situam entre a *mimesis* e a memória, entre a representação e a expressão. Isto significa dizer que as metáforas tornam a vida possível de ser descrita, mas ***não fazem das lembranças descosidas e atemporais de um self uma história necessariamente coerente***. Para que isso ocorra é preciso que o autobiografado recorra às figuras estabelecidas pela linguagem corrente, de modo que, ao convencer os seus leitores, possa ser, ele próprio, convencido. Nesse sentido, a autobiografia nada mais é do que um tenso contrato com a tradição, mediante o qual, vastas visões de mundo tornam aceitáveis os silêncios, as incongruências, as transgressões textuais. Na ausência desse contrato seria impossível a organização de experiências intraduzíveis (CARVALHO, 1998, p. 13; grifo nosso).

Este fragmento apresenta a caracterização da principal fonte primária de estudo sobre a trajetória de Rebouças. Tem-se a impressão, a partir do que foi dito, que os registros escritos por Rebouças, ou qualquer autobiografado, correm o risco de não ter conexão com a realidade, o que acaba por lhes impõe um caráter necessariamente ambíguo, ou seja, a sua *escrita de si* pode ser verdade ou uma falsificação deliberada dos fatos, dependendo dos critérios adotados pelo analista. Mas, quais seriam os critérios para atestar a coerência dos escritos autobiográficos?

De acordo Maria Alice Rezende Carvalho, o campo de estudos sobre autobiografias aponta para dois modelos clássicos de escrita. O primeiro tem um caráter religioso e os textos inspirados nesses modelos "remetem ao texto sagrado e que consagram um *alter ego* inflexível, mediante o qual se medem os passos do autobiografado". Esse tipo de autobiografia tinha como objetivo expor como o biografado se manteve fiel ao modelo de conduta e virtude cristã. Essa forma passaria por um processo de secularização, onde a figura normativa moral desempenhada por Deus seria substituída pelos valores morais da cultura em questão. No segundo modelo apresentado ocorre o movimento de rompimento com essa tradição. As novas biografias seriam caracterizadas pela singularização da experiência de um "eu" – a autora usa o termo *self* –, onde passa a existir uma necessidade de comunicação da jornada moral do indivíduo e, portanto, a produção de um sentido para essa narrativa. Segundo a autora, a escrita de Rebouças sobre si mesmo se dá nesses marcos. O fragmento citado anteriormente contém, junto a essa contextualização de modelo autobiográfico adotado por Rebouças o cerne do método de abordagem das principais fontes autobiográficas de nosso personagem, seus diários e os registros de correspondência. Segundo a autora o diário de Rebouças representa a síntese de dois modelos (CARVALHO, 1998, p. 14).

Entretanto algumas questões manifestam-se a partir dessa conclusão. A primeira delas consiste na caracterização dos registros em diário como autobiografias. Apesar de haver indícios que corroborem com a ideia de Rebouças ter tido a intenção de escrever uma autobiografia a partir dos escritos de seu diário, não parece coerente transformar o volume mencionado acima – 19 volumes de diários pessoais e cartas –, em uma autobiografia. Esta distinção é abordada pela pesquisadora Fernanda Dusse em artigo sobre o escritor Pedro Nava, considerado o maior memorialista brasileiro. Segunda a autora, uma das contribuições de Nava para o campo memorialístico consiste em assumir

que “o relato memorialístico é marcado pelas escolhas do autor” e “é fruto de escolhas conscientes sobre aquilo que se deseja e que *se deve* falar” (DESSA, 2013, p. 371). Tendo por base as contribuições de Philippe Lejeune para o estudo da produção de gêneros literários como a autobiografia e os diários, a autora expõe os elementos que distinguem os dois gêneros. A escrita autobiográfica caracterizasse por ser uma seleção “do que se deseja tornar público [...] visando à leitura”, uma “escrita para o outro” (DUSSE, 2013, 372). Diz o próprio Lejeune que é “para si que se escreve um diário: somos nossos próprios destinatários no futuro”. É uma atividade que tem em vista um cuidado consigo mesmo, uma “versão moderna das “artes da memória”, cultivadas na Antiguidade[5] (LEJEUNE, 2008, p. 261 – 262).

A escrita do diário, portanto, diferencia-se substancialmente de uma escrita autobiográfica, que busca sintetizar um “Eu”. A escrita diária, do presente, não parece se enquadrar na classificação de “lembranças descosidas e atemporais”, estaria mais para um registro, um vestígio que reteria a autenticidade do momento (LEJEUNE, 2008, p. 260). Não quero dizer com isso que o argumento de Carvalho não seja valido, gostaria apenas de chamar a atenção para o fato de que seu argumento pode acabar por desqualificar algumas dimensões do relato de uma experiência vivida. Apontar para estas distinções qualitativas na forma de encarar o diário de Rebouças como um relato pretensamente biográfico, e não como um “disco rígido e memória viva” das experiências de Rebouças serve para modular as possibilidades de leitura sobre este tipo de fonte. Esta questão será importante para o desenvolvimento da reflexão deste trabalho.

Outra contribuição importante e recente para o estudo de André Rebouças é o trabalho de Alexandro Dantas Trindade (2011). O autor apresenta algumas interpretações distintas das formuladas por Carvalho (1998). Para Trindade (2011) a vinculação de Rebouças à monarquia não representaria a emergência de uma persona mãos dócil ao contexto, mas uma estratégia política, a única possibilidade para vencer as barreiras

5 A questão do “cuidado de si” apresentada por Lejeune está inserida nas já tradicionais incursões sobre a história pensamento ocidental, apresentadas por Michel Foucault dentro do conceito mais amplo do “cuidado de si”. A “escrita de si” é uma das “técnicas de si” prevista no “cuidado de si”. Foucault apresenta em “Hermenêutica do sujeito” justamente a genealogia do “cuidado de si” desde a antiguidade. Em “Ditos e escritos: Vol. V”, o autor aborda especificamente o “cuidado de si” a partir das técnicas de “escrita de si” desenvolvidas a partir estoicismo romano do filósofo Sêneca.

contra a modernização, impostas pelo que Rebouças chamava de *Landlordismo,* ou seja, à classe senhorial. Para o autor:

> […] a interpretação de Rezende de Carvalho não pode escurecer a ambiguidade, inscrita nas e pelas redes que Rebouças teceu, em seu empenho de construir formas de associação e de exercício profissional alternativos às instituições tradicionais e, particularmente, ao "espírito de rotina", expressão com a qual designava a "afilhadagem e patronato, que tudo desgraçam, no Brasil!" (Diário, 9-8-1872). (TRINDADE, 2011. p 119)

A partir deste fragmento Trindade (2011) apresenta-nos uma outra possibilidade de interpretação do monarquismo de Rebouças, mais próximo de uma estratégia política, uma espécie de *lobby,* dentro do contexto da sociedade de cortes[6]. Pode-se imaginar que, a partir da tese de Trindade, o monarquismo de Rebouças na década de 80 seria um monarquismo mais de ocasião, onde sua adesão representaria, segundo seu julgamento, a única alternativa viável para implementação de reformas estruturais que o Império necessitava.

A discordância que existe entre estes pontos das interpretações de Trindade (2011) e Carvalho (1998) contribui para um debate mais complexo sobre o sentido das adesões políticas de André Rebouças, demonstrando que o grande embate da vida de André Rebouças foi contra a letargia do espírito escravocrata que moldava a sociedade brasileira de alto a baixo. Um espírito que se modernizara, vestido à moda do XIX, mas que por dentro era ainda toda colonial.

Trindade (2011) entende o contexto do período da transição, do "self made man" para reformista, como momentos que expõe os elementos básicos da luta de André Rebouças pela democracia rural, sua principal bandeira durante sua "fase reformista". Trindade (2011) nos apresenta fragmentos de alguns dos artigos que Rebouças escreveu sobre a questão agrária. Neles, o engenheiro não poupa aqueles a quem atribuía o estado atávico de nossa sociedade, os membros das oligarquias. É possível perceber nessa fase um aumento na intensidade dos argumentos contra o "espírito de rotina" das classes

6 Ver ELIAS, Norbert. **A Sociedade de corte.** Trad. Pedro Süssekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Sociedade de corte é a expressão cunhada por Nobert Elias para designar a formação social com características associadas ao Antigo Regime. É uma característica dessas sociedades a ausência de separação entre interesse pessoal e oficial. Segundo Elias *rivalidades familiares, amizades e inimizades pessoais agiam como fatores normais no tratamento dos assuntos de governo, assim como em todos os outros assuntos oficiais*. (p.27)

dirigentes dos proprietários de terra. O despotismo e o parasitismo dos representantes dessa classe senhorial sempre foram os maiores inimigos e obstáculos da vida de André Rebouças. Trindade (2011) ressalta que não há uma mudança substancial no escopo dos seus temas, mas sim em seu posicionamento, que se afastava, definitivamente, de um espectro conservador, podemos dizer, saquarema[7].

Os agentes dessa classe senhorial, a quem Rebouças endereçava pesadas críticas em seus artigos, foram aqueles que tanto lhe abriram quanto lhe bloquearam o caminho. A forma mais flagrante desses bloqueios aconteceu no final dos anos de 1860 e início dos 1870. Considero-o tão importante quanto o período salientado por Carvalho (1998) e Trindade (2011), que compreende antecede a transição dos anos setenta para oitenta, visto que é nesse período que ele sofreu os piores ataques de sua trajetória profissional. Havia na formulação dos ataques sofridos por Rebouças a menção a um elemento chave das distinções sociais, que serviu de argumento para criar empecilhos não só para a sua ascensão, mas de diversos outros brasileiros que compartilhavam com ele elementos que denunciavam sua origem africana: a cor.

Como já mencionado, Trindade (2011) divide duas categorias de trabalhos sobre Rebouças. As críticas feitas pelo autor aos trabalhos biográficos mais antigos levam em conta o fato de não abordarem os acontecimentos que compõe a trajetória de Rebouças como parte de um fenômeno sistêmico, como parte do resultado de interações sociais as quais o personagem histórico estava exposto. Ao invés disso, há uma contação dos fatos ocorridos, suas supostas causas e consequências, que interpretam tais desavenças como embates de personalidades, sem considerar, por exemplo, a possibilidade de serem resultante de posicionamentos políticos divergentes (TRINDADE, 2011, p. 20).

O grupo mais recente de trabalhos citados por Trindade (2011), possuem uma proposta de leitura com diálogo mais próximo às questões de caráter étnico-racial para compor as suas interpretações sobre a trajetória de André Rebouças. Estão nesse grupo as obras de Leo Spitzer (1980; 1989) e Joselice Jucá (1986; 2001). De acordo com a leitura de Trindade (2011), estes trabalhos representariam, assim como aqueles de caráter mais

7 O termo era a denominação dada aos pertencentes ao grupo político ligado ao partido conservador. Os chefes principais líderes desse partido, senhores de escravos, Joaquim José Rodrigues e Paulino José Soares possuíam grande parentela na região de saquarema. Seus protegidos políticos ligados a esse partido passaram por isso a serem denominados de *saquaremas*. Pela importância nacional da região fluminense e por nela residir a corte o termo ganhou extensão nacional. Cf. MATTOS (1999).

biográfico, tentativas pouco convincentes para explicar a trajetória do engenheiro André Rebouças. Para o autor as interpretações dadas a trajetória de Rebouças pecam por basear-se num caráter reativo de suas atitudes, que se resumiriam a uma resposta que o próprio dera "as manifestações de desapreço, intrigas e racismo que parcelas da elite imperial lhe dirigia" (TRINDADE, 2011, p. 22). As redes políticas que Rebouças teceu no seu entorno seriam apenas uma forma de manifestação reativa e de caráter pessoal às manifestações desfavoráveis que seus adversários lhe dedicavam.

Assim sendo, a leitura que Trindade (2011) das obras de Jucá (1986; 2001) e Spitzer (1980; 1989), assente com a ideia de que as considerações feitas pelos autores sobre o papel desempenhado pelas relações raciais na trajetória de Rebouças representariam uma espécie de equivalência das abordagens biográficas mais antigas, incluindo-se nessas últimas apenas a incorporação da consciência racial nos cálculos de estratégia social impostos pela ideologia do branqueamento, como a escolha de uma posição política que não entrasse em desacordo com o *status quo*, rompendo as barreiras da ascensão social a partir da costura de relações pessoais muito bem pensadas e vantajosas (TRINDADE, 2011, p. 22).

Após as críticas a esse segundo grupo de obras, Trindade (2011) apresenta sua proposta que visa "integrar a formação intelectual, a trajetória profissional e o conjunto da obra como uma etapa necessária a uma sociologia das ideias, ou dos intelectuais que a esboçam*"* (TRINDADE, 2011, p. 24). Essa busca de diferenciação em seu trabalho apontou para algumas questões interessantes. Sustentando-se na abordagem de Florestan Fernandes (1975), buscou integrar o conjunto de fatos que constituem a carreira de André Rebouças dentro do fenômeno estrutural da revolução burguesa. De acordo com o autor seu

> [...] texto procura, portanto, circunscrever a trajetória de Rebouças nos quadros de uma sociedade estamental em transição. Isto é, percebê-lo como agente empenhado na modernização econômica e material dessa sociedade escravocrata e senhorial e que pagou um preço, ***talvez*** amargo demais, por suas expectativas afinal frustradas pela incompletude dessa mesma "revolução burguesa". (TRINDADE, 2011, p. 24; grifo meu)

Entendo, porém, que, mais do que negar as questões de caráter macro-estrutural envolvidos, os autores do segundo grupo tencionavam investir numa análise que tivesse como eixo a *psyque* de um personagem inserido nessa mesma "sociedade estamental em

transição", e que diferentemente de seus "pares" bem estabelecidos na corte, possuia uma interação social marcada pelos seus caracteres étnico-raciais. Quando Trindade (2011) menciona criticamente a escolha de abordagem a partir da dimensão racial reduzindo-a a um problema de personalidade, deixa-se entrever uma lacuna por onde este trabalho pretende caminhar.

Ao verificar as referências que Trindade usa para produzir seu trabalho, percebe-se que a problematização do impacto da questão racial na trajetória de Rebouças não está em seu horizonte, o que o autor confirma ainda nas primeiras páginas do primeiro capítulo dizendo que "***se é verdade*** que o hibridismo racial e cultural de Rebouças influenciou sua tomada de posição futura, eis uma questão que não pretendo analisar, e que foge a meus propósitos" (TRINDADE, 2011, p. 50).

Este fragmento gera algumas questões. Será que podemos abrir mão, ao analisar a trajetória de um personagem negro, dentro de uma sociedade escravocrata, de fazer uma incursão no campo dessas relações raciais? Talvez a falta de contato com o debate racial tenha levado o autor, involuntariamente, a desprezar os argumentos como um todo e a classificar as questões postas erroneamente apenas como problemas vinculados a personalidade do engenheiro.

Esta crítica não visa a desqualificação da obra do autor, que levanta hipóteses muito interessantes sobre a fase das reformas que André Rebouças tentou realizar durante o período. Os pequenos apontamentos desta pesquisa visam apenas expor a necessidade de incluirmos as reflexões sobre as relações raciais no seu lugar devido, no centro das análises históricas, pois há assim uma ampliação das possibilidades interpretativas.

De forma geral, os trabalhos de Carvalho (1998) e Trindade (2011) guardam algumas semelhanças. Ambos têm como objetivo uma análise mais de fundo da sociedade Oitocentista, suas dinâmicas políticas, a análise de seus rumos, e como Rebouças se relaciona dentro delas. Nestes trabalhos, André Rebouças aparece como um prisma privilegiado a partir do qual os autores se debruçam para reconstituir o passado.

Algumas das obras do segundo bloco citadas por Trindade (2011) foram objetos de uma breve análise. Os trabalhos de Joselice Jucá (2001) e de Léo Spitzer (2001 representam uma linha interpretativa da trajetória de André Rebouças e de sua família – no caso de Spitzer (2001) - que se destaca por expor as questões raciais como elemento-chave para a explicação da estruturação e da trajetória da família Rebouças.

Spitzer (2001) discute em seu livro a assimilação cultural em três contextos geográficos diferentes, destinando dois capítulos para tratar da família Rebouças. As questões das estratégias adotadas por essa família mestiça frente a ideologia do branqueamento são a tônica do trabalho. Um trecho em específico, que trata de Antônio Rebouças, pai de André, demonstra algo que julgo fundamental para compreender as questões referentes ao ajustamento racial e social do mestiço-mulato na sociedade escravocrata brasileira.

> Tão bem-sucedido foi Antônio Pereira Rebouças, tão regular sua ascensão social e tão segura, aparentemente, sua posição na elite governante do país, que o fato de ele ser mulato numa terra dominada por brancos talvez pareça irrelevante para sua história de vida. Contudo, essa interpretação seria um erro. Ele viveu – e morreu – numa sociedade escravocrata com uma longa tradição de preconceito de cor. E essa realidade não podia e não pôde escapar-lhe pessoalmente. (SPITZER, 2001, p. 139)

Este fragmento sobre a trajetória do pai poderia ser usado também para se referir a trajetória do filho. Por vezes a leitura dos textos de Carvalho (1998) e Trindade (2011), ao menosprezarem a questão racial, dão a impressão de que o fato de André Rebouças ser mulato numa terra dominada por brancos talvez pareça irrelevante para sua trajetória. Há, portanto, uma óbvia necessidade de se levar em conta as relações raciais como pano de fundo da análise histórica.

Os ataques de cunho racista sofridos por André Rebouças e seu irmão Antônio a época das obras de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro e o seu relato de seu estado de espírito após a demissão das obras Companhia Docas da Alfândega, que ajudou a transformar em companhia privada em 1871, não são desconhecidos dos historiadores. Ambos e parecem estar estruturalmente relacionados e nos dão testemunho de que as questões relacionadas a classificação racial rivalizavam e talvez até se sobrepusessem em relação a identidade cultural, adquirida no período de formação e na relação com os grupos letrados de mesmo extrato social. Embora a formação educacional e moral-religiosa lhe garantisse o domínio dos códigos sociais da época, facilitando seu trânsito nos salões da Corte, isto não sublimava sua cor e o estigma que está o imputava. Os fatos que serão apresentados nesta pesquisa expõem uma questão importante acerca da condição do negro numa sociedade escravocrata. Apesar de uma posição social bem estabelecida e mesmo não sendo um negro escravizado, Rebouças, assim como os negros

escravizados, tinha que lidar com os efeitos das fronteiras sociais estabelecidas pelas relações sociais fundadas a partir da escravidão.

O trabalho de Joselice Jucá (2001), contribui também para o debate acerca das fases da vida de Rebouças. De acordo com Jucá (2001) Rebouças passou por duas fases entre a década de 60 e 80 do século XIX. Entre 1860 e 1870 ele teria transitado da posição de empresário para a de Abolicionista para só depois se tornar num reformador social (JUCÁ, 2001, p. 11). Para a autora um dos fatores que "teria contribuído para aplainar os caminhos de Rebouças em direção ao abolicionismo e às reformas sociais foi o preconceito de cor" (JUCÁ, 2001, p. 54).

Outra questão levantada por Jucá (2001) em seu trabalho foi o da invisibilidade das reflexões de Rebouças sobre a sociedade brasileira e de seus projetos, classificando-o como um pensador das questões sociais do Brasil. Segundo a autora Rebouças foi uma das figuras mais importantes do movimento abolicionista, pertencia a uma ala de reformadores que tinham como agenda política a reforma agrária, mas que por "motivos obscuros" parte dos historiadores brasileiros tenderam a ignorar essa ala e o protagonismo do próprio Rebouças (JUCÁ, 2001, p. 9).

Entretanto, apesar de Jucá (2001) sugerir que o racismo tenha sido o motivo obscuro que levou tanto os contemporâneos de Rebouças como os historiadores de nosso tempo a invisibilizar suas ideias, fica-se com a sensação de que a questão racial não tem o peso e a centralidade sugerida pela própria autora em seu trabalho. Uma espécie de jogo de sombras com o discurso, onde se evita dizer que o racismo é estruturante na nossa sociedade. De acordo com a autora:

> Não parece de todo improcedente admitir-se como possível que a sua origem negra também tenha contribuído, ***em certa medida***, para que a sua figura tenha sido relegada a um plano secundário ou considerada irrelevante como pensador social, não apenas por seus contemporâneos, mas pela própria história.
> Embora esses aspectos de ***ordem pessoal*** tenham contribuído para conduzir Rebouças em direção ao Abolicionismo e à reforma agrária, um outro fator, ***certamente mais plausível e determinante, deve ser considerado***: os seus interesses pessoais de homem de negócios e de investidor, conformados dentro de uma mentalidade capitalista que perdura ao longo do tempo e que define o modelo de suas reforma agrária para o Brasil do século XIX. (JUCÁ, 2001, p. 54; grifo nosso)

Percebe-se neste fragmento que o racismo, com toda a cautela, acaba relegado ao plano das relações interpessoais, bloqueando a possibilidade explicativa do fator racial

enquanto elemento estrutural. Em contrapartida o que deve ser considerado "certamente mais plausível e determinante*"* são as ideias capitalistas que Rebouças possuía. O fato de Rebouças ser um homem de cor, numa sociedade hierarquizada pelo fenótipo e da cor da pele, não é plausível o suficiente para explicar sua demissão.

A historiadora Andréa Santos Pessanha (2005) noz diz que "a trajetória de vida de Rebouças vinculou-se a seu projeto social para o Brasil do Oitocentos" (PESSANHA, 2005, p. 16). De acordo com Pessanha (2005), para entender como se deu a relação entre Rebouças e a sociedade de seu tempo é preciso fazer uma abordagem ampla. Para tal a autora estabelece três pilares que serviram de base de análise das interações sociais; suas relações pessoais, sua formação escolar e as ideias que teve contato. Como base nessas concepções sociológicas de Bourdieu para uma sociologia reflexiva é possível entender a ação e o pensamento de um indivíduo a partir de um plano de fundo montado a partir das múltiplas interações sociais (PESSANHA, 2005, p. 19 – 20).

As relações pessoais, o primeiro desses pilares, são o *locus* desta pesquisa. É dentro desse microcosmo que se desenvolve um intenso jogo de relações e trocas baseadas nos estereótipos, em especial aqueles que põe em relevo aspectos raciais. Apesar de contribuir com um ponto de vista que privilegie uma perspectiva sociologicamente multifacetada para a compreensão do pensamento social Rebouças, como nos outros trabalhos a questões racial é apenas identificada e comentada no trabalho de Pessanha (2005), mas o papel desempenhado por ela na trajetória de Rebouças não é evocado. Em contrapartida algumas concepções sobre a cor são consideradas. Ao falar sobre a classificação social baseada na cor, Pessanha (2005), tomando por base o que Hebe Mattos (2013) disse a respeito da cor, declara que "a inexistência do registro de cor, [...] antes de implicar uma tentativa de embranquecimento, era um símbolo de liberdade, de cidadania na sociedade imperial*"* (PESSANHA, 2005, p. 46).

A autora usa os argumentos de Mattos (2013) para endossar seu ponto de vista. Pessanha (2005) diz que "por mais escura que fosse a pele de Rebouças, ele não seria tratado por negro ou preto*"* e "ele se via e era visto pelos seus contemporâneos como mulato, mesmo com "todas as prevenções" ou "malditos preconceitos de cor" que tinha de enfrentar" (PESSANHA, 2005, p. 47). Apesar da autora se utilizar da própria fala de Rebouças para atestar a sua consciência de africanidade, ela afirma que sua condição sócio racial de mulato garante, por si só, uma diferenciação na forma de tratamento

dispensada a ele, lido como mulato, em comparação a um negro cativo. Creio que o que Pessanha (2005) pretendeu expor a partir do que é apresentado por Mattos (2013), foi que o sentido que a palavra o negro assumiu não se adequava a condição social de Rebouças, sendo negro o paralelo de uma condição social não pretendida nem por nenhum negro naquela época, mesmo ele sendo fenotipicamente africano. Porém, esta diferenciação ressaltada na forma de tratamento destinada ao mulato, dá a entender que este sujeito, por ser mestiço, sofria uma forma de preconceito mais branda do que o africano escravizado. Esta classificação das diferenciações presentes nos argumentos da professora é comum e até configuram uma regra ao abordar personagens mulatos. O tipo ideal de mulato ou mestiço difundido tanto pela literatura quanto por alguns clássicos das ciências sociais prefigura um indivíduo distanciado dos traços negroides, o que não é o caso de Rebouças[8]. Seus argumentos acabam contribuindo para um tipo de noção generalizante sobre o mulato.

O trabalho de Antônio Carlos Higino da Silva (2018) relembra algumas questões importantes como por exemplo o atrito que Rebouças teve com a gente importante de seu tempo no período das obras de abastecimento de água da cidade. "Vale lembrar que o Conde de Bomfim era um dos homens mais ricos do Rio de Janeiro e que Rebouças havia tido problemas com ele em 1870 por fazer parte da Comissão Especial contra a seca*"* (SILVA, 2018, p. 19 – 20). No entanto, apesar de alguns eventos fundamentais para a reflexão deste trabalho, o autor apenas comenta sobre os ataques de cunho racistas sofrido por Rebouças sem ao menos indicar se considera o papel desempenhado pelas relações raciais nas explicações da trajetória de André Rebouças[9]. Porém é uma contribuição importante para a abordagem da história de Rebouças a partir dos personagens importantes que foram seus interlocutores e para uma compreensão do espaço urbano onde as contendas entre Rebouças com essas figuras importantes da política – algumas delas ligadas a Engenharia oficial – se deram. O trabalho do autor tem como ponto de partida que "a construção do espaço urbano ao final do Segundo Reinado" significava "um desafio que não se restringia a sua materialidade, mas também aos seus aspectos políticos, sociais e econômicos suscitando intensas disputas entre os contendores (SILVA, 2018, p. 8). Em seu texto (SILVA, 2018) centra-se mais no aspecto político analisando as

[8] Cf figura 1.

[9] É preciso notar que o artigo de Antônio Carlos Higino da Silva é uma amostra de algumas questões resultantes das reflexões desenvolvidas em sua pesquisa.

mudanças na forma como Rebouças transformou sua atuação de engenheiro, de um perfil mais empresarial para o de uma engenharia social mais ampla devido a conjuntura criada pelos interesses envolvidos (SILVA, 2018, p. 9).

Silva (2018) nos apresenta mais um fato importante, ele relata, pois, que "uma nova lei para as docas foi proposta em 1867 e promulgada em 1869" (SILVA, 2018, p. 15). Foi o próprio Rebouças que propôs essa lei de nº 1.746, de 13 de outubro de 1869 (LAMARÃO, 2006, p. 66). Essa lei entrou em conflito com os interesses de grupos ligados ao transporte de mercadoria por saveiros e os donos de trapiches. Nas exposições de Silva (2018), no entanto, atem-se apenas aos aspectos políticos dos atritos gerados por essa e outras ações políticas de Rebouças.

De modo geral a tônica da maioria dos trabalhos citados adota um modelo explicativo que não nega a existência do racismo na vida de Rebouças, mas nega a própria possibilidade de que ele tenha desempenhado um papel decisivo nos rumos da trajetória profissional e política de Rebouças. Tal modelo, independentemente de sua intenção acaba ressoando como uma negação do papel do racismo e a sua capacidade de organizar a sociedade escravista em função da cor, transformando o caso de Rebouças em uma formidável antinomia. Rebouças, era ao mesmo tempo vítima de racismo e não tinha sua carreira prejudicada por ele. Esta fórmula discursiva assemelha-se muito com aquela vinculada a ideia de que o preconceito no Brasil é social, vinculado a situação econômica e não racial a discriminação pela cor. Essa fórmula se repete na maioria das obras analisadas. Creio que este trabalho possa ser uma contribuição para reforçar a mudança de perspectiva dessa questão.

1.2. A questão racial em cena: uma breve discussão teórico-metodológica para a análise da trajetória de um homem negro.

Maria Alice Rezende de Carvalho (1998) afirma que Rebouças, apesar da consciência de sua "condição de mulato", não atribuía a tal ato de discriminação o motivo de impedimentos que seus empreendimentos foram alvos. Segundo a autora, para o engenheiro o principal motivo teria sido "o atraso feudal a que nos teriam condenado as oligarquias de origem portuguesa, católica e escolástica" (CARVALHO, 1998, p. 64). Para o engenheiro, segundo a autora, a mentalidade oriunda de grupos políticos é que

seriam as causadoras das perseguições que sofria. Entretanto, logo na sequência de seus argumentos, Carvalho (1998) aciona Alfredo Taunay como portador de uma consciência da "expressão racial que assumiu a oposição a Rebouças ao longo da década de 1870", como se Rebouças, por não mencionar essas questões de forma "explícita" em seu diário, não desse a tais causas a devida importância. No entanto para Taunay, branco, oriundo de uma família francesa, o peso da condição racial de André Rebouças seria relevante (CARVALHO, 1998, p. 65). Temos aqui uma questão que se articula com o tema desta pesquisa, a consciência do sujeito, vítima da estigmatização racial, diante das dinâmicas que o racismo impõe.

O tema sobre da "consciência racial" de André Rebouças tem sido abordado de forma mais detida por Hebe Mattos (2013, 2018) a partir dos registros de suas correspondências no período de seu autoexílio. A hipótese levantada pela autora a partir das análises desses documentos é a de que a consciência racial de Rebouças teria se forjado, ou se manifestado de forma mais intenção no contexto do pós-abolição a partir da interação com dinâmicas raciais fora do Brasil (MATTOS, 2013b, p. 14). Com a emancipação dos negros e o exílio da família real para Europa, após o golpe republicano, André passa uma temporada na Europa. Nesse seu autoexílio surge a vontade de conhecer a África e pela primeira vez de forma explicita André assume sua identidade africana e de certa forma se desencanta com os ideais liberais ao perceber que na África a postura dos colonizadores era amplamente ostensiva ao bem-estar da população Africana. Entretanto, creio que atribuir uma conscientização racial de Rebouças a partir de uma experiência externa seria concordar, indiretamente, com um raciocínio que declara o racismo brasileiro, como mais brando, visto que um negro brasileiro só passaria a ter consciência de sua condição racial fora do Brasil.

André Rebouças foi um personagem que viveu no limite entre dois mundos. Apesar de sua formação educacional esmerada, nos mesmos moldes das classes médias da época, sabemos que um fato era determinante em sua vida social e profissional: ser um homem de cor. Se por um lado a inteligência e o nível cultural de Rebouças despertavam a admiração dos que com ele tinham contato, distinguindo-o entre os alunos da Escola Militar, sendo considerado por seu amigo Taunay *primus inter pares* de uma turma afamada (TAUNAY, 1916, p. 115), e mesmo tendo a oportunidade de frequentar os salões

da alta sociedade, sua condição de homem de cor, mulato, sempre fizera com que a realidade do mundo em que vivia se mostrasse de forma nua e crua.

Entre 1872 e 1873 Rebouças realizou uma viagem até os Estados Unidos e durante sua passagem pelo país foi vítima de uma série de casos de segregação racial. Foi impedido de frequentar espaços comuns de hotéis e importunado por donos de estabelecimentos hostis a sua presença. Esses fatos têm sido usados para corroborar com a tese de que nessa sua passagem pelos Estados Unidos Rebouças teria sofrido "na pele a experiência da segregação racial" (MATTOS, 2013, p. 17).

Maria Alice Rezende de Carvalho (1998) nos diz que a viagem de Rebouças foi uma estratégia usada pelo engenheiro para evitar um ambiente que se tornará insustentável desde a sua demissão das obras das Docas da Alfândega e as subsequentes sabotagens ao empreendimento das Docas Dom Pedro II. Foi um momento conturbado de sua vida profissional e nesse contexto sua viagem seria a "única alternativa que lhe cabia para, em parte, fugir do constrangimento que decorreria das rodadas de negociação entre ele […] e os responsáveis por sua demissão" (CARVALHO, 1998, p 115). Como já foi dito, há indícios que o racismo desempenhou um papel de legitimação de sua demissão, aja vista os ataques racistas que sofreu nos jornais durante o período que esteve à frente das obras, sinal de franca hostilidade.

Porém, o juízo emitido por Léo Spitzer (2001) sobre esse caso chama a atenção. Apesar das questões atinentes as relações raciais terem centralidade em sua obra o autor foi taxativo "foi muito maior o preconceito com que André Rebouças se deparou nos Estados Unidos" e que Rebouças não percebeu a gravidade dessas questões, "no momento que elas ocorreram, como suficientes marcantes para negar a validade da visão do mundo na qual foi criado" (SPITZER, 2001, p. 168).

De acordo com Maria Alice Rezende de Carvalho (1998) os episódios de racismo registrados por André Rebouças em seus diários, devido a sua "raridade" não seriam suficientes para explicar seu fracasso profissional, levam-me a concordar com Trindade (2011) em sua crítica ao dizer que tal argumento não é suficiente para atribuir pouca influência dessa questão na explicação de sua trajetória (TRINDADE, 2011, p. 43).

Por outro lado, alguns autores apontam para questões relacionadas ao impacto do racismo na personalidade de Rebouças. Para Sydney Santos (1985), o racismo sofrido por André Rebouças serve como subsídio para entender um traço característico que marcaria

sua a vida pública: as controvérsias. Para Santos (1985) a "impressão que se tem é de que uma série de recalques se acumularam e adensaram na mente, explodindo mais tarde em diatribes e agressões incontidas" (SANTOS, 1985, p.19). Edmundo Santos Carvalho também não poupou Rebouças de seu divã. De acordo com este autor os escritos de Rebouças "sugerem inequívocos traços de paranoia" (COELHO, 1999, p. 198).

Apesar de "estigmatizante", as opiniões de Santos (1985) e de Coelho (1999) apresentam possibilidades para se interpretar o tom de das falas de Rebouças como um indício dos impactos da estratificação social da sociedade imperial, que tinha o elemento étnico como pilar de sustentação, em um sujeito na condição de mulato. Parto do pressuposto de que a análise social de qualquer sociedade escravocrata tem de, necessariamente, levar em consideração a "racialização" sofrida pelos seus atores – brancos e negros, elemento central para a explicação de qualquer trajetória do período, principalmente a de um homem de cor como André Rebouças, que circulou pelos salões das elites, experimentou a ascensão social proporcionada por uma profissão fundamental para a estruturação do Império, mas nunca deixou ser um elemento estranho aquela ordem social.

Na historiografia a raça e o racismo, enquanto elemento explicativo de hierarquias e determinações sociais, sempre teve maior incidências nas análises sobre a vida dos cativos. Os negros livres, principalmente os enquadrados nas categorias de mulatos ou mestiços são, geralmente, vistos como figuras da mobilidade social, integrados e, portanto, a terem suas trajetórias explicadas a partir do papel desempenhado pelo racismo[10].

Para percebermos a profundidade das questões acerca das interações raciais no Brasil usamos aqui o exemplo do movimento abolicionista. A forma como um dos seus mais celebrados líderes se refere a questão racial é uma argumento eloquente contra a ideia de que a segregação que Rebouças experimentou fora do Brasil seria maior do que a que vivia aqui.

Ser antiescravista ou abolicionista não redundava em uma postura integracionista do negro na sociedade. Mesmo aqueles que aderiram ao campo mais liberal antiescravista, eram atravessados pelos costumes da sociedade escravocrata. Célia Maria Marinho de Azevedo (2001) em sua crítica afiada a memória histórica de Joaquim Nabuco – mais

[10] As reflexões acerca da categoria social do mulato são abordadas no capítulo 3.

àqueles que se propõe a conservar seu legado intelectual – ressalta, em fragmentos evitados pela historiografia tradicional, que o Nabuco tão comemorado até os dias de hoje é o mesmo que diz que, por conta da escravidão "os vicios do sangue Africano acabavam por entrar na circulação geral do paiz" (NABUCO, 1883 apud AZEVEDO, 2001, p. 91). A autora seleciona alguns trechos da obra de Nabuco onde ele claramente comunga das ideias em voga, de um racismo científico que dera entrada no Brasil a partir das décadas de 70 do século XIX como destacou Angela Alonso (2002, p. 22).

Um dos anseios presentes nos discursos dos partidários do abolicionismo era a remoção, com o fim da escravidão, dos elementos que estariam retardando o progresso do país. Nabuco diz em um de seus escritos que a "africanização do Brasil pela escravidão é uma nódoa que a mãe-pátria imprimiu na sua própria face, na sua língua [...]" (NABUCO, 2000, p. 99). Ele diz ainda que "muitas das influências da escravidão podem ser atribuídas à raça negra, ao seu desenvolvimento mental atrasado, aos seus instintos bárbaros ainda, às suas superstições grosseiras" (NABUCO, 2000, p. 101). Célia Marinho de Azevedo (2001) nos diz que:

> precisamos ultrapassar a tradicional celebração historiográfica em torno de Nabuco, cujas palavras passam por uma descrição isenta e verdadeira da sociedade brasileira do século XIX; com exceção, é claro, daquelas que devem ser suprimidas por se constituírem em incômodas escorregadelas racistas (AZEVEDO, 2001, p. 95).

Na fala de alguns de seus representantes mais progressistas, o negro era o repositório de atavismos, portanto, ele encarnaria as mazelas da sociedade escravista, mais até do que aqueles que foram os responsáveis por implementá-la como o eixo fundador de nossa sociedade: o branco. Recaiu sobre o negro o papel de algoz de sua própria condição socioeconômica. Não é preciso muito esforço para se chegar a essa conclusão, inclusive o racismo científico irá acomodar-se sobre essa ideia.

Não se trata aqui de uma desqualificação do movimento abolicionista a partir da fala de uma de suas figuras centrais, mas apenas apontamentos que demostram o quanto a questão envolvendo a raça teve papel fundamental nas relações sociais da época. Se Nabuco, que estava sempre em diálogo com Rebouças, chegando a considerá-lo a o articulador principal do movimento abolicionista tinha e publicizava essas ideias sobre os africanos e seus descendentes, o que pensariam os seus adversários?

O vocabulário empregado por Nabuco ao caracterizar as influências culturais africana na formação da sociedade brasileira mostra-se fortemente influenciado pelas ideias racistas de seu tempo. Não pretendo com isso incorrer no anacronismo de expor essas questões como o julgamento de um personagem do passado, busco apenas, a partir do conteúdo do discurso de Nabuco, expor o teor das relações raciais no Brasil da época de Rebouças. O discurso de Nabuco revela, de forma explicita, a mentalidade racialmente hierarquizada daquele que foi considerado o "patrono da raça negra" (SILVA, 2000, p. XI). Essas e algumas outras evidências expostas no decorrer deste trabalho nos levam a crer que Rebouças, mesmo que nunca tenha exposto de forma explícita, sempre sentiu na pele a segregação racial.

Como dito anteriormente, André foi educado dentro dos padrões culturais das classes letradas de seu tempo. A ideia de superioridade civilizacional cristã está presente em seus discursos assim como de outros. Porém, ele acreditava que o negro tinha capacidade como qualquer outro em adquirir os códigos da "civilização". O negro, segundo sua visão, guardava ainda potenciais inexplorados. Dizia Rebouças que: "Por mais que se obstinem os refratários há no escravo um homem capaz de direitos e obrigações; apto para o progresso e para a civilização" (REBOUÇAS, 1884 apud PESSANHA, 2005; grifo nosso). A crença de que há no escravo um homem coadunava-se com suas críticas ao ethos sociedade escravocrata, a verdadeira nódoa de nossa sociedade. Citando Jean Baptiste Say diz Rebouças que "o trabalho não pode ser honrado no mesmo lugar em que é considerado infamante. Nos senhores a inatividade do corpo; com o chicote na mão fica o senhor evidentemente dispensado do trabalho de raciocinar! (SAY apud REBOUÇAS, 1883, p. 173).

A história da escravidão negra tem muitos paradoxos a serem explorados ainda. Está pesquisa está buscando identificar as formas peculiares de manifestação do racismo em ambientes e esferas que não faziam parte da análise da história social do negro, como os grupos em ascensão social, que incluem os libertos, artesãos negros, e negros livres, homens entre a escravidão e a liberdade. A historiografia brasileira durante algum tempo ocupou-se em analisar o negro sobre um único paradigma, por vezes limitador e simplificador. A historiadora Beatriz Nascimento (2006), em artigo intitulado "Por uma história do homem negro", publicado em 1974, levanta a seguinte questão: "como escrever a História sem se deixar escravizar pela abordagem da mesma,

fragmentariamente?" (NASCIMENTO, 2006, p. 93). A reflexão da autora tem em vista exatamente o negro que, enquanto sujeito histórico, é limitado por interpretações que restringem sua existência a relação direta com o cativeiro. No artigo citado, o alvo das críticas da historiadora foi o clássico trabalho de Florestan Fernandes, "A integração do negro na sociedade de classes", publicado pela primeira vez em 1964. De acordo com Nascimento (2006), um dos problemas da obra é o de perceber a história do negro a partir de uma única *perspectiva social.*

Como descreve Frantz Fanon (2008) no quinto capítulo de seu livro, o racismo é uma coisa só, a fixação de uma ideia sobre o ser negro, a "estigmatização" de determinado grupo por outro, sendo seus carácteres físicos, distintos dos do grupo social dominante, que determinaria a "ontologia" do ser negro, sobredeterminada pelo exterior. De acordo com o autor o negro era refém de sua própria aparição (FANON, 2008, p. 108). A escala de análise empreendida por Fanon possibilita a observação da experiência vivida pelo negro, revelando a sofisticação das estruturas racistas que estabelecem o colonialismo. A dinâmica revelada pelas observações de Fanon (2008) dizem respeito ao colonialismo de maneira geral. As estruturas do racismo no Brasil, como não poderia deixar de ser, correspondem a dinâmicas semelhantes. Será que a figura de André Rebouças, por ter alcançado notoriedade na sociedade imperial estaria livre do racismo que acometia outros negros vinculados aos extratos mais baixos dessa sociedade? Até que ponto o racismo foi determinante na trajetória de Rebouças?

Alguns autores buscaram romper as fixações sobre o ser negro em seus estudos. Buscando se afastar do espectro do "negro havido por coisa" Sidney Chalhoub (1988) faz uma crítica importante à Celso Furtado e sua análise do sujeito liberto do cativeiro, na qual adotou uma perspectiva clássica onde "o liberto não tinha hábitos de vida familiar, não se preocupava em acumular bens, era um retardado mental, e apresentava tendências para o ócio" (CHALHOUB, 1988, p. 103).

Chalhoub (1988) e outros historiadores como João José Reis (1986; 1989), contribuíram para a difusão de uma nova abordagem para os dados utilizados para a análise das ações dos negros dentro da sociedade escravocrata, muito vinculadas ainda a transição para liberdade. Em suas análises os escravizados e os libertos são descritos como figuras mais autônomas, como qualquer outro ser humano. Nessas abordagens, os

escravizados não estão presos a uma ontologia do ser escravo, imagináveis ou numa passividade extrema ou num radicalismo constante.

Cremos que qualquer forma de narrativa que fixa o negro enquanto sujeito histórico tem de ser superada para compreendermos os seus dramas como humanos frente ao racismo. Nessas formas narrativas aonde, ser negro se torna sinônimo de ser escravo, outros negros, que já não eram escravos, estavam fora de uma classificação possível, tornando suas formas de enfrentar o *ethos* da sociedade escravocrata invisíveis nas análises mais qualitativas acerca do racismo. Os estudos sobre a escravidão ocupam-se muito em quantificar o tráfico, quantos morreram nas viagens, na chegada, quantos existiam, mas o seu trânsito e suas ações eram pouco privilegiados. Recentemente, devido ao aporte de uma geração de historiadores sociais, a existência do negro na escravidão foi complexificada. Mesmo assim, personagens como Rebouças, estão fora desse escopo tradicional de pesquisa. Ele é um caso em que o debate racial, por conta de sua posição social, é sublimado.

Os negros, durante o período de colonização, sofreram um processo que estigmatizou seus corpos e os enclausurou em determinados papéis fixados. Essas classificações, que organizaram os papéis sociais em diversos momentos da história da sociedade coloniais e pós-coloniais criou uma expectativa na conduta do negro e no papel em que eles poderiam ou não ocupar em diversos momentos da sociedade. No Brasil, temos alguns estereótipos sobre o negro difundidos no imaginário social. Esses estereótipos geralmente atendem a pretensões políticas de grupos variados, não tendo necessário compromisso acerca da complexidade dos personagens em questão. Zumbi dos Palmares por exemplo, já foi representado tanto como vilão como herói. A narrativa heroica, ou vilã pouco ou nada contribuem para uma análise da complexidade social onde esses sujeitos estão inseridos[11].

Entretanto, essas imagens fixadoras cumpriram, à época em que alguns personagens estavam vivos, um papel decisivo no seu processo – e de seus pares – de estratificação social. No plano narrativo, no presente, analisar essas *imagens* produzidas pelas narrativas históricas serve para entendermos como esses arranjos foram possíveis e qual seu grau de legitimação. O filósofo camaronês Achille Mbembe (2013) nos diz que

11 Cf. CULTNE DOC - Curso de Extensão UFRJ - Pós Abolição no Brasil - Associativismo Negro em <<https://www.youtube.com/watch?v=l0Jk-hPPvNc >>, acessado em 16/05/2019.

esse estado de ficção e fixação "criou o negro" a partir de um "complexo psiconírico" (MBEMBE, 2013, p. 25). Esse complexo constitui-se numa ficção desistoricizada do sujeito de pele escura que o colonialismo introjetou na mente de milhares e milhares de africanos no continente e em diáspora. Esse "complexo psiconírico*"* não cessou com o fim da escravidão, ele é permanentemente reeditado na forma de lições escolares, séries de TV, novelas, filmes, pinturas e canções. Uma das formas de reeditar esse complexo é através de imagens que criamos do passado (FANON, 2008, p. 130 – 132).

Como já foi dito, Maria Alice Rezende de Carvalho (1998) caracteriza os ataques dos diretores da Companhia Docas da Alfândega como a mais contundente oposição sofrida pelo engenheiro (CARVALHO, 1998 p. 115), ela diz o seguinte acerca da abordagem racial:

> questões relativas à diferenciação racial e à origem social dos protagonistas do movimento abolicionista são mobilizadas para explicar a ocorrência de padrões distintos de engajamento e de compreensão do processo em curso**. Uma versão mais sofisticada da caracterização da clivagem presente entre os abolicionistas é a de Rebecca Baird Bergstresser, que se afasta dos modelos explicativos baseados nas motivações pessoais das lideranças ou nas suas características adscritas, fixando-se na ambiência cultural e política em que tais atores se inscreviam** […] (CARVALHO, 1998, p.129; grifo nosso)

É perfeitamente compreensível que na busca de elementos para a explicação de uma realidade social que não se fixem em apenas um aspecto dela, mas cremos que a apreciação da questão racial como algo meramente interpessoal, passional ou pouco sofistico, dá a impressão, de uma estratégia retórica para a sublimação dos aspectos extremamente complexos das questões raciais dentro da sociedade oitocentista. Beatriz Nascimento é contundente a cerca desse expediente:

> O branco brasileiro de um modo geral, e o intelectual em particular, **recusam-se a abordar as discussões sobre o negro do ponto de vista da raça**. Abominam a realidade racial por comodismo, medo ou mesmo racismo. Assim perpetuam teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial. Mais grave ainda, criam novas teorias mistificadoras, distanciadas desta mesma realidade. (NASCIMENTO, 2006, p. 95; grifo nosso)

Não me dedicarei mais a outras análises, pois elas possuem um lugar específico nesse trabalho. Mas é preciso lembrar rapidamente aqui um outro estigma que foi imputado a Rebouças, o de afeito a polêmicas. Não concordamos com as análises que pintam por vezes André Rebouças como um apaixonado e descontrolado, uma espécie de aficionado pelo debate puro e simples. Pelos cargos que ocupou e pelos projetos que

empreendeu, Rebouças adquirira alguns desafetos que não economizavam nas críticas e nos insultos. Pela sua postura corajosa, de não fugir à controversa, sua figura ficaria, portanto, vinculada a sua atuação política[12], pois os progressos técnicos almejados por Rebouças entravam em choque com os interesses políticos daqueles que sustentavam a ordem escravista do império, ou seja, os traficantes de escravos e latifundiários. Em outras palavras, ele não era só um personagem, por seu ofício, interessado em aspectos técnicos ligados aos melhoramentos urbanos e progresso técnico, mas um homem cuja postura política entrava em conflito com os interesses das oligarquias que dominavam a política de sua época. As análises que se ocupam em descrevê-lo como um paranoico, afeito a polêmicas são de pouca serventia para a contextualização de sua postura intelectual, servem na verdade para desqualificá-lo.

Portanto, discordo da ideia de que suas respostas seriam "diatribes e agressões incontidas" (SANTOS, 1985, p. 19). Na história, a imaginação é uma ferramenta para certas lacunas dos documentos escritos. Não se podendo saber, com certeza, algo se torna necessário especular e levantar hipóteses a partir da sensibilidade, sem que isso signifique o abandono do rigor metodológico. Os jornais são uma excelente fonte para se sentir o espírito da sociedade, nele a opinião das elites – que me interessam – aparecem de forma clara. Essa fonte é importante pois o jornal era além de um veículo de propaganda de interesses de classes era também espaço para observar as manifestações dos componentes dessa.

Vale ressaltar também, que André Pinto Rebouças possui poucos registros fotográficos. Os mais conhecidos são uma pintura a óleo que o retrata aparentemente no auge de sua vida. Encomendada pelos alunos da escola politécnica postumamente, uma homenagem ao professor, essa pintura retrata André Rebouças de maneira austera, encarando o seu espectador com um olhar penetrante. Um outro registro conhecido o mostra reunido com os membros da Federação abolicionista. Rebouças aparece nessa foto no centro da foto, já grisalho, um senhor por volta dos cinquenta anos. A mais antiga dessas fotos data de 1862 e mostra Rebouças em Paris durante sua primeira viagem à Europa. Nessa foto, de corpo inteiro, é possível vermos nitidamente nosso personagem. André Rebouças era um homem indisfarçavelmente negro.

12 Um detalhe é importante sobre a trajetória de Rebouças, o mesmo só passa a atuar de forma mais regular na campanha abolicionista na década de oitenta dos oitocentos.

Figura 1: Fotografia de André Rebouças
(1861).



Fonte: Leo Spitzer "Vidas de entremeio",
2001, p. 169.

A historiadora Maria Beatriz Nascimento (2006) nos diz que os padrões de análise das obras dedicadas a esse campo estão sujeitos a:

> uma fragmentação um tanto perigosa, porque pretende, na constatação de aspectos, não apenas sócio-econômicos como também raciais. Não se pode incorrer na perpetuação de mistificações, de estereótipos que remontam às origens da vida histórica de um povo que foi arrancado de seu habitat, escravizado e violentado na sua História Real. (NASCIMENTO, 2006, p. 93)

Novamente chamo atenção para a intenção deste trabalho de expor um outro tipo de perspectiva sobre parte a experiência vivida do negro na história do Brasil, que se relaciona com o sujeito e suas relações sociais tendo as relações étnico-raciais como prisma. Repito, essa dissertação não é um esforço biográfico e sim uma análise de parte da narrativa produzida sobre a trajetória de André Pinto Rebouças, abolicionista e

engenheiro negro do Brasil, um típico representante da diáspora, repositório de uma dupla consciência, que emergirá e o lançara em contradição sempre evidente de sua estética com o meio em que circula. A esses atritos e contradições, que desde muito jovem experimentou nosso personagem, darei atenção especial, pois foi nosso personagem negro, de forma naturalmente paradoxal, um dos maiores defensores da civilização que relegou a seu povo o mais ultrajante de todos os destinos.

A assimilação da cultura branca pelos negros – o branqueamento ou embranquecimento –, é um traço constitutivo da construção da estrutura social brasileira oriunda dos períodos escravocratas (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 214, 215; 229, 230; SPITZER, 2001, p. 121; SKIDMORE, 1976, p. 228). André Rebouças se enquadra em um caso extremante rico para o debate das identidades raciais. O seu século foi também o século do Darwinismo social. No entanto, a própria vida dos Rebouças foi uma prova contrária a essa ideia. Portanto, a condição de negro/mulato de André Rebouças é o eixo que orienta sua perspectiva de si, sua escrita.

O negro diante do olhar branco é uma situação que coloca o sujeito em uma relação onde o mesmo se torna um duplo. Esse fenômeno é uma das questões fundamental. Paul Gilroy irá se debruçar sobre as problemáticas que envolvem o problema da dupla consciência (GILROY, 2001, p. 35 – 36). Essas análises que se ocupam das contradições são importantes pois nos revelam o poder que os aspectos metais tiveram na organização do discurso dos negros em diáspora. Esses apontamentos servem principalmente como ferramentas de análise teórica para entender o que Rebouças falou de simesmo. A interpretação do período histórico vivido por Rebouças foi mediada em grande parte pela análise que se fez de seus escritos.

Rebouças usou-a a serviço da interpretação dos problemas reais e concretos da sociedade que estava inserido. Constatou que a escravidão e a forma como o seu país era conduzido em nada contribuíam para o seu progresso e a escravidão, que além de imoral, era uma tecnologia retrógrada que criava uma nódoa que constrangia o país frente as nações mais desenvolvidas (PESSANHA, 2005, p. 71).

Porém, diferente do corrente debate epistêmico, que visa descentralizar a ciência da Europa, Rebouças se coloca francamente tributário dos valores civilizatórios do ocidente e por vezes chega a concordar com premissas defendidas por eugenistas raciais (PESSANHA, 20015, p. 119) o que não faz dele um darwinista social, mas como homem

de seu tempo e aculturado por tais valores, acreditava que aqueles que não pertencessem ao círculo liberal-positivista não tinham condições de tomar para cima o rumo de suas vidas.

Porém, não há como Rebouças ser diferente, viveu nesses moldes desde a infância, mas o que salta aos olhos é que, André Rebouças não deixa de viver as contradições que a ciência coloca a sua frente**,** lembrando que sua posição francamente a favor do progresso técnico se confrontava com o interesse retrógrado das práticas econômicas escravistas. A questão racial já aparecia vinculada as suas reflexões uma vez que a escravidão era a base da economia do Império.

CAPÍTULO 2: ANOS DE FORMAÇÃO.

Introdução.

André Pinto Rebouças, considerado o primeiro engenheiro negro do Brasil, é filho primogênito de Antônio Pereira Rebouças, homem mestiço e de origem modesta, filho do alfaiate português Gaspar Pereira Rebouças, e de D. Rita Basília dos Santos, liberta, *natural* de Salvador. O pai de André Rebouças foi um importante figura no processo de Independência do Brasil, tendo lutado no Estado da Bahia contra as tropas portuguesas pela consolidação do Império brasileiro (SPITZER, 2001, p.120). O pai de André Rebouças era um rábula, ou seja, aprendera de forma autodidata o ofício das leis. Por intermédio dessa habilidade intelectual consegui ascender de forma impressionante até aos altos extratos da política brasileira, fez carreira e chegou ao posto de Conselheiro do Império. A mãe de André foi Carolina Pinto Rebouças, filha de um negociante de Salvador, André Pinto da Silveira[13].

Hoje a família Rebouças possui grande projeção devido as obras urbanas que levam seu nome e perpetuam em nossa memória o nome dessa família do recôncavo baiano. Talvez os maiores responsáveis por essa fama sejam os dois irmãos engenheiros, principalmente o mais velho, André. Entretanto, apesar da "fama", os irmãos representam apenas uma parte da trajetória vitoriosa dessa família. Os Rebouças se notabilizaram na história por representar de forma clássica a ascensão dos mulatos na sociedade escravocrata brasileira, como sugere Gilberto Freyre (1936). Entretanto não retomaremos aqui toda a narrativa já feita por Leo Spitzer (2001).

A história da família Rebouças[14], representa a confluência das duas figuras apontadas como a síntese do Brasil pós-independência: era uma família de bacharéis mulatos (FREYRE, 1936, p. 302). Por isso a história dos membros dessa família, e as

13 Para um estudo mais aprofundado sobre a vida de Antônio Pereira Rebouças e de sua família ver: "GRINBERG, Keila. **O Fiador dos brasileiros**: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2002. Ver também SPITZER, Leo. **Vidas de entremeio**: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental (1780-1945). Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2001.

14 Como explica Leo Spitzer, devido à estrutura patriarcal dominante da sociedade brasileira dos séculos XVIII e XIX, as filhas de Gaspar e Rita, Escolástica, Luísa, Maria, Anna Rita e Eugênia Rebouças, receberam graus de instrução muito rudimentares o que as impediu de experimentar a ascensão social pelos estudos. Os casos de êxito tratados aqui são dos filhos homens do casal.

estratégias usadas para ascensão social são essenciais para o estudo das relações étnico-raciais no Brasil, principalmente sobre as teorias do embranquecimento ou branqueamento.

As estratégias de ascensão servem para revelar eram quais os valores adotados pelo *status quo* usados como distintivos para selecionar aqueles que deveriam fazer da "boa sociedade". Serviam como uma conformação estratégica e necessária para quem pretendia, como os Rebouças, administrar a "aceitação social no mundo branco" (SPITZER. 2001, p. 123). A família de André Rebouças, o resultado da junção do mundo branco com o mundo negro na América, é quem lhe dará as lições para ascensão social, sua primeira formação. É o seu núcleo familiar o primeiro "entre lugar" onde Rebouças será obrigado a lidar com as relações raciais.

É importante salientar essa questão devido a algumas características deste trabalho de pesquisa. Não é possível abordar de forma completa a história de qualquer personagem negro no Brasil, sem levarmos em conta a ideologia do embranquecimento, principalmente se esse personagem for um híbrido com traços acentuadamente negroides, como é o caso de Rebouças. A declaração desses personagens apresenta-se como enorme paradoxo para aqueles que o analisam pois carregam ideias deterministas que desqualificam parte do grupo racial que pertencem. A fala desses personagens, se for usada sem o devido cuidado histórico ou de má fé, pode induzir a uma inversão e qualificar positivamente o argumento racista de alguém que provavelmente estava preso aos limites de sua época.

2.1. Família Rebouças: primeira escola.

No final de 1780, os avós de André Rebouças, Gaspar Pereira Rebouças e Rita Brasília, mudaram-se para a vila de Maragogipe no recôncavo baiano. A região, favorecida por sua riqueza hídrica, comunicava-se facilmente com a cidade de Salvador, e por conta disso, tornou-se um importante polo para o desenvolvimento de seus pequenos centros urbanos onde trabalhadores como o alfaiate Gaspar Rebouças encontravam possibilidades estabilização econômica. Nessa época, a cidade de Salvador era a segunda maior do império português, perdendo apenas para Lisboa. Segundo Keyla Grinberg (2002) essa seria uma das hipóteses lhes fizeram optar por estabelecerem-se com a família

no recôncavo, o outro seria, por uma estratégia de Dona Rita Basília, se afastar do seu passado escravo instalando-se ema nova região, para um novo começo (GRINBERG, 2002, p. 46 - 47).

Seu pai, Antônio Pereira Rebouças, era o caçula da família. Seus tios, José Pereira e Manuel Maurício, também alcançaram destaque em suas carreiras. O primeiro destacou-se como violinista na Europa e o segundo foi médico respeitado, doutorando-se em medicina na França e professor de Botânica e Zoologia na Faculdade de Medicina da Bahia entre os anos de 1832 e 1857 (GRINBERG, 2002, p. 70).

Figura 2: Retrato de Antônio Pereira Rebouças.



Fonte: Antônio Pereira Rebouças, Recordações da vida parlamentar, vol 1, Rio de Janeiro, 1870.

De acordo com Spitzer (2001), apesar do nível de sucesso alcançado pelos Rebouças ter sido extraordinário, as estratégias de para ascenção social usadas por eles não eram novidade. Esse processo de ascensão social dos mulatos, que se caracteriza pela incorporação de vários signos da cultura dominante em seus repertórios sociais, não era incomum no Brasil (SPITZER, 2001, p. 120). O período em que os irmãos engenheiros

bacharéis da família Rebouças iniciam sua carreira na engenharia nacional, é caracterizado como o auge da nova cultura bacharelesca do Segundo Reinado, que tem D. Pedro II como sua figura mais representativa (FREYRE, 1936, p. 304).

Entretanto, de acordo Freyre (1936), embora o Segundo Reinado represente o auge dessa novidade, com os Jesuítas dando "os primeiros bacharéis, os primeiros arremedos de mestres de arte" (FREYRE, 1936, p. 305), os Rebouças já pareciam ter percebido que a chave para a ascensão era a sua incorporação dos valores da sociedade branco. Antônio Pereira Rebouças é pela sua trajetória, sem dúvida alguma, a encarnação do grande esforço pessoal das estratégias de avanço econômico por meio do embranquecimento de que nos fala Spitzer (2001).

Não sabemos com precisão como os negros da época sentiam-se em relação a necessidade de embranquecimento para ascenção social. No entanto, a primeira geração de bacharéis família Rebouças, o pai de André e seus tios estavam cientes esse embranquecimento era uma via que abria para a mobilidade social dos homens de cor, fazendo a ressalva óbvia de que para os negros desse período, as reflexões acerca do racismo inerente a essa ideologia ainda não haviam vindo a superfície. A adoção da ideologia dominante significava civilizar-se, inserir-se na sociedade de pessoas dignas, brancas e afastar-se da cultura negra, ligada a pessoas consideradas "inferiores, atrasadas e atávicas" (SPITZER, 2001, p. 120).

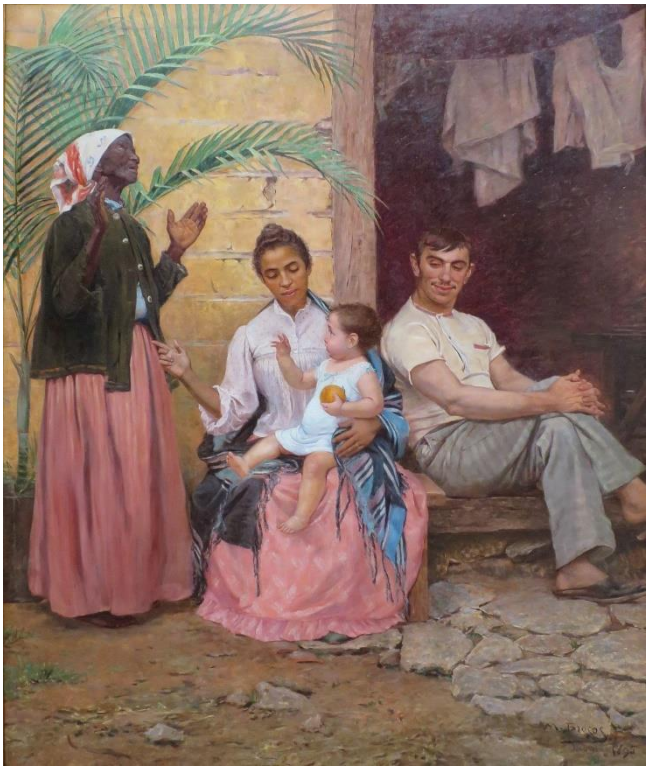
Essa ideologia, que vigorou de forma oficial até os anos de 1930, foi ilustrada pelo artista Modesto Brocos. A ideologia tornou-se pintura, intitulada "Redenção de Cã" (1895). A tela ilustrou a tese "Sur le métis au Brèsil", apresentada pelo médico e diretor do Museu Nacional, João Batista Lacerda, no Congresso Universal de Raças na cidade de Londres em 1911. A mestiçagem foi a solução encontrada pelos defensores do branqueamento. É de Lacerda o famoso prognóstico que não se comprovou, de que a população brasileira se branquearia em um século. De acordo com Lilian Schawarcz (2005), a década de 1870 representa o marco do início da análise da realidade social do Brasil sob a ótica das teorias raciais ligadas a miscigenação (SCHAWARCZ, 2005, p. 11).

Entretanto, a prática do branqueamento e a miscigenação já era uma realidade a bastante tempo, não necessariamente voluntária, mas era sabido que o mestiço cumpria um papel importante de auxílio ao regime colonial. O branqueamento foi o que

provavelmente motivou a negra forra Rita Basília a casar-se com o português Gaspar Pereira Rebouças. Isso foi feito posteriormente também por Antônio desposar a filha branca de um comerciante português em Salvador.

O pai de André Rebouças era, portanto, um típico indivíduo que buscava se branquear socialmente. Recebendo o direito de advogar, após um intenso esforço pessoal, tratou de casar-se com uma mulher branca, talvez vislumbrando a ascensão social e o embranquecimento da prole via casamento inter-racial. Essa estratégia ascensão social via casamento ter sido reforçada cotidianamente na mente dos dois irmãos.

Figura 3: Redenção de Cã, de Modesto Brocos (1895).



Fonte: Acervo Museu Nacional de Belas Artes (MNBA)

Ser um mestiço ou negro, livre ou liberto, não significava ser tratado como um homem livre. Esse caminho, mesmo sendo mais fácil para os “mulatos e pessoas de pele clara do que os negros”, não era garantia de liberdade. Naquela época “as pessoas de cor alforriadas costumavam ser equiparadas aos escravos negros”. As pessoas negras eram proibidas de portar armas e de exibir em sua indumentária sinais de nobreza que tendessem a colocá-las no mesmo nível dos brancos. “Os negros alforriados eram

ativamente desestimulados pelos brancos, temerosos de sua concorrência, a se envolver no comércio e nas profissões qualificadas e artesanais" (SPITZER, 2001, p. 122).

As informações apresentadas acima amostram que o conceito é abrangente e abriga uma complexa problemática. Ser mulato pode significar muitas coisas. Um homem branco, para todos os efeitos é livre, mesmo que esta não seja sua condição jurídica. O mulato, ao contrário, tem grandes de ser – para os olhos da sociedade escravocrata - pode ser escravizado. E este pode ter a pele bem clara, bem escura ou ser avermelhado, pode possuir uma educação sofisticada ou não. Como é possível perceber, não é apenas a miscigenação do sangue que garantirá os caracteres necessários para a ascensão. Esses diversos elementos irão concorrer para a composição de um sujeito mulato. Essas modulações devem ser levadas em conta para explicar o êxito de sua ascensão ou seu oposto, questão que abordarei melhor no próximo capítulo

A família Rebouças é uma típica família mestiça. Antônio e seus irmãos nasceram livres, eram filhos de uma liberta. Adotaram a via da autoinstrução para a ascensão social. André Rebouças pertencia a terceira geração dessa família de *mulatos livres.* André nasceu em 13/01/1838 na cidade de Cachoeira, no recôncavo baiano, vizinha a vila de origem de sua família, Maragogipe. Seu pai Antônio, mudou-se de Maragogipe para Salvador em 1814, tendo como principal objetivo os estudos. Antônio trabalhou no escritório de um advogado onde aprendeu sobre as leis de forma autodidata. Em 1821, obtém a permissão do Tribunal do Desembargo do Paço para advogar visto seu notório saber. Nessa mesma época envolvesse na resistência de Salvador contra as tropas portuguesas, fiéis ao imperador D. Pedro I.

Na primeira metade do século XIX a cidade de Salvador era palco de muitas tensões políticas. Alguns levantes contrários a monarquia ocorreram em curto período de tempo. Na época, a Sabinada, capitaneada por Francisco Sabino Alvarez da Rocha Vieira, emergia como forte elemento de sedição na região do Recôncavo baiano. Porém, as posições políticas defendidas por Antônio Rebouças não se alinhavam com a desses grupos regionais e entravam em choque com as lideranças desses movimentos.

Após a supressão do movimento, as posições políticas de Antônio Rebouças não foram esquecidas, deixando pelo caminho um rastro de ressentimento e espírito de revanche por parte dos remanescentes da Sabinada. A Bahia já não era uma província

segura. Esse estado de apreensão pela segurança de sua família é determinante para a saída da Bahia.

2.2. André Rebouças e o contexto de sua formação profissional.

A família Rebouças muda-se para o Rio de Janeiro em 1846, passando a residir num sobrado na Rua Matacavalos (atual Rua do Riachuelo). Nessa época André Rebouças estava com oito anos de idade. Em sua infância na corte frequentou o Colégio de Camilo Tertuliano Valdetaro, no Campo de Sant'Ana, estudou em escolas de prestígio como o Colégio Curiáceo onde aprendeu Latim. Em 1849, com 10 anos já se encontrava no Colégio Köpke, em Petrópolis, onde conhece o Imperador (SANTOS, 1985, p. 19).

O prédio que hoje abriga o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, vinculado a Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS – UFRJ), no Largo do São Francisco, tem uma grande importância para a história do Brasil. O edifício antigo, projetado inicialmente para ser uma igreja, acabou se tornando o berço da engenharia brasileira (FERREZ, 1968). Foi nesse local que André Rebouças iniciou sua trajetória profissional. A instituição era um ponto de emanação do espírito positivo, considerado o motor filosófico do século XIX. Segundo Mario Barata (1973), os estudos teóricos que vinham se desenvolvendo nessa instituição eram fruto de um amor pela Ciência, - discurso comum desse século – o que contribuiu para o grande crescimento da doutrina positivista no país. Segundo Barata (1973) o trabalho de Ivan Lins (1964), que cita longamente a Escola Militar – posteriormente Escola Central – atesta a importância do Largo do São Francisco. Não sendo meu objetivo aqui dar conta da história da engenharia farei apenas um breviário de questões importantes que se relacionam a formação de André Rebouças.

O início da engenharia no Brasil possui certas peculiaridades. Em virtude da condição política do novo território, permanentemente ameaçado de retomada pelos seus donos originais e pelo assédio de colonizadores estrangeiros, estava orientada para o cumprimento de tarefas militares, principalmente as fortificações, um tipo de edificação fundamental para organização e gestão dos territórios ocupados (BARATA, 1973, p. 46). Uma outra atitude tomada pelos colonizadores foi estabelecer nesse "novo mundo" uma infraestrutura que possibilitasse reproduzir o *modus* de vida a que estavam ambientados, ou seja, transferir o modelo civilizacional da Europa para esse novo território.

Figura 4: Escola militar (1856).



Fonte: Bertichem, Pieter Godfred. O Brasil pitoresco e monumental. p. [Gravura 24] Biblioteca Nacional (Brasil).

Com o desenvolvimento da colônia outras questões estruturais surgem, como por exemplo a organização do espaço urbano e organização das comunicações do território. A estrutura urbana da colônia era muito rudimentar e, apenas com a chegada da família Real, em 1808, haverá uma preocupação maior com essas questões. A esse respeito, Barata (1973) recorre a Paula Freitas para afirmar que as comunicações se ressentiam de atraso em todos esses países e que o "desenvolvimento de estradas era muito restrito", quadro que só se alteraria a partir do estabelecimento de "escolas técnicas, centros notáveis em que a ciência plantou os alicerces, sobre os quais as artes e as indústrias assentaram o seu progresso" (BARATA, 1973, p. 45).

A Academia Real Militar, criada por D. João VI, em 4 de dezembro de 1810, tinha por objetivo ministrar na colônia um "curso completo de ciências matemáticas, de ciências de observações, quais a física, química, mineralogia, metalurgia e história natural que compreenderá o reino vegetal e animal, e das ciências militares em toda a sua extensão, tanto de tática como de fortificação e artilharia[15].

15 Cf. Arquivo Nacional, MAPA – Memorial da Administração pública brasileira. Dicionário Período Colonial: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/126-academia-real-militar >>, data de acesso, 15/05/2019.

Depois da Independência, o decreto de 23 de outubro de 1823 aumentou o número de disciplinas e permitiu o estudo em conjunto de paisanos e militares. A "Academia Real Militar" torna-se "Academia Imperial Militar" após a anexação da "Academia dos Guardas-Marinhas" efetivada pelo decreto de 9 de março de 1832. Em decreto de 14 de janeiro de 1839 novamente a instituição muda de nome e passa a se chamar "Escola Militar da Corte" e muda também seus estatutos retirando o curso de Pontes e calçadas, previsto no art. 5 de 9 de março de 1832, onde incluiu-se os cursos de "Infantaria e Cavalaria" e "Artilharia, Engenharia Militar e Estado Maior". Com essas reformas, o ensino que ensaiava ser mais científico retorna para um campo mais prático. Em 1842, o decreto n. 140, de 9 de março aprovou novos estatutos para a "Escola Militar da Corte". Segundo Nascimento Brito, historiador militar essa reforma estabeleceu no último ano o ensino de algumas disciplinas da Engenharia Civil e criou o grau de doutor em Matemática e Ciência Física e Naturais" (BRITO apud BARATA, 1973, p.59).

As diversas reestruturações que que a instituição sofreu ao longo do tempo refletem as disputas sobre as concepções, o papel da engenharia e a ação destes profissionais. Um debate importante para a história da engenharia, foi sobre a divisão entre engenharia militar e engenharia civil. O quadro da instituição aqui apresentado serve para que possamos compreender o impacto dessas mudanças na formação de Rebouças.

De acordo com Santos (1985), a década de 1850 foi a mais importante da vida de André Rebouças. O recorte temporal que nos interessa para contextualizarmos a sua vida profissional é aquele que compreende os anos de 1854 e 1858, os anos de sua formação, mais precisamente a partir do dia 15 de março, quando André, então com 16 anos, e seu irmão Antônio, ingressam na antiga Escola Militar da Corte, herdeira da ainda mais antiga Academia Real Militar.

As modificações do currículo e os rumos da instituição são importantes pois influenciaram as escolhas de Rebouças e o rumo sua carreira. A partir dos decretos 1.534 e 1.536, de 23 de janeiro de 1855: "as matérias militares presentes no 5º e 6º ano da escola, passando o seu curso a contar com uma duração de cinco anos, não mais sete. Por outro lado, criou-se um colégio de aplicação de caráter militar, que contaria com as aulas das disciplinas excluídas do curso da Escola Militar".[16]

16 Cf. Dicionário do período Imperial: Academia Imperial Militar. Disponível em:< http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/244-academia-imperial-militar>. Acesso em 01/04/2019.

Como aponta Carvalho (1998, p. 85), antes de trilhar o caminho da engenharia e do empresariado, Rebouças pleiteou o cargo de professor substituto de matemática na Escola da Marinha, tendo sua inscrição recusada pelo colegiado. Por isso, sem alternativas realizou sua matrícula na Escola da Praia Vermelha conforme os estatutos de 1857 instituídos pelo então ministro da Guerra, general Jerônimo Francisco Coelho. André Rebouças bacharelou-se em Ciências Físicas e Matemáticas em 7 de abril de 1859 e obteve o grau de engenheiro militar em dezembro de 1860. Assim se expressava Jerônimo Francisco Coelho, em relatório de 1858 sobre a divisão dentro do curso de Engenharia.

> A distinção da Engenharia Civil da Engenharia Militar, em cursos diversos, desfaz o grande inconveniente que resultou da acumulação destas duas espécies em um só indivíduo, que de ordinário era militar e que por este modo ficava sendo engenheiro enciclopédico, mal podendo habilitar-se com perfeição nas doutrinas aliás vastas, difíceis e variadas destes ramos da ciência do engenheiro, tão distintos e de tão diversas aplicações" (PEREGRINO apud BARATA, p.61)

O período que costumamos chamar de Segundo Reinado encontra-se justamente nesse espaço temporal de meados do século XIX. Ele corresponde ao amadurecimento das disciplinas como as ciências físicas, matemáticas e a química, que vinham se desenvolvendo desde o século XVIII. O conhecimento adquirido por meio dessas ciências foram fundamentais para o avanço do mundo industrializado, que naquele período era o sinônimo de progresso. As elites intelectuais do continente americano, devido sua relação colonial com a Europa, adotaram essa doutrina intelectual para organizar as ações das instituições que dirigiam. O positivismo era a grande bandeira intelectual dessa época, era o que a representava, "as ciências ganhavam variáveis por meio dos postulados da "inevitabilidade do progresso" (MARINHO, 2014, p. 476). A instituição que formou Rebouças tornar-se-ia mais tarde a Escola Politécnica do Largo do São Francisco, lar do Instituto Politécnico Brasileiro (IPB), local que centralizou as discussões científicas da época, que visavam a modernização da infraestrutura brasileira. "Em meados do século XIX o processo de construção do Estado Imperial parecia estar no auge" (MARINHO, 2014, p. 475).

As transformações que as novas demandas do mercado mundial irão impor ao Brasil farão com que a agenda do progresso se instale nesse período. Entretanto, isso não significa que as transformações que se operavam na cidade do Rio de Janeiro, como

diversificação das atividades econômicas – artesanato e comércio – e seu crescimento demográfico encontrem sua explicação nas primeiras décadas do século XIX.

O Rio de Janeiro sempre teve uma importância portuária. Desde a metade do século XVIII, a Alfândega do Rio de Janeiro já era a "principal praça mercantil do Ultramar" (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 78). Sua "geopolítica, e não sua economia, era o que permitia ao Rio de Janeiro destacar-se no ambiente colonial do século XVI" (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 63). O Rio de Janeiro era, portanto, um corredor natural de escoamento das riquezas do interior da região Centro-oeste e do Sudeste. Mesmo após o fim do ciclo do ouro, as regiões do Sul de Minas Gerais, Oeste paulista e Noroeste Fluminense reorganizaram seus recursos, orientando-os para a produção agrícola, assim, na primeira metade do século XIX, Minas tinha a predominância na produção agropecuária, Rio de Janeiro e São Paulo nas monoculturas do açúcar e do café na primeira metade do século XIX.

Sem adentrar nos pormenores do debate historiográfico apontados por Rafael Bivar Marquese e Dale Tomich (2015) a cerca de qual paradigma interpretativo deve ser considerado como mais "ajustado" para explicar o impulso da economia cafeeira, se motivado por um mercado externo ou interno, cumpre apenas ressaltar o papel que a engenharia terá nesse processo. As demandas por infraestrutura que acometiam as cidades de capitalismo central na Europa serão reproduzidas nas regiões das Américas com as quais possuíam relações econômicas. Apesar das escalas diferentes de investimento e infraestrutura urbana, o Rio de Janeiro, de forma análoga, tentará se alinhar estruturalmente às nações ditas civilizadas, adotando para a estrutura o molde Europeu.

O Brasil buscou espelhar nas suas instituições de formação de engenheiros desse período o modelo francês da Escola Politécnica (MARINHO, 2014, p. 477). O aprimoramento da Engenharia Civil no Brasil está ligado, como na Europa, as soluções que eram necessárias encontrar para dar conta desse cenário econômico, oriundo de uma nova fase econômica da região. O aumento demográfico da cidade do Rio de Janeiro impunha a necessidade de modificação de sua estrutura, que se mantinha praticamente a mesma desde o período colonial.

O Rio de Janeiro de 1850 é caracterizado como "um vilarejo pobre e desassistido, sem esgotos, sem água" (CARVALHO, 1998, p. 86). A solução desses problemas que acometiam a cidade do Rio de Janeiro, alguns deles que afligiam a capital desde 1763,

como a seca, eram pautas recorrentes do corpo de engenheiro do governo. A questão dos melhoramentos urbanos, decorrentes do crescimento das cidades, demandava a participação intensa dos engenheiros. Apesar do saneamento ser uma das questões mais debatidas nas revistas especializadas da época, demonstrando o envolvimento intenso da engenharia no processo de crescimento e transformação do espaço urbano" (MARINHO, 2014, p. 481). O foco principal da engenharia nesse período eram as obras de infraestrutura voltadas para o escoamento da produção agrícola do Vale do Paraíba. e, portanto, intimamente ligado ao amadurecimento da engenharia. Nesse sentido, é importante dedicar algumas linhas ao Vale do Paraíba e sua dinâmica de produção.

2.4. O Vale do Paraíba e uma "nova" cidadania.

A Expansão cafeeira nos moldes de uma economia capitalista e a formação das classes senhoriais do Segundo Reinado são faces de uma mesma moeda. Não há como falar em formação do Estado brasileiro moderno sem falarmos no Vale do Paraíba. Essa região foi, via escravidão, a responsável pela geração da maior parte das exportações de café do planeta na segunda metade do século XIX. Os grandes proprietários de fazendas de café, beneficiados com as concessões de favores e sesmarias, formaram um núcleo coeso que forjou enquanto classe dirigente (I. MATTOS, 1999, p. 64).

A metade do século XIX é um momento significativo na história da escravidão e, por consequência, na história do Brasil, último país da América a abolir institucionalmente o regime em 13 de maio de 1888. Mas especificamente, no interregno entre a primeira lei de proibição do tráfico negreiro e o processo formal de abolição dessa instituição, as ações voltadas para o fim do tráfico negreiro enfrentaram obstinada resistência de três núcleos mercantis escravistas: Brasil, Cuba e a região Sul dos Estados Unidos. No Brasil a classe senhorial, elite econômica do país, soube conjugar os seus interesses, assentados em sua tradição agrária baseada no latifúndio e na instituição da escravidão às demandas do liberalismo capitalista em emergência (I. MATTOS, 1999, p, 46).

Esse período foi de reorganização e readaptação da economia das sociedades escravistas, que se encontravam nas periferias da economia global no nascente capitalismo industrial, mas ainda totalmente dependentes de seus modos de produção escravocrata. Nele ocorre um fenômeno econômico que passou a ser chamado de segundo

ciclo da escravidão, ou segunda escravidão. O segundo ciclo da escravidão ocorre, paradoxalmente, naquele que ficou conhecido como o "século da antiescravidão", mas que ao mesmo tempo foi o século do "apogeu do seu desenvolvimento" (TOMICH, 2004, p. 57). Justamente quando se acreditava, devido aos movimentos antiescravistas que culminariam em leis proibitivas do tráfico negreiro, que ela estaria sepultada ela surge como força renovada.

Entretanto este paradoxo não é um mero acaso. Ela surge de uma demanda excepcional por matérias primas oriundas da própria economia britânica que as requeria cada vez mais. Por outro lado, o fenômeno da segunda escravidão não seria possível "sem a existência de um quadro interno que desse segurança política e jurídica aos senhores possuidores de africanos ilegalmente escravizados" (MARQUESE e TOMICH, 2015, p.25).

Marquese e Tomich (2015 apresentam uma reflexão sobre a influência política que o Vale do Paraíba terá junto ao Estado. Os autores apresentam o trecho de um documento bastante ilustrativo da relação entre Estado e Vale do Paraíba. No dia 18 de setembro de 1822, onze dias depois da "Independência" D. Pedro define em decreto ao Império do Brasil seu escudo de armas. No decreto, o futuro Imperador justifica sua escolha dizendo que o novo símbolo nacional deverá ter:

> em campo verde uma Esphera Armilar de ouro atravessada por uma Cruz da Ordem de Christo, sendo circulada a mesma Esphera de 19 Estrellas de prata em uma orla azul; e firmada a coroa Real diamantina sobre o Escudo, cujos lados serão abraçados por dous ramos das plantas de Café e Tabaco, como emblemas de sua riqueza comercial, representados na sua própria côr, e ligados na parte inferior pelo laço da Nação. (BRASIL, Decreto de 18 de setembro de 1822)

Marquese e Tomich (2015) sugerem que, levando em consideração os verdadeiros pilares da economia do Brasil à época, o escudo de amas do Império deveria ser ornado com "feixes de cana-de-açúcar, fardos de algodão e um navio negreiro" (MARQUESE; TOMICH, 2015, p. 21). Mas, como dizem os autores, a aposta no café se mostrou correta, e em poucos anos o café se tornou o carro chefe da economia brasileira e o Vale do Paraíba o coração da economia brasileira. No segundo quartel do século XIX o Vale do Paraíba e sua produção de café já são distintivos do jovem Império já nasciam com a "impressão digital" de seus patrocinadores, fazendo do Estado sua imagem e semelhança.

Ilmar Rohloff de Mattos (1999), baseado nos dados de um estatístico brasileiro chamado Nunes de Sousa, em artigo publicado n'O Diário do Rio de Janeiro no dia 11 de dezembro de 1847 faz uma estimativa da população do Império. Segundo seus cálculos a população do Brasil distribuía-se da seguinte forma: 2.120.000 brancos; 1.100.000 mulatos livres; 3.120.000 negros, escravos; 180.000 libertos; e 800.000 índios. I.R. Mattos (1999) destaca que a partir classificação empreendida "não constitui tarefa difícil perceber o cruzamento de critérios raciais e jurídicos". As questões que busco extrair do texto deste autor relacionam-se justamente as "clivagens entre os elementos constitutivos da sociedade imperial", que como bem salienta o autor, "não se reduzem às considerações de natureza estritamente política" (I. R. MATTOS, 1999, p. 32).

Esses dados demonstram que a estrutura social do Brasil 35 anos após a emancipação política de Portugal pouco diferia do período colonial. Não representou rompimento com as velhas estruturas que ligavam o Brasil ao *antigo sistema colonial*, havendo apenas no máximo uma mudança de cenário, como bem retrata as palavras de Gilberto Freyre (1936)

> [...] urbanização do império, a consequente diminuição de tanta casa-grande gorda, em sobrado, que foi um fenômeno do 1830 brasileiro, (acentuando-se depois com a campanha da abolição), tornou quase impossível o equilíbrio antigo, da época de ascendência quase absoluta dos senhores de escravos sobre todos os outros elementos da sociedade (FREYRE, 1936, p. 302 - 303)

O contexto da formação do Estado Imperial brasileiro e de sua classe dirigente apresentada por Mattos (1999) coincide com o período de ascensão da economia britânica sobre a periferia do capitalismo na primeira metade do século XIX. A Inglaterra era o centro da economia mundial e o Estado brasileiro, amarrados por alguns acordos internacionais estabelecidos antes da independência, como a abertura dos portos em 1808, encontrava-se numa relação de subordinação política e econômica. O período em que essa nova relação de dependência se estabelece, no contexto da segunda escravidão, foi chamado classificado como o de "recunhagem da moeda colonial" (I. R. MATTOS, 1999, p. 3 – 4). Esta imagem apresentada pelo autor ilustra a situação de reiterada dependência ao interesse comercial externo.

A tendência agroexportadora da economia colonial brasileira, que tinha como fim o abastecimento das metrópoles, se mantém após a independência se mantém e junto com

ela, a estrutura econômica de base colonial e escravagista. Apesar das transformações ocorridas na forma de produção da lavoura, o *habitus* senhorial se mantém. Ao explorar as questões referentes à generalização feita entre *luzias* e *saquaremas,* um provérbio do período imperial que visava não diferenciar liberais (luzias) de conservadores (saquaremas) e dizia *não haver nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder*).

Apesar de I. R. Mattos (1999) discordar das intenções políticas dessa generalização, que buscavam justificar posicionamentos onde as diferenças políticas fossem desqualificadas (I. MATTOS, 1999, p. 97), as descrições das estruturas de poder feitas pelo autor parecem concordar, em certa medida, com a ideia de indiferenciação do lugar social de luzias e saquaremas. Fica fácil perceber os critérios culturais e raciais determinantes para a participação e modelagem da política Imperial. A partir disso I. R. Mattos (1999) requalifica e reconduz essa afirmação e parte para uma análise sociológica que dialoga com as intenções desse trabalho. Segundo o autor essa semelhança entre os grupos era o resultado de uma construção sociológica que deita raízes

> no processo de colonização, e que no momento que ora consideramos tendia a se apresentar de forma cristalizada como decorrência sobretudo dos processos complementares de construção do Estado imperial e de constituição da classe senhorial. […]
> […] este sentimento aristocrático […] expressava um fundo histórico forjado pela colonização, que as forças predominantes na condução do processo de emancipação política não objetivaram alterar: o caráter colonial e escravista dessa sociedade. Anotemos, contudo, que tomar em consideração esse fundo não significa recolher apenas seus aspectos mais estritamente econômicos, mas também evidenciar o papel que as relações pessoais e raciais cumpriam nessa sociedade. (MATTOS, 1999, p. 107)

O trabalho de I. R. Mattos (1999) ressalta assim, o quão importante, sobretudo, para os fins desta pesquisa, identificar, a partir da análise da formação da classe dirigente, como os elementos da distinção social estão vinculados também a hierarquização racial entre negros e brancos na sociedade imperial. Ao expor essas clivagens raciais, percebemos que naquela sociedade esses limites eram bem demarcados, cada raça não deixava "conhecer o seu lugar".

Essas questões apontam, por consequência, para os problemas referentes à conquista da cidadania, pois impunham uma diferenciação social muito nítida que se fazia por questões alheias à vontade dos sujeitos que buscavam se inserir na sociedade imperial.

Os libertos, por exemplo, tinham uma cidadania restrita, mesmo não sendo mais escravos, e os mulatos, mesmo os de elevada posição, não gozavam de prestígio social condizente com sua situação social. Edmundo Santos Coelho nos diz, por exemplo, que a renda anual de André Rebouças era algo em torno de 10:000$000, idêntica à de outro engenheiro chamado Francisco Pinheiro Guimarães. Entretanto o autor ressalta também que os "critérios que distribuíam renda, prestígio e poder eram todos de natureza **extraprofissional**: hábitos culturais, extração social da clientela, **relações pessoais** e **outros assemelhados**" (COELHO, 1999, p. 83; grifo meu). Creio que não seria nenhum exagero atribuir peso da influência das relações raciais sobre as relações pessoais e outros assemelhados.

A engenharia oficial estava imbuída de ser o suporte técnico que viabilizaria a expansão cafeeira e os engenheiros eram os "agentes privilegiados na efetividade desta capacidade de viabilizar o 'progresso material' e a 'civilização' da nação" (MESQUITA, 2008, p. 83). Essa expansão foi viabilizada pelo escoamento da riqueza oriunda de trabalho escravo ilegal. O progresso técnico proporcionado pela engenharia era financiado pelo arcaísmo das relações de trabalho, mantidas via um grande esforço institucional e diplomático. Uma época em que o Vale do Paraíba, com sua alta demanda por negros escravizados, ajudou a construir uma cidadania precária, que transformarão todos os pretos, mesmos os livres. Sidney Chalhoub (XXXX) recorda como esses pressupostos ajudaram a moldar a ação do Estado. De acordo com ou autor, Eusébio de Queirós, quando ocupou a chefatura de polícia da Corte entre 1833 e 1844 dizia que, "não sendo fácil obter provas de escravidão, quando um preto insiste em dizer-se livre" é "mais razoável a respeito dos pretos assumir a escravidão" (QUEIRÓS apud CHALHOUB, 2012, p. 228). Como aponta o autor a "adoção desse pressuposto [...] ocorria no contexto do contrabando para o país de mais de 750 mil africanos nas décadas de 1830 e 1840" (CHALHOUB, 2012, p. 229).

2.5. A Engenharia oficial, o *ethos* escravocrata e o engenheiro mulato.

A partir de metade do século XIX a modernização e os melhoramentos urbanos não tinham mais os mesmos propósitos da missão artística francesa, "de inserir na trama da cidade as inscrições do poder que, antes, estavam na metrópole" (BENCHIMOL, 1992, p. 31). Essa nova fase atendia a um outro tipo de demanda, oriunda da segunda revolução

industrial, e se fazia necessário a promoção de uma infraestrutura de comunicação para escoamento da produção de café, produto que seria carro-chefe da economia brasileira na segunda metade desse século.

A década de 50 dos Oitocentos viu o surgimento da estrada de ferro. Em 1854, Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, um empresário que assim como Rebouças estava comprometido com o progresso e a modernização material do país, inaugurou a primeira estrada de ferro do Brasil, com 16,9 km de extensão ligando Raiz da Serra até Petrópolis. (BENCHIMOL, 1992, p.45). Porém, a cidade ainda estava longe do ideal, segundo Carvalho (1998), "o Rio de Janeiro que se apresentava aos olhos e à olfação daquele bacharel em ciências era, na verdade, um pestilento arraial, cuja observação sistemática iria se tornar uma primeira via de aproximação intelectual de Rebouças com a situação do país" (CARVALHO, 1998, p. 86 – 87).

Esse foi o período dentro qual Rebouças iniciou sua transformação em profissional de Engenharia. Foi nesse metiê também que ele teve seus maiores dissabores envolvendo sua condição racial, episódios que aconteceram entre as décadas de 1860 e 1870. De acordo com as normas da Escola Militar da Corte, aqueles que mais se destacassem receberiam como premiação uma bolsa de estudos para completar sua formação na Europa. Os irmãos Rebouças, apesar de terem sido considerados os melhores alunos da escola, não receberam o benefício[17]. O pai, Antônio Pereira Rebouças, que teve na instrução a maior aliada para a ascensão social empenhou todos os recursos que estavam a seu alcance para financiar o estudo dos filhos.

> Quando em dezembro de 1860, por malditos preconceitos de cor, negaram a mim e ao Antônio o prêmio de viagem à Europa e até o concurso aprovado pelo regulamento da escola redigido pelo liberal ministro J. Francisco Coelho, disse meu pai: 'Minha Carolina (sua mãe), venderei os meus livros, mas os meninos hão de terminar sua educação na Europa'. (REBOUÇAS *apud* JUCÁ, 2001, p. 42)

Durante o biênio de 1861 - 1862, os dois irmãos embarcaram para a Europa para um período de estudos e estágios. Nessa viagem os irmãos Rebouças escrevem em parceria "Estudos sobre portos de mar". A obra, de caráter técnico, analisa a situação de

17 Não identifiquei nas obras que abordam essa questão qual teria sido o aluno agraciado com a viagem, nem se o beneficio continuou normalmente no ano seguinte. Essas questões serão tratadas no decorrer da pesquisa.

portos na Europa, principalmente o de Marselha, na França. Essas viagens de estudos colocaram os irmãos Rebouças a par das técnicas de engenharia mais recentes que eram usadas nas obras de infraestrutura do continente europeu. André teria especializou-se em hidráulica e obras portuárias. Quando retorna ao Brasil com seu irmão Antônio, André Rebouças irá se deparar com várias questões importantes, como a crise diplomática entre Brasil e Inglaterra, conhecida como "a questão Christie" e a guerra do Paraguai. Porém, não pretendo me ocupar desses temas. Desta feita, creio que podemos ir diretamente aos acontecimentos do ano de 1866, imediatamente posteriores a volta de André Rebouças da guerra do Paraguai para buscar relacioná-lo mais precisamente com sua demissão em 1871.

Um acontecimento foi muito importante para a trajetória do engenheiro. Em 1866 André Rebouças tomou conhecimento da abertura de um concurso público para a cadeira de hidráulica da Escola Central, porém, apenas um candidato estava inscrito para o concurso e o prazo era de 30 dias para o início das avaliações. Rebouças havia também perdido o prazo da inscrição por se encontrar oficialmente em campanha na Guerra do Paraguai. O engenheiro pleiteou junto a congregação que se levasse em consideração sua situação atípica. O caso foi discutido, mas os apelos de Rebouças não foram atendidos. Com efeito essa situação gerou a suspensão provisória. O candidato para quem a vaga estava aparentemente destinada era Agostinho Victor de Borja Castro, engenheiro, que após sua demissão das obras da Alfândega iria substituir Rebouças na gerência das docas da Alfândega. Borja Castro encontrava-se como professor substituto da Escola, porém a ação de Rebouças gerou alguns transtornos práticos para a vida de Castro. Segundo relata Carvalho (1998), Borja Castro nunca mais voltaria a cruzar o caminho de Rebouças sem demonstrar um grande rancor. A autora nomeou o caso como "incidente da Escola Central" (CARVALHO, 1998, p 108).

Outro incidente importante resultou da ação dos irmãos, em uma Comissão especial de Águas que, "em trinta dias dera à cidade mais de 2 milhões e 400 mil litros de diário de água e, em 60 dias, completou a marca de 5 milhões de litros" (CARVALHO, 1998, p. 110). Em 1870 o Rio de Janeiro passava por uma das piores secas registrada até então. André e seu irmão Antônio submeteram à Diogo Velho, ministro da Agricultura o Obras Públicas, a ideia de organizar uma Companhia de Águas com os recursos do Império. A companhia seria responsável pela captação de água, açudagem e construção

de encanamentos. Os estudos e debates públicos foram iniciados e Antônio havia sido nomeado presidente de uma comissão com mais dois engenheiros, mas não havia um avanço real para além das discussões e projetos. Em paralelo André Rebouças dera início a uma organização privada, articulando junto a figuras do Império, como o Visconde de Itaboraí, questões de caráter mais burocráticos e a viabilidade técnica de levar a água até as residências. Porém, "os engenheiros pertencentes ao corpo da administração do Império estavam visivelmente insatisfeitos com a obstinação de André em tornar privado um objeto de política pública" (CARVALHO, 1998, p. 109).

Além dos engenheiros do ministério da Agricultura e Obras Públicas, os irmãos Rebouças causaram incomodo também nos proprietários de terra da cidade do Rio de Janeiro. A comissão especial nomeada pelo ministro da Agricultura e Obras Públicas, responsável por, entre outras coisas "entender-se com os possuidores de água no centro da cidade para cessão provisória das águas que não precisarem para o seu uso" (CARVALHO, 1998, p. 109). O Conde de Bonfim, apoiado pelo próprio ministro Diogo Velho, se recusou a fornecer acesso as nascentes de água que se encontravam dentro de suas terras. Os irmãos Rebouças, frente a essa questão, por não contarem com o apoio do ministro Diogo Velho, recorreram diretamente ao Visconde de Itaboraí, chefe do Gabinete de Ministros. Este por sua vez disse aos irmãos: "executem as obras ainda que seja preciso empregar força" (CARVALHO, 1998, p. 109).

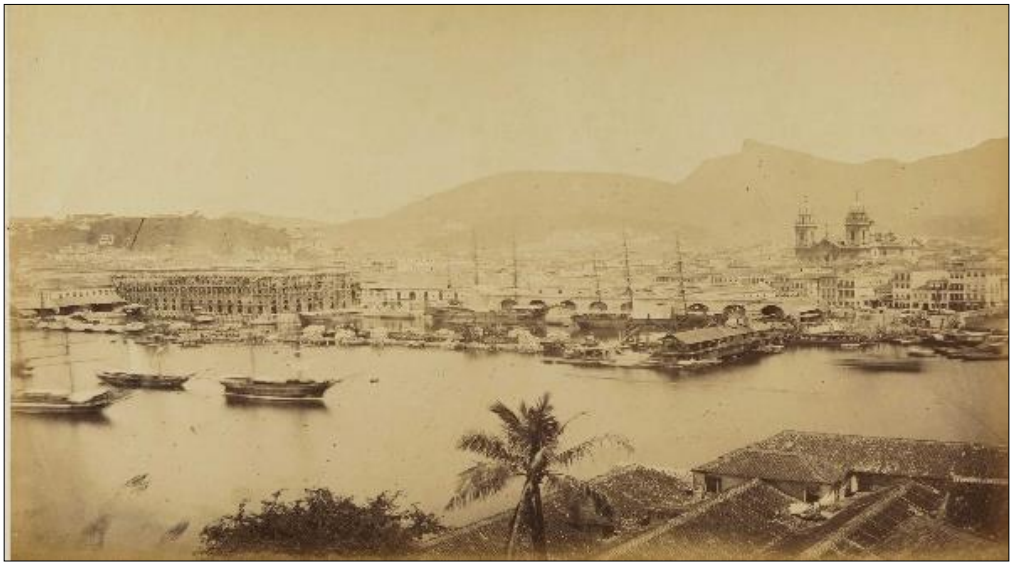
Esses acontecimentos expõem várias questões. De acordo com Carvalho (1998) esses acontecimentos servem para ilustrar o "complexo jogo político em que se esboçavam as características de uma profissão nascente: a engenharia" (CARVALHO, 1998, p. 111). Havia uma crescente hostilidade contra os irmãos Rebouças advinda dos engenheiros-funcionários e dos políticos como o próprio Diogo Velho e Zacarias de Góis (CARVALHO, 1998, p. 109 – 110). De acordo com Santos (1985), André Rebouças expõe outras circunstâncias da questão:

> [...] O ministro d'Agricultura mandou-me chamar à Câmara dos Deputados. Estava já com medo dos proprietários, e procurando interpretar restritivamente as instruções que redigimos no dia 1º à noite. Já achava exageradas as providências tomadas. Mandou sustar a abertura dos poços (REBOUÇAS apud SANTOS, 1985, p. 160).

A hostilidade contra os irmãos Rebouças crescia entre os engenheiros-funcionários. Argumenta-se que o que motivava as hostilidades contra os irmãos era a

visão de ação empresarial conjunta com a engenharia. Porém, como ressalta Carvalho (1998) “os irmãos Rebouças em seu ímpeto empresarial, desafiaram a máquina “Saquarema”, representada pelos engenheiros e técnicos da Comissão de Obras Públicas, que fez sentir ao ministro da Agricultura, Diogo Vieira, o seu desagrado”. (CARVALHO, 1998, p. 111).

Figura 5: Alfândega, da Ilha das Cobras (186?).

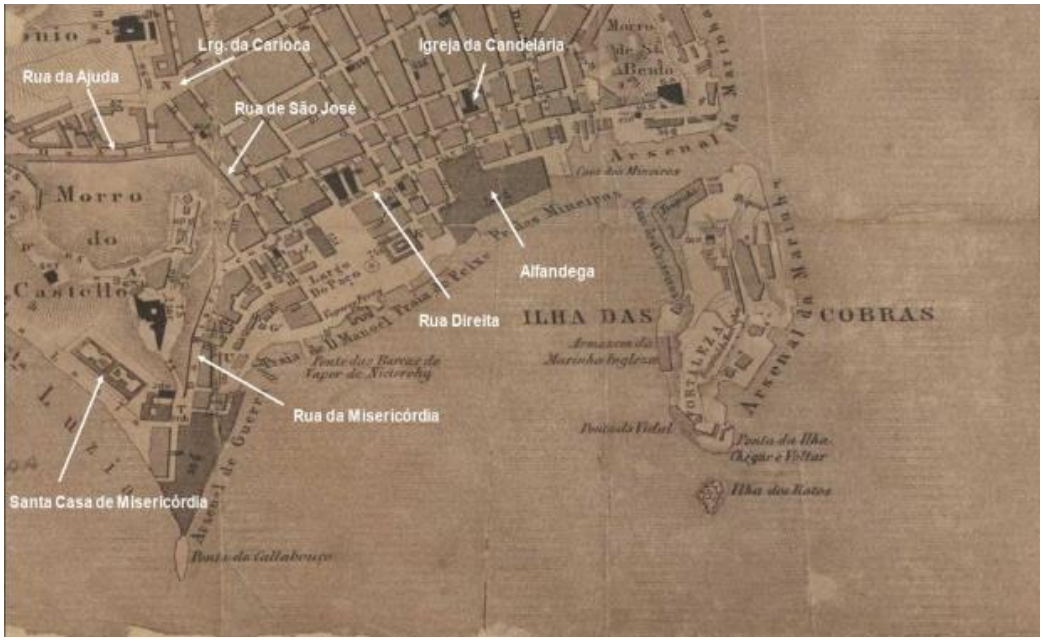


Fonte: Biblioteca Nacional (Brasil)

Foi nesse período que os irmãos foram vítimas ataques racistas no jornal em jornais. Em 1871 foi publicado no periódico *Diário do Rio* o poema satírico intitulado “Pai Feitiço e Pai Quilombo” que desqualificava o conjunto de suas iniciativas empresariais até aquela data. Trindade (2011) aponta uma informação importante. Quando André relata os ataques sofridos em 1871 ele também recorda de um ataque que lhe aconteceu em 1864 no *Correio Mercantil*, ironizando os “Diques Múltiplos” (TRINDADE, 2011, p. 47). Constata-se então que havia agressões sistemáticas aos irmãos Rebouças nos jornais da corte. Ainda em 1871, mesmo após a demissão André Rebouças da Companhia Docas da Alfândega, uma nova leva de ataques é feita, dessa vez por Borja Castro, seu antigo desafeto da Escola Central, assumiria também a gerência da obra após a sua demissão.

A demissão de Rebouças em 1871 é importante representa o ponto de inflexão de uma história que tem sido relatada, mas que não tem sido investigada de forma mais detida. No espaço que compreende o ano de 1866 e 1871 um conjunto de fatos foi decisivo para o rumo da trajetória de Rebouças, geralmente vinculados a mesma categoria profissional.

Figura 6: Nova planta da cidade do Rio de Janeiro (1864). [Editado].



Fonte: Rio de Janeiro, RJ: Laemmert, 1864. Álbum cartográfico do Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX. Biblioteca Nacional (Brasil).

Acredito que para compreender a trajetória de André Rebouças é preciso que o contexto de sua demissão seja cruzado com o *modus operandis* das forças sociais que serviam de fundo para aquela sociedade, buscando expor as filigranas que não se dão a primeira vista. Temos que levar em conta além do ressentimento que Borja Castro carregava por André Rebouças, todo contexto de uma sociedade escravista e senhorial. Temos que lembrar que o homem se pôs em seu caminho no concurso para professor era negro e que, na mesma época, passou a integrar o corpo de engenheiros do porto mais importante do Império e consequentemente o maior e mais importante da América Latina.

Na década de 70 esse porto representava 52% das rendas alfandegárias do Império. Segundo levantamento feito por Jaime Lerry Benchimol (1992), "entre 1873 e 1876 a renda média da Alfândega foi de 39.893:002$000; a receita média arrecadada por todas as alfandegas do império totalizou 76.393:224$224. A renda média pública total foi

de 114.414:126$543" (BENCHIMOL, 1992, p. 51). André Rebouças, junto com seu antecessor, o engenheiro inglês e amigo Charles Neate, o quanto o seu sucessor e, inimigo declarado, Agostinho Vítor de Borja Castro, foram os responsáveis por gerir o mais importante melhoramento do porto do Rio de Janeiro até a época de Rodrigues Alves (BENCHIMOL, 1992, p. 51). Esse empreendimento se inseria no âmbito mais geral do processo de modernização que remonta a missão artística francesa de 1826.

A demissão foi um momento dramático para André Rebouças. Todo o processo é retratado como uma orquestração vil feita pelos burocratas, representantes da classe senhorial na gestão das empresas públicas. Mas a questão que chama atenção é a forma como Rebouças registra o dia em questão. Em letras azuis, na parte de cima da narrativa que fizera do fato em seu diário, lê-se a seguinte anotação "Noite de um pária em sua terra natal" e entre colchetes os anos de 1871 e 1889. Essa anotação é marcada como tendo ocorrido em 12 de novembro, após sua demissão.

O que significam as anotações dessas datas? Provavelmente elas foram feitas alguns anos após sua demissão já que o ano de 1889 é representativo, marca o fim da monarquia, oriunda de um golpe Republicano, frutos do ressentimento da Abolição e das possíveis reformas. E o que mais poderia nos dizer essa autodenominação de *pária*? Qual o sentido do uso dessa palavra em específico? O significado de pária corrente na língua portuguesa diz respeito aquele sujeito que não pertencente a nenhuma casta, impuro e desprezível, uma pessoa excluída do convívio social. Não verifiquei até o momento nenhuma pesquisa que trabalhe a problemática acerca dessa autodenominação feita por Rebouças. Creio que ela pode nos ajudar a entender alguns aspectos muito sensíveis da percepção racial que André passou a ter a partir desse episódio, contrariando inclusive teorias que dizem que sua percepção racial, sua "africanidade", teria despertado fora do Brasil.

Esse pequeno esboço apresentado, expõe a narrativa de um período da trajetória de André que pretendo explorar. Os repetidos ataques racistas que sofreu estão sempre vinculados a setores alinhados com os interesses da classe senhorial. Está muito nítido que os marcadores raciais de Rebouças deram o tom dos ataques que sofreu no jornal e na sua trajetória ainda como estudante, quando lhe foi recusada a matrícula como aluno e quando não recebeu como prêmio a viagem a Europa para completar seus estudos, como determinava os regulamentos da Escola Central, tendo que seu pai arcar com a viagem

(SANTOS, 1985, p. 19). Mesmo que essas referências não abundem em seus diários cremos que fragmentos como o encontrado em seu diário após a sua demissão possam servir como aporte para identificar momentos em que isso é exposto de forma não-explícita. Decifrar o significado de pária tem um papel fundamental nesse processo.

CAPÍTULO 3: UM PÁRIA NA SOCIEDADE DO SEGUNDO REINADO: APONTAMENTOS SOBRE O IMPACTO DO RACISMO ESTRUTURAL NA TRAJETÓRIA DO PRIMEIRO ENGENHEIRO NEGRO DO BRASIL.

O escritor brasileiro Machado de Assis (1839 – 1908) foi contemporâneo de André Rebouças, era apenas um ano mais novo. Suas origens eram semelhantes, mestiços e nascidos livres. A sociedade narrada nas crônicas e romances de Machado é a "mesma" de Rebouças. A partir disso cremos que o olhar de Machado, tão crítico ao *ethos* senhorial de nossa sociedade quanto Rebouças, pode contribuir para reconstruir o universo no qual Rebouças estava inserido, além das próprias reflexões, que contribuem metodologicamente para a análise da sociedade.

É o caso da publicação feita pela "Revista brasileira" em 1898 da crônica intitulada "O velho Senado", onde Machado narra algumas reminiscências de sua juventude, época em que fora redator do periódico "Diário do Rio", incumbido de cobrir as sessões da câmara. Suas crônicas políticas e seus romances são documentos de história social, diferentes da descrição objetiva dos tradicionais Anais do Senado, fonte muito usada para a pesquisa da história política. Os detalhes das sessões percebidos pelo olhar arguto do escritor e rememorados nas crônicas são invisíveis nos Anais, possibilitam a criação de uma imagem mais dinâmica e nítida do ambiente social e político do Segundo Reinado, recorte temporal dessa pesquisa.

As imagens produzidas por intermédio da descrição machadiana da realidade, expondo os pormenores gestuais e retóricos dos senadores, sua forma de proceder com seus pares dentro daquela casa, proporciona-nos uma descrição vivida das relações sociais da elite política do Segundo Reinado. Podemos quase que ler os gestos, possibilitando-nos uma análise da política do país através dos trejeitos dos homens da alta política da época, "um pouco de homens, um pouco de instituição" (ASSIS, 2004, p. 26), relacionando essas descrições físicas e os elementos da política nacional, construindo uma espécie de arquétipo do que era o país a partir dos personagens que formavam esse Senado.

Mas destaco aqui sua contribuição para a metodologia da microanálise. As reminiscências de Machado de Assis, despertadas a partir do seu contato com as

litografias de Sébastian Auguste Sisson, são a tradução de certo exercício de imersão no tempo. Ao ver as litografias o escritor relata ter tido uma "visão do Senado de 1860" (ASSIS, 2004, p. 21). O início dessa crônica proporciona uma importante reflexão sobre o valor do observador para a reconstrução e estudo do passado. De acordo com o Assis (2004): "Visões valem o mesmo que a retina em que se operam. Um político, tornando a ver aquele corpo, acharia nele a mesma alma de seus correligionários extintos, e um historiador colheria elementos para a História" (ASSIS, 2004, p. 21).

O torpor contemplativo das litografias de Sisson conduzem Assis à uma reflexão sobre o papel do sujeito, sua perspectiva e interpretação sobre o objeto que vê. Na perspectiva apresentada pelo autor as informações que aquele objeto fornecerá dependerá de quem o observa. Muitas informações podem ser recolhidas a partir do mesmo objeto. Ou seja, a "visão" que é produzida a partir da interação da retina com o objeto depende fundamentalmente do dono dessa retina (ASSIS, 2004, p. 21).

As reflexões de Assis (2004) flertam muitas vezes com a história e essa crônica não é uma exceção[18]. De acordo com o escritor, os historiadores, ao olharem para as iconografias do passado, poderiam recolher delas elementos para a História. Essa reflexão incorpora-se muito bem aos objetivos desta pesquisa sobre as relações étnico-raciais. A análise iconográfica apresentou algumas questões pertinentes e contribuiu para a elaboração do capítulo que se segue.

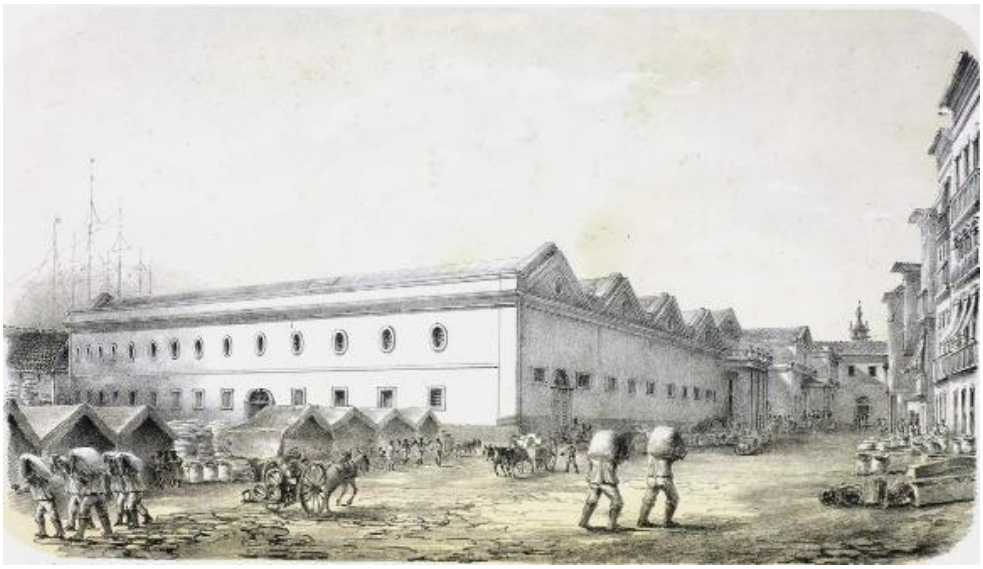
A partir de uma breve análise de uma foto de André Rebouças levanto questões relacionadas a trajetória do engenheiro André Rebouças e o papel que sua figura, no sentido de fenotípico, tinha em suas interações com o meio em que transitava. Como já dissemos, a presença de Rebouças nos lugares comumente frequentado por ele, por si só, representava o rompimento de uma hierarquia racial tradicional, que geralmente excluia os homens de cor dos postos mais elevados das carreiras do império, pertencentes as elites brancas, na grande maioria dos casos.

Seria exagero de nossa parte supor que a simples presença de um mulato seria o elemento central para a verdadeira campanha que se fez contra sua pessoa? Ou é mais provável que sua presença representasse um certo incômodo e até mesmo

[18] Cf Sidney Chalhoub em "Machado de Assis historiador". O autor apresenta uma farta bibliografia referente a relação entre Machado de Assis e o fazer historiográfico.

constrangimento para as pessoas ligadas ao poder local? A mobilização para sua demissão das obras das Docas da Alfândega se funda em racismo puro ou simples despeito, ciúmes de sua relação com a família? Seria possível atribuirmos ao racismo, enquanto fator estrutural, o elemento explicativo para o suposto fracasso do engenheiro em sua "aventura empresarial" (Trindade, 2011, p. 112)? De acordo com alguns autores sua postura liberal na organização de companhias configuraria um rompimento com as tradições econômicas de sua época e essa tentativa em romper com a tradição é tida como fracassada (CARVALHO, 1998, p. 121).

Figura 7: Alfândega/Praia dos mineiros (1856).



Fonte: Pieter Godfred Bertichem. O Brasil pitoresco e monumental. [Gravura 02]. Biblioteca Nacional (Brasil).

Fracasso é, no entanto, uma palavra muito pesada, que acaba jogando sobre os ombros do indivíduo a responsabilidade pelo insucesso, visto que quem fracassa é fracassado. Observando, porém o contexto social em que estava inserido, não parece justo imputar ao primeiro engenheiro negro de nossa história, formado em uma escola regular de engenharia o epíteto de fracassado. E essa não parece ser a realidade de André.

Não buscamos dar respostas a todas essas perguntas, mesmo porque dar respostas não é o único papel de uma pesquisa. Na verdade primeiro procuramos refletir sobre as validades das antigas respostas e colocamos novas perguntas. Trata-se aqui, portanto, de

aprofundar a análise a partir de outras chaves de leitura sobre a trajetória de Rebouças, tendo o preconceito de cor como fator decisivo – não o único – nos rumos dados a sua vida profissional.

3.1. Questões para se pensar estruturas raciais e sociabilidade a partir ascensão do homem de cor e os limites de seu trânsito no mundo dos brancos.

De acordo com Eunice Aparecida de Jesus Prudente (1988), historicamente "no Brasil à escala socioeconômica corresponde uma escala racial" (PRUDENTE, 1988, p. 135) na qual o contingente negro do povo encontra-se nas camadas subempregadas e carentes. A despeito da igualdade jurídica estabelecida pela Constituição Federal de 1988, existe ainda uma grande simetria na condição jurídica da população negra, o que não representa nenhuma para a nossa história. O que vemos hoje como flagrante desrespeito ao direito à cidadania é fruto de séculos de restrições celebradas em documentos oficiais, desde a colônia até o império. Quem não pertencesse a uma linhagem pura de sangue era excluída, não participava da vida política da sociedade oficial.

Prudente (1988) nos informa que entre o ano de 1530 até o de 1888 o negro figurou na história jurídica do Brasil como "objeto de direito e ou sujeito de direito" (PRUDENTE, 1988, p. 135). Devido ao modo de produção vigente ele foi tratado na maioria dos casos como um "bem móvel" ou "semovente", ou seja, como "objeto" (GORENDER, 1980, p. 63). A condição jurídica do negro em nossos códigos legais é um tema clássico no debate sobre a história do negro. Os estudos sobre a condição jurídico e social do negro publicadas em 1866 por Agostinho Marques Perdigão Malheiro (1824 – 1881) é base para a maioria dos trabalhos a história do negro e da escravidão sobre a condição social e jurídica do escravo e do liberto[19]. Os trabalhos da Comissão Estadual

19 Porém, a incorporação acrítica por parte de alguns historiadores das teses de Perdigão Malheiro é o ponto central de uma grande discussão teórica recente envolvendo Jacob Gorender e Sidney Chalhoub. Em seu livro *Escravidão Reabilitada* Gorender acusou um grupo de - à época-, jovens historiadores do recém-formado campo da história social da escravidão, de estarem reabilitando as concepções paternalistas de Gilberto Freyre em suas interpretações históricas. Aparentemente tal acusação seria uma reação as críticas teóricas feitas por esses historiadores à incorporação do postulado de Perdigão Malheiro feita por historiadores como Florestan Fernandes, que criou talvez um dos paradigmas interpretativos mais longevos para a interpretação da história do negro.

da verdade da escravidão negra no Brasil – OAB/RJ (2015) e o de André Barreto Campello (2018) representam uma síntese da discussão sobre a questão do estatuto jurídico e da condição do escravo. No entanto, não pretendo me aprofundar na análise de questões de natureza jurídica, chamo apenas a atenção para elas pois ajudam a ilustrar alguns elementos paradoxais importantes para compreender a trajetória do corpo negro de André Rebouças no mundo dos brancos.

Um dos motivos que impulsionaram esta pesquisa foi a discordância em relação a apreciação dada as questões relacionadas ao papel desempenhado pelas relações raciais na trajetória de André Rebouças. Em especial ao peso relegado por alguns autores à essas relações na explicação para as mudanças de rumos da carreira empresarial de André Rebouças no início dos anos 1870, e os motivos que provocaram tal mudança. Como já mencionado, o período entre 1870 e 1880 é considerado por esses autores como a transição do Rebouças empresário para o de publicista. Como dito anteriormente, de acordo com essa literatura Rebouças teria "fracassado" em seus empreendimentos, essencialmente por conta de sua visão política e econômica, liberalizante, que se chocava com os interesses monopolizadores das oligarquias e da Engenharia oficial.

A sociedade na qual André Rebouças viveu é a do apogeu do vale do Paraíba, do café, dos caminhos de ferro, dos melhoramentos urbanos, que viu a transição para luz elétrica nos postes da cidade. É também a sociedade da segunda escravidão, que para continuar com sua economia a pleno vapor criou uma lei "para inglês ver", que fingia ter abolido o tráfico negreiro, que só foi abolido de fato em 1850, quando a escravidão já era a um bom tempo praticada ao arrepio da lei de 1831.

Essas duas leis, que pretendiam a extinção do tráfico de escravos, não teriam forças, porém, para romper com os costumes hediondos criados a partir da escravidão. Essas leis – uma delas consagrada pela cultura popular como sinônimo de lei que na prática não é cumprida – seriam apenas um artifício para esconder seu face de ares civilizado, mas que insistia em trazer consigo um lastro de sangue. Machado de Assis (1973) em sua crônica "*Bons Dias!"* é sintético ao caracterizar a sociedade escravocrata na figura do personagem que narra orgulhosamente, em uma espécie de diário íntimo, a alforria concedida ao jovem escravo Pancrácio, praticamente às vésperas da assinatura da lei áurea na sociedade que por último aboliu a escravidão. Mais uma das finas ironias

machadianas ao retratar esse pretenso ato de expiação que a sociedade imperial se "esforçou" em realizar, não sem a resistência daqueles que se preocupavam com súbita extinção da principal forma de trabalho da época[20].

A preocupação dos escravocratas tinha sua "justificativa", pois a escravidão era a base da economia brasileira a séculos. Não nos esqueçamos, o brasão de armas do Império do Brasil, era ornado por ramos de tabaco e de café, os principais produtos de nossa economia. Porém, alguns autores argumentam que, para se fazer justiça simbólica, em vez de só café e tabaco o brasão imperial do Brasil deveria trazer junto de si um navio negreiro (MARQUESE; TOMICH, 2015, p. 21). O Estado imperial que emerge conectado ao passado colonial pela escravidão, ao cunhar sua carta magna deixou rastros dessa sua vinculação. A seguir veremos um pouco das características desse Estado assentado nas plantações de café do Vale escravo.

3.2. Uma pequena digressão: A Constituição de 1824.

Como já foi dito não é o objetivo desse trabalho aprofundar-se no debate acerca da condição jurídica do negro e do escravo. Mas faz-se necessário abordar mais detidamente algumas questões relacionadas a esse tema que sobressaem na carta constitucional de 1824, peça jurídica paradoxal que representa a encruzilhada que o Estado brasileiro encontrou em seu início.

A primeira constituição do Brasil foi o resultado do atrito entre D. Pedro I, que convocara uma Assembleia Constitucional em 1823. Por não aceitar se submeter a Assembleia Nacional, mantendo-se firme como monarca de tipo absoluto, cria com seu gabinete de ministros em 1824 uma Constituição "sobre os escombros dos trabalhos da Assembleia Constituinte de 1823" e a outorga, legitimado não pela vontade popular, mas pelos representantes provinciais, escolhidos por ele (CAMPELLO, 2018, p. 54 – 55).

A Constituição de 1824, mesmo que de forma precária, reconhece juridicamente o estatuto de sujeito de direito para o negro. Como argumenta o relatório parcial. Essa carta concedeu aos negros "em seu art.179, inciso XIX, uma norma expressamente de Direitos Humanos, ao determinar que "Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a

[20] Ver: Anais do Senado Imperial, 13 de maio de 1888, p. 38. Discurso do Senador Paulino de Souza.

marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis*"* (DIAS; PRUDENTE, 2016, p. 163). O que tivemos, porém ao longo da história é que, na prática a condição jurídica de sujeito de direito do negro é ignorada foi ignorada.

Os membros da família Rebouças estavam atento aos artifícios jurídicos que visavam limitar qualquer mínimo acesso a cidadania. Seu pai, como fora demonstrado no trabalho da professora Keila Grinberg, foi um árduo defensor dos direitos dos libertos, estava consciente portanto das questões que envolviam o processo de reconhecimento da cidadania tanto quanto as manobras para a sua retirada de alguns. Rebouças, o filho, provavelmente por influência do pai, era um intelectual atento a essas finas tessituras sociais. A recorrente aplicação da pena de açoite, retirada da Constituição de 1824, foi algo que lhe chamou a atenção. Na realidade, a lógica e as práticas oriundas da escravidão eram questões que lhe provocavam profundas reflexões. O açoite, em especial era algo que nele despertava "tristes reflexões" pelo que "a barbara oligarquia deste Império ainda conserva para os infelizes escravos" (REBOUÇAS, 1883, p. 164). Para Rebouças a retirada da pena do açoite, "como todas as outras penas bárbaras", deveriam ter como intenção "não alimentar no povo brasileiro instintos de crueldade" (REBOUÇAS, 1883, p. 164). Entretanto Rebouças percebeu que a abolição da pena de açoite não visava o alívio da sina do "escravo". Assim expressava-se o engenheiro:

> A Constituição abolio neste paiz a pena de açoutes, como todas as outras penas barbaras, na santa intenção de não alimentar no povo brazileiro instinctos de crueldade.
> O bello artigo 179 da Constituição do Império diz textualmente:
> "Artigo 179, § XIX. – "Desde já ficam abolidos os açoites, "a tortura, a marca de ferro quente, e todas as demais penas "cruéis."
> Assim, pois, é bem claro que nenhuma dessas penas bárbaras, tristes legados dos misérrimos tempos do absolutismo, pode figurar nos códigos do Brasil.
> É estulta e sofistica a objeção que a constituição não se refere a escravos.
> Evidentemente refere-se à abolição da pena em absoluto.
> A constituição não disse, nem poderia dizer, a necedade que os cidadãos brasileiros não poderiam ser açoitados; disse sim que a barbara pena de açoites não seria jamais executada no Brasil!
> A Constituição quiz evidentemente prevenir que, ainda no ano de 1874, um ministro da justiça deste Império assignasse três ou quatro avisos sobre pena de açoutes aos infelizes escravos.

> Foi esta tristíssima prova de nosso abatimento moral e de nosso estado de barbaria, que a Constituição quiz prevenir que déssemos ao mundo civilizado! (REBOUÇAS, 1883, p. 164)[21]

Rebouças percebeu que os impactos dos costumes coloniais, ao longo do tempo, já haviam se instalado de forma profunda nos costumes nacionais. A perplexidade diante da sociedade escravocrata de seu tempo, e seu "abatimento moral" diante da persistência de costumes antigos se justificava. O engenheiro narra um caso ocorrido em 1874, sessenta anos após a pena do açoite ser abolida. O próprio ministro da justiça assinou entre três e quatro avisos sobre pena de açoite, o que revela o caráter do próprio sistema jurídico imperial. Paralelamente, em relação ao caso relatado por Rebouças, podemos trazer aqui mais uma crônica de Machado de Assis. Diz assim o escritor sobre o momento político da década de 1860 "O que há de política? É a pergunta que naturalmente ocorre a todos, e que me fará o meu leitor, se não é ministro. O silêncio é a resposta. Não há nada, absolutamente nada. A tela da atualidade política é uma paisagem uniforme; nada a perturba, nada a modifica." (ASSIS, 2004, p. 55). Talvez não querendo tratar da questão que Rebouças tratava especificamente é possível identificar nos dois casos uma queixa em relação a uma certa tradição.

A Constituição de 1824 privou todos, a exceção dos escravos dessa pena bárbara, como bem reparou Rebouças. No Código Criminal de 1830, que substitui o Livro V das Ordenações Filipinas, a despeito de dizer que aboliria as penas cruéis manteve-as para os escravos. No artigo sessenta dessa lei a pena de açoite era prevista em três situações:

> Art. 60. Se o réo fôr escravo, e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, será condemnado na de açoutes, e depois de os soffrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro, pelo tempo, e maneira que o Juiz designar.
> O número de açoutes será fixado na sentença; e o escravo não poderá levar por dia mais de cincoenta. (BRASIL, Código Criminal,1830)

Esse artigo só foi revogado pela Lei 3.310, de 1886, permanecendo ativo durante os dois anos que antecederam a extinção da escravidão o artigo 113 que versa sobre as

21 De acordo com o dicionário necedade significa tolice, ou seja, Rebouças quis dizer que os legisladores brasileiros não cometeriam o descuido de redigir uma lei que impedisse as oligarquias de exercer a violência contra os escravizados, elemento fundamental para o funcionamento da escravidão. Um artifício retórico.

insurreições, que prevê as seguintes penas "Aos cabeças - de morte no gráo maximo; de galés perpetuas no médio; e por quinze annos no minimo; - aos mais - açoutes." (BRASIL, 1830).

Maria de Fátima Silva Gouvêa (2008) nos lembra que a Constituição de 1824 foi um dos marcos da nova sociedade imperial. Segundo a autora, esta carta foi central na "organização da sociedade brasileira do século XIX" e que transformou o ex-colônia portuguesa numa "monarquia constitucional na qual os cidadãos estavam organizados de forma altamente hierarquizada", e o mais importante "tornou viável a legalização e a proteção da escravidão" (GOUVÊA, 2008, p. 22). Verificando-se mais uma vez o elo entre a antiga sociedade colonial e a nova monarquia constitucional, mantendo e protegendo a escravidão.

A constituição de 1824, além do que fora apresentado por Rebouças na questão dos açoites, trazia no seu bojo outra ocasião em que o negro, mais uma vez era considerado cidadão apenas de forma figurativa, dessa vez trata-se do liberto. Esse tipo social tem também sua condição de sujeito rebaixada. E já não se pode usar como argumento o fato de ser escravo, pois o liberto, teoricamente, é um homem livre, embora o exercício dessa liberdade seja extremamente precário[22]. Sendo assim, apesar da Constituição de 1824 conferir-lhe certo grau de cidadania esta é extremamente limitada e discriminatória.

No artigo sexto, inciso primeiro, define-se que os cidadãos brasileiros são aqueles que "no Brazil tiverem nascido, quer sejam **ingênuos, ou libertos**, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação" (BRASIL, Constituição (1824) – grifo nosso). No capítulo sexto, que trata das eleições, está descrito o procedimento para a nomeação dos Deputados e Senadores para a Assembleia Geral e dos membros do Conselho de Província. As eleições eram feitas de forma indireta, divididas em dois processos, primeiro nas eleições paróquias, espécie de primárias. Essas eleições paroquiais serviam para escolher os Eleitores de Província que por sua vez escolheriam os representantes da nação e da Província. Eram eleições de duas fases "onde os votantes votavam nos eleitores que, por sua vez, votavam nos deputados"

[22] Para uma discussão mais aprofundada sobre esse tema cf Sidney Chalhoub "Liberdade precária" in: "A Força da escravidão".

(DOLHNIKOFF, 2008, p. 15).

De acordo com o artigo noventa e um da Carta de 1824 tinham voto nessas eleições primárias "Os Cidadãos Brasileiros", portanto os libertos, "que estão no gozo de seus direitos políticos" e "Os Estrangeiros naturalizados" (BRASIL, 1824). No artigo seguinte são apontados aqueles que possuem restrições ao voto nas assembleias paroquiais, entre eles os "criados de servir", categoria entre os quais podemos supor, a depender da localidade, pertencerem um imenso contingente de libertos que exerciam algum tipo de serviço doméstico ou de ganho. Estão incluídos também nessas restrições aqueles que "não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos" (BRASIL, 1824).

O critério censitário era aquele que determinava, na prática, a escolha dos "eleitores". Esses homens escolhidos pelos "votantes" das paróquias eram aqueles que efetivamente influenciavam o processo político. Na prática, numa sociedade de extrema dificuldade de ascensão social dos libertos, ser considerado cidadão era quase que figurativo. Por conta da questão censitária o liberto estaria excluído da plena cidadania apenas por conta da questão censitária.

Os elementos jurídicos apresentados servem para ilustrar a condição precária do negro dentro de uma ordem jurídica escravocrata. Independente de qual seja sua condição jurídica, liberto, livre ou escravo, a impressão que temos é que ele está sempre vivendo em um estado de exclusão da sociedade civil ou relegado a uma cidadania incompleta.

O açoite, portanto, é a representação do poder escravocrata que se sustentou, mesmo após a independência e sua suposta modernização jurídica. O Código Criminal de 1830 revela na verdade uma garantia para a supressão da insubordinação negra e sua luta pela liberdade, que punham em risco o ordenamento econômico. Essa peça jurídica materializava-se no chicote e na mão do feitor. Talvez essa seja a imagem que represente de forma mais didática a natureza do regime escravocrata de trabalho forçado.

Diversas são as representações iconográficas registrando tais práticas, porém não há como não lembrar dos registros feitos por Jean Baptiste-Debret (1768 – 1848) durante a missão artística francesa na primeira metade do século XIX. O francês retratou fartamente o cotidiano da cidade e o açoite não fugiu ao registro sendo seus desenhos documentos importantes para ilustrar a dinâmica da escravidão

A estigmatização do negro se caracterizava pelo fato de que figura estava sujeita e autorizada pelo costume a um tipo de tratamento pela sua cor, que o vinculava automaticamente a condição de escravo. Como bem pontuou Fernandes (1959) "o matiz da pele servia como uma espécie de índice da condição social das pessoas. Quem não fôsse *branco,* corria o risco de ver-se considerado e tratado como *escravo."* (FERNANDES, 1959, p. 81 – grifo do autor).

Figura 8: *Feitors corrigeant des negres* (1835).



Fonte: Jean-Baptiste Debret, Voyage pittoresque et historique au Brésil. Tome deuxième. p. 28. Biblioteca Nacional (Brasil).

A seguir veremos um exemplo de como esse estigma estava presente na vida de Rebouças, o que lhe conferia a consciência dos mecanismos pelos quais essa estigmatização operava e se fazia presente.

3.3. À exemplo do pai: herança de recusas.

O Segundo Reinado foi caracterizado por alguns autores como o período histórico no qual o negro experimentou, pela primeira vez uma, significativa mobilidade social. Gilberto Freyre (1936) também caracteriza os primeiros anos da sociedade imperial como uma sociedade em transição, em fragmentação "diminuição de tanta casa-grande gorda, em sobrado, mais tarde até em *chalet*; a fragmentação de tanta senzala em mucambo, não já de negro fugido, no meio do mato grosso, mas de negro livre, dentro da cidade, que foi

um fenômeno do 1830 brasileiro" (FREYRE, 1936, p. 302)[23].

Freyre (1936) diz também que nesse Brasil, "já país de mestiços", o modelo de hierarquização social continuava a ser aquele do período colonial, baseado na raça e na pureza de sangue, se perpetuando mesmo após a independência nas relações entre metrópole e colônia. Mesmo fazendo essa constatação, o sociólogo consagra um capítulo de seu livro para realizar uma análise antropológica desse tipo social, o bacharel e o mulato, geralmente congregados no mesmo ser (FREYRE, 1936, p. 302, 316).

Percebe-se por parte do autor um esforço de "positivação" referente a mestiçagem, ao caracterizar o brasileiro como povo mulato. Essa atitude de "valorização" da contribuição cultural e biológica do negro tem o mulato como elemento simbólico central. O personagem idealizado possui uma série de caracteres marcantes, dentre eles sua volatilidade e arrebatamento, o que contribuiu para a criação de um estereótipo exótico e erótico.

Não cabe no momento realizar uma análise aprofundada do texto de Freyre (1936) nem suas questões, extrairemos apenas alguns pontos que ilustram o quanto o conceito de "mulato" dificilmente representará uma homogeneidade e, por consequência, algum tipo de estrutura conceitual que servirá como espécie de modelo para determinar a experiência de "ser mulato". Porém, no imaginário social, tanto o mulato quanto a mulata exerceram o papel de uma suposta representação da integração e da positivação da mestiçagem baseado neste exotismo e erotismo apresentado por Freyre. Apesar de Freyre ter sido considerado o arquiteto da ideia de democracia racial e o grande propagador imagem erotizada do mulato e mulata, outras figuras cumpriram papel fundamental nesse processo. Um exemplo icônico é o do escritor Aluízio de Azevedo (1857 – 1913) que contribuiu de forma decisiva para a síntese desse tipo social com o seu personagem Dr. Raymundo, protagonista do romance *O mulato,* de onde Freyre retira boa parte de seu

23 Cumpre aqui ressaltar que o uso da obra de Gilberto Freyre não tem por finalidade a reiteração ou adoção de suas perspectivas e teses acerca da relação social entre negros e brancos. O que se busca aqui é a contribuição desse autor que, mesmo fora do campo teórico marxista enxerga a relação entre modos de produção e vida social. Sua análise é útil para ilustrar que não se trata de um raciocínio ideologicamente determinado, tratando-se de uma tese construída a partir da observação do fenômeno social. Apesar de suas declarações polêmicas – para dizer o mínimo – sua contribuição para a história social, que desviou o olhar do público para o privado continua sendo importante para o entendimento da "psique" brasileira. Acerca dessa contribuição ver a introdução de Luiz Felipe de Alencastro ao volume 2 de História da vida privada no Brasil.

argumento. O próprio Freyre refere-se a obra de Azevedo como um "documento humano recortado da vida provinciana do seu tempo" (FREYRE, 1936, p. 324).

O romance narra a história de um bacharel mulato que se envolve com a filha branca de um comerciante do Maranhão. O personagem principal é assim descrito por Freyre (1936):

> Alto, cabelo um ***tanto crespo***, mas de um preto lustroso; a pele amulatada, mas fina; os olhos, grandes e azuis - azul que puxara do pai; ***o nariz direito***, a fronte espaçosa, o pescoço largo; "dentes claros que reluziam sob a negrura do bigode". Para ser completo o perfil antropológico que ai se traça de ***mulato eugênico***, o corpo com todo o chamado ***"vigor do híbrido"***, falta referência ás orelhas, que não se diz si eram pequenas e bem feitas, ***e aos beiços, que ficamos sem saber si seriam grossos;*** referência aos pés e ás mãos; a proporção dos braços e das pernas com relação ao corpo. O que sabemos é que nesse ***mulato fino*** por quem se apaixonaram tantas senhoras brancas, talvez enjoadas dos maridos alvos ou pálidos, a quem se entregavam já sem gosto, no silencio das noites quentes do Maranhão [...] (FREYRE, 1936, p. 326 – grifo nosso)

Diz ainda o autor que, foi "pela beleza física e pela atração sexual exercida sobre o branco do sexo oposto, é que, em grande número de casos, se elevou socialmente o tipo mulato" (FREYRE, 1936, p. 324). A figura que é descrita acima é de um tipo "idealizado" do mulato, muitas vezes chamado de mulata eugênico, ou seja, "limpo" de quase todos os traços que remetem aos traços dos africanos, quase um branco, um *mulato fino*. As teorias sociais as quais Gilberto Freyre (1936) supostamente se opôs eram as eugenistas, aquelas que viam a mestiçagem como fator negativo, sendo o mulato o resultado concreto disso, o resultado degenerado que rebaixava o contingente biológico branco de origem europeia. Ao "tentar" salvar o mulato Freyre parece fazê-lo justamente a partir do fato de sua proximidade com a brancura.

Não é a intenção desse trabalho desqualificar a obra de Gilberto Freyre (1936), pelo contrário, buscou-se apenas apontar algumas especificidades que visão contribuir para a ampliação do debate proposto por ele. Não sendo o autor alheio a variabilidade dos tipos de mulatos que estavam abrigados sob esse guarda-chuva conceitual é o próprio autor que nos fornece subsídios para a reflexão, vide sua própria taxonomia. Freyre (1936) faz apontamentos acerca da constituição psicológica desse personagem, sua instabilidade devido ao meio social escravocrata que está inserido e de como ele é marginalizado por essa sociedade. Todas essas reflexões merecem atenção cada vez maior da historiografia

da experiencia de vida do negro na sociedade escravocrata.

Questão dos tipos de mulatos que são classificados sobre o mesmo termo é importante para o estudo da história de Rebouças, como a de diversos outros personagens negros. A partir do valor que os caracteres étnico-raciais têm na determinação do destino de um sujeito na história do Brasil, cabe questionar que tipo de olhar tem se lançado sobre a trajetória de Rebouças, e se tais olhares têm se preocupado em perceber que o conceito mulato usado para ler personagens diversos está preso a apenas um tipo de mulato idealizado. Ou seja, será que Rebouças e Raymundo, por serem mulatos, eram apreciados da mesma forma? Será que a lente utilizada pelos historiadores para a análise da trajetória dos mulatos é capaz de capturar as nuances próprias de uma sociedade que desde períodos remotos adotou como base de suas relações sociais um grau de hierarquização racial, que garante e privilegia a mínima distinção de cor e fenótipo dentro dos próprios grupos subalternizados?

Há uma literatura contemporânea significativa sobre as relações étnico-raciais. Textos acerca da reflexão dos afetos que um corpo negro provoca nos estratos superiores da sociedade dominante, majoritariamente branca e ideologicamente hegemônica. Quando se trata da sociedade imperial do Segundo Reinado isso é mais patente. Porém argumentos popularizados por Freyre (1936) apresentam o período como uma época mais leve para os mulatos de todos os tipos. Essa ideia de mobilidade social dos mulatos no Segundo Reinado sempre é costumeiramente levantada para inibir argumentos que categoricamente apontem o racismo como eixo central para a explicação de determinados comportamentos e acontecimentos. Será possível em uma sociedade que mal admitia a ascensão de mestiços claros – "eugênicos" – dispensar o mesmo tratamento e oportunidades a um tipo como traços "negroides como o de Rebouças" (FREYRE, 1936, p. 367). Freyre nos diz que "Perdigão Malheiro, no seu ensaio sobre a escravidão no Brasil, destaca a tendência que foi se acentuando entre os senhores de escravos mais liberais para alforriar de preferência os mulatos mais claros" (FREYRE, 1936, p. 327).

Rebouças reunia a maioria dos caracteres de um "mulato não eugênico" (FREYRE, 1936, p. 326), seus traços denunciavam a forte herança africana em seu sangue, vinculando-o a "raça degenerada", visto possuir traços acentuadamente negros[24].

24 Cf. figura 1 no anexo.

Seu pai “era mulato, com forte dose de sangue negro, como se vê na única fotografia que dele se conhece” (SANTOS, 1985, p. 11).

Figura 9: Retrato de André Rebouças



Fonte: Museu Histórico Nacional (MHN), por Rodolfo Bernardelli, óleo sobre

Vale ressaltar que no próprio texto de Freyre (1936), a classificar racial tem variações, em uma oportunidade ele refere-se a Antônio Rebouças como pardo (FREYRE, 1936, p. 13), e outras como negro ou negróide (FREYRE, 1936, p. 367 – 368), como mulato (FREYRE, 1936, p. 371), porém o que nos interessa aqui não são as variações dessa classificação. O importante agora é a distinção entre os conceitos mulato eugênico e mulato não-eugênico e os problemas no interior dessa classificação.

Embora cause muito incômodo nos dias de hoje o uso da terminologia “mulato” ou mesmo “mestiço” para se referir a indivíduos negros na história é fundamental para

que se reconheça sobre quais filtros as relações sociais estão submetidas. Entender o que essas distinções representavam naquela sociedade é muito importante.

Rebouças por ser filho de um mestiço uma "branca" [25] enquadra-se na classificação da época de "mulato", porém, por seus traços negroides estaria vinculado esteticamente a camada "inferior" da mestiçagem. Uma das imagens que mais evidenciam os caracteres negroides de André Rebouças é sua foto tirada em Paris[26] uma foto tirada em Paris, provavelmente à época da viagem que realizará com o irmão para completar seus estudos de engenharia. Nessa foto vemos um homem negro, lábios grossos, nariz largo e cabelos crespos, bem curtos. A pintura realizada pelo artista plástico Rodolpho Bernardelli, que hoje se encontra no acervo do Museu Histórico Nacional possui uma grande correspondência essa fotografia essa foto do jovem engenheiro.

Podemos imaginar que no período em que trabalhou nos escritórios da Alfândega, mesmo se tratando de uma sociedade com um considerável contingente de negros libertos e livres [27] (mulatos, pardos e mestiços), a figura de Rebouças, como já dissemos, representava um rompimento na organização social vigente desde o período. Essa repartição do Estado era tradicionalmente ocupada por membros ligados aos interesses políticos das elites senhoriais. Um espaço tradicionalmente ligado a uma evidente hierarquia racial. O fenótipo de Rebouças, para os seus detratores, vinculava-o a escravidão, ao trabalho braçal realizado na mesma Alfândega. Onde negros eram nessa sociedade eram, por sua cor, associados a todo tipo de função, negros cangueiros, negros aguadeiros, negras quituteiras, negras lavadeiras, negros de ganho, porém negros engenheiros só os irmãos Rebouças[28].

A pesquisa de Carlos Eugênio Líbano Soares (2013) sobre a região portuária, mais especificamente sobre os pequenos portos e trapiches da região, menciona um fato

---

25 Vale ressaltar que a brancura é também relativa aqui. Não seria absurdo a hipótese de que a mãe de Rebouças fosse uma mestiça lida como branca.

26 Cf. figura 1.

27 Em trabalho recente Ana Flávia Magalhães Pinto (2018) realiza um estudo sobre negros em condição de liberdade, fugindo um pouco a hegemonia das últimas décadas. De acordo com Sidney Chalhoub, um dos pioneiros do campo da história social da escravidão aponta para a necessidade deste caráter. No prefácio feito para o trabalho de Ana Flávia o autor traz dados importantes. De acordo com o censo de 1872, o mais abrangente do século XIX, viviam no Brasil aproximadamente 5,8 milhões de descendentes de africanos. Destes 1,5 milhão permaneciam na escravidão e o restante, 4,2 milhões eram negro libertos ou livres.

28 Referência as aquarelas de Briggs e os desenhos de Debret.

curioso. De acordo com o que foi relatado pelo "Jornal do Comércio", no dia do lançamento da pedra fundamental das Docas Pedro II, 15 de setembro de 1871, o casal real D. Isabel e o Conde D'eu foram recepcionados por André Rebouças no cais da Imperatriz, na Saúde e "o apreço demonstrado pela Princesa e seu marido ao engenheiro "de cor" provocou comentários rumorosos por parte da aristocracia presente" (SOARES, 2013, p. 91). Esse acontecimento, como citado anteriormente, ilustra perfeitamente o que Frantz Fanon (2008) falou sobre a experiência do negro nas sociedades coloniais, a sua simples presença e não talvez a suas boas ideias em prol do Brasil é que diziam quem era Rebouças para aquelas pessoas: um negro.

Essa fixação pela sua figura evidencia-se na forma pela qual seus adversários escolheram para atingi-lo em uma discussão pública pelos jornais. Entretanto as críticas direcionadas a Rebouças, que buscavam questionar sua competência, escolhas técnicas e a condução das obras, apareciam como pano de fundo para o ataque pessoal. Essas "críticas" – insultos – revelam o quanto os opositores se esforçaram para atingi-lo por intermédio de seu pertencimento racial. de Rebouças o associavam a um espaço social definido pelo fato de ser negro. O jornal "Diário do Rio" publicou no dia 09 de fevereiro de 1871 um poema satírico intitulado "Pai feitiço e Pai Quilombo". Os autores assinavam com os pseudônimos de "Trapiche" e "Macaco".

Assim como fez no dia 12 de novembro de 1871, quando escreveu em azul no seu diário a frase "Pária em sua terra Natal", no dia 09 de fevereiro, o mesmo lápis azul foi usado para escrever em seu diário a exclamação "O preconceito de côr !!"[29]. Está registrado no dia 9 de fevereiro de 1871, ao lado direito das páginas, o recorte de jornal contendo o poema satírico "Pae Feitiço e Pae Quimbombo" publicado pelo jornal "Diário do Rio de Janeiro". Em um dos trechos do poema le-se "[...] Poços e Diques e mocas, // tudo está hypothecado // aos dous cometas opacos, // Das aguas sujas do Estado. (Diário do Rio de Janeiro, 1871, p. 2).

Acerca desse ataque Rebouças escreveu estas linhas:

> [...] O Diário do Rio de hoje publicou estes injuriosos versos contra mim e o Antônio!
> Como estão irritados os nossos inimigos?!!

29 Inserir imagem em anexo

> ***Não me [fizerão], porém, chorar como em 1864*** o insulso diálogo do Correio Mercantil, allusivo aos ensaios dos Diques Multiplos!
> Ainda então não tinha cabellos brancos!
> Deos tenhas compaixão d'elles e nos dê força e virtude para cumprir até o fim a nossa missão! **(Diário, 09/02/1871).**

O restante do poema contém uma série de alusões a outros projetos dos irmãos Rebouças, insinuando que teriam recebido algum tipo de favorecimento político em outros projetos, acusações de corrupção em geral. Rebouças colou em seu diário um recorte do jornal e escreveu com o lápis azul a seguinte anotação: "Diário do Rio de Janeiro de 9 de fevereiro 1871. Declarou-se autor destes versos um irmão do Engº Rafael Archanjo Galvão, [depois] empresário – (pretendente) da Ciª das Águas do Rio de Janeiro." (Diário, 09/02/1871). Esses ataques parecem ser uma reação aos acontecimentos que envolveram a seca de 1870. Na época os irmãos submeteram uma proposta para a organização de uma Companhia de Águas ao ministro da agricultura e obras públicas, Diogo Velho. A proposta dos irmãos previa a construção de açudes e encanamentos privados, além de uso de águas de rios e construção de açudes dentro de propriedades privadas. O afinco do trabalho dos irmãos incomodou os engenheiros da administração do império (CARVALHO, 1998, p. 105, 108).

Um dos fatos mais curiosos sobre os episódios do abastecimento de água envolvem o Conde de Bonfim, e vale o registro por ser bastante ilustrativo da situação em que se encontravam os irmãos Rebouças. O Conde de Bonfim, se recusou a fornecer o acesso ao manancial que se encontrava em sua propriedade para o abastecimento da cidade. Como os irmãos não possuíam vínculo direto com o ministério da agricultura e obras públicas – trabalhavam como voluntários – reportaram-se a um aliado, o Visconde de Itaboraí e tal foi a intrução que ele dera aos irmãos em relação ao Conde de Bonfim: "executem as obras ainda que seja preciso empregar força" (Diário, 03/08/1870). A possibilidade dessa cena é insólita. Um engenheiro negro, no coração da sociedade escravista, ameaçando pelo uso da força um Conde, dentro de sua propriedade[30]. A partir disso pode-se questionar se a reação dos opositores dos irmãos engenheiros devia-se

30 De acordo com o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* na época desse entrevero José Francisco de Mesquita, o Conde de Bonfim figurava em suas páginas na sessão *Os grandes do Império*. (HARING, 1870, p. 46)

apenas a uma ousadia das ações empresarial dos irmãos ou uma ousadia pelo rompimento dos limites de seus lugares sociais.

O ataque a que Rebouças fizera alusão e que o fizera chorar era mais elaborado e intitulava-se "Conversa entre dous pretos canoeiros da praia dos mineiros". Segue abaixo o diálogo fictício:

> **Conversa entre dous pretos canoeiros da praia dos mineiros.**
>
> 1º. Como stá compade, vosmece tem passado bem?
> 2º. Bem, compade, muito obrigado, vosmece stá bom e commade também?
> 1º. Muito bem, compade; ah! Compade, vamo agora ganha muito dinero com nossas canôas!
> 2º. Weh! Que me dizes?
> 1º. Sim, compade, sou eu que lhe digo! pois compade vosmecê não sabe que um enginero que foi a Inglaterra pra estuda já voltou, e lá aprendeu a manera de fazer 10 ou 12, ou quantos quizé diques em um só! É Verdade, compade! E o governo vi fazê pelos menos 12 do dique da ilha.
> 2º. Ah! compade, aprende-se munta cousa em Inglaterra! Eu tenho munta vontade de lá ir; quem sabe talvez eu também voltaria enginero – mas compade, explique como é isso?
> 1º. Olha! Compade, é a cousa mais simples no mundo! Sinha enginero fez grande batelão com conves, e sobre o conves picadeiros como vosmece tem visto no fundo do dique na ilha, pois bem quando elle enche o batelão dagua, lá vai elle para o fundo do mar embaixo da quilha do navio, e tocando as bombas, compade, triz! Vem o batelão para cima e o navio sobre elle todo fóra dagua – já percebe compade, nada pode ser mais simples!
> 2º. Um ! Um! compade, eu não sei, porque quando minha canoa caregada de carne secca encheu-se dagua no outro dia, a primeira côsa que a maldita fez era virar quilha para cima e despejar toda carne no mar!
> 1º. Weh! compade, não me lembrê disso, e parece-me que
>
> Ne sutor ultra crepidam (Correio Mercantil, de 7 de abril de 1864)

O fragmento acima trata de um período anterior a carreira empresarial de Rebouças, o que demonstra que os ataques a sua pessoa eram anteriores contratação para as obras da Alfândega, sem relação necessária com sua atuação como empresário. Pode-se concluir então que, mesmo Rebouças não sendo ainda um importante engenheiro a frente das obras da Alfândega ele já estava sendo alvo de ataques de natureza racista[31]. O ocorrido também não está associado com sua rixa com o também engenheiro Agostinho

31 Nesse período Rebouças ainda era um engenheiro a serviço do império, vistoriando fortificações, preparando as estruturas militares para resistir a uma possível agressão inglesa originada por um incidente diplomático. (CARVALHO, 1998, p.90).

Victor de Borja Castro, que se deu em 1866 (CARVALHO, 1998, p. 108). O fato também ocorrera antes do principal momento da carreira de Rebouças, antes dele externar os princípios que determinavam suas perspectivas econômicas.

Figura 10: *Marché sur la braia dos mineros* [Iconográfico].



Fonte: Johann Moritz, 1802-1858. Viagem pitoresca através do Brasil. p. [gravura 92]. Biblioteca Nacional (Brasil).

O estereótipo, vinculando a existência dos pretos em geral a um lugar definido naquela sociedade, foi usado para rebaixar André Rebouças. Os irmãos Rebouças, negros nascidos livres, eram notados por conta de sua cor. Nesses poemas aparecem indiferenciados entre negros de ganho ou libertos, são descritos ou associados ao mesmo patamar social, na mesma estatura jurídica dos libertos e dos escravos estavam estigmatizados pela cor e fenótipos, a serviços braçais ou de servir. Eram alvos de ataques que miravam sua dignidade profissional. Não é exagero interpretar que essa pequena peça literária, se não teve o intuito, realizou a associação de dois engenheiros, por serem pretos, a um ofício de escravos de ganho (SOARES, 2007, p. 123 – 124). Era na praia dos mineiros, um centro de abastecimento de víveres para a corte (LENHARO, 1993, p. 36), onde a maioria de seus trabalhadores, que se constituía de homens e mulheres presos em regime escravocrata, relacionavam-se e conversavam, bem ao lado da Alfândega. É nítido

que os dois espaços possuem uma relação literalmente vizinha, embora o tipo de comércio que realizassem fosse diferente, tendo a Alfândega um peso econômico muito maior para a saúde fiscal do Império.

Parece que pouco importava sua formação de engenheiro e sua experiência internacional. Para eles os engenheiros negros ou os jangadeiros eram uma coisa só: negros. Fanon (2008) dissera certa vez, "aonde quer que vá, o preto permanece um preto" (FANON, 2008, p. 149). O artigo publicado em 1864 revelava mais do que apenas ciúmes ou críticas a concepções econômicas e empresariais, ele é um dado importante para a compreensão das dinâmicas sociais das estruturas das relações raciais fora do ambiente tradicional dos estudos da escravidão. Analisar como o racismo operava não só na produção das riquezas e nas redes de comércio urbano, mas também nos espaços com maior concentração de poder.

É provável que Rebouças tenha transitado próximo o suficientemente do mercado localizado na praia dos mineiros para ver os seus trabalhadores e para ser visto por eles. Investigar as impressões de um personagem como Rebouças é tarefa difícil. Tentar medir as intensidades das opiniões em um documento histórico. Por isso o seu diário íntimo de representa um aporte importante, embora não seja possível aferir o grau dessa intensidade, mas as lágrimas são indícios importantes e que não serão desprezados. Da mesma forma que conferimos algum grau de verdade a documentos oficiais se opta aqui por conferir, pelo menos nesse momento, confiança ao testemunho do engenheiro.

O fato de o artigo publicado no "Correio Mercantil" ter o tocado tão profundamente parece um indício de que tal comparação tinha para ele grande relevância. *"*Pai Feitiço e Pai Quilombo" e "Conversa entre dous pretos canoeiros da praia dos mineiros*",* ilustram a tensão racial latente devido a passagem de certos limites sociais. As ações e escolhas de Rebouças se desenrolaram nesse ambiente hostil. Analisar um personagem como Rebouças exige que se desvincule da análise econômica argumentos que enfatizem o papel das relações raciais para a mobilização dos afetos daqueles que detinham o poder de decidir sobre os rumos de sua carreira.

Os dias após sua demissão parecem ter sido de intensa perturbação por conta das questões raciais, que parecem vir se arrastando desde antes da publicação de "Pae feitiço e Pae Quimlombo". No dia 07 de fevereiro de 1871, ao responder as acusações feitas a

ele no jornal por um pseudônimo, “sr. acionista”, Rebouças já alertava para um incômodo decorrente de agressões pessoais. Dizia ele assim ao sr. acionista: “Sinto que S.S. comece a escorregar no plano inclinado do insulto[...]” (Diário do Rio, 7 de fevereiro). O mês de fevereiro parece ter sido de grande agitação para a mente de Rebouças. Ele recupera um recorte de jornal que registra os ataques anteriormente mencionados sofridos em 1864, dois anos antes de assumir seu posto nas Docas da Alfândega.

Pode-se objetar em relação a esses fatos alegando que dois artigos não constituem, quantitativamente, elementos que possam dar suporte a interpretação dos fatos sugerida por esta pesquisa. Porém, poderia ser considerada coincidência que pai e filho tenham passado por dissabores tão parecidos?

Em 1823, após as disputas internas pela representação da Bahia para a Assembleia Constituinte, o pai de André e Antônio, Antônio Pereira Rebouças veio à Corte a fim conseguir colher algum louro político por conta de sua participação nas lutas de Independência (GRINBERG, 2002, p. 76). Sua viagem da Bahia para a corte foi longa e entre os acontecimentos relatados um é notório. Em sua passagem por Porto Seguro tentaram o impedir de seguir viagem por conta de sua condição de mulato. O período era de muito “medo branco” diante das constantes revoltas de negros escravizados, libertos e pardos (GRINBERG, 2002, p. 77). Rebouças não explicita claramente a causa desse impedimento, mas Keila Grinberg (2002) atribui esse incidente a relação direta entre a cor de Antônio Rebouças a estrato inferior dos mulatos revoltosos. A única coisa que o diferenciava da massa de mulatos e libertos marginalizados era o seu reconhecimento nas lutas de independência e o seu reconhecimento como advogado (GRINBERG, 2002, p. 77).

Após esses acontecimentos Rebouças-pai foi nomeado secretário da Província do Sergipe e condecorado cavalheiro da Ordem de Cristo. Esses fatos erroneamente poderiam nos induzir a uma conclusão errada acerca de um suposto prestígio alcançado por esse mulato. Porém, um outro fato nos ajuda enxergar qual era o lugar reservado aos homens de condição mulata. De acordo com Grinberg (2002), nas memórias de Antônio Rebouças existe a menção apenas a um caso de racismo explicito.

Rebouças-pai deixou de ser convidado para jantar na casa de um deputado. Não se trata, porém, de um convite que não chegara. Rebouças, junto com João Dantas,

provavelmente fora convidado pelo anfitrião, o deputado Gondim, para o jantar na sua residência em São Cristóvão. Na ocasião estavam presentes o Vigário do Rio Pardo, Miguel e Antônio Calmon e o Coronel Villas boas. Rebouças teria presenciado uma conversa entre o anfitrião e Villas Boas que se colocou contrariamente a presença do mulato Rebouças no jantar. Um grande constrangimento que revoltou Rebouças e do qual ele evitou mencionar durante a vida (GRINBERG, 2002, p. 78).

Em 1824, quando assumiu como secretário da província de Sergipe, o fato de ser mulato causou grande desconforto para os grupos políticos locais. E, como se não bastasse, Rebouças também era defensor da participação de mulatos e libertos na sociedade, na tentativa de incluí-los, de alguma forma, na esfera da cidadania. Rebouças defendia a ideia de que "todo homem pardo ou preto pode ser general" (GRINBERG, 2002, p. 83). Não coincidentemente, por conta de ideias desse tipo, o velho Rebouças fora apelidado pelas elites locais de "o miserável neto da Rainha Ginga" (GRINBERG, 2002, p. 79).

As restrições sociais impostas aos negros por força das leis, e dos costumes, oriundos do período colonial não desapareceram no período imperial. A questão que se coloca é, qual relação existe entre negros que nasceram livres e que ascenderam, negros libertos e negros escravizados? Leo Spitzer (2001) faz uma observação valiosa a esse respeito. De acordo com Spitzer (2001) "as pessoas de cor alforriadas costumavam ser equiparadas aos escravos negros" (SPITZER, 2001, p.122). O que essa constatação nos revela? Que o estatuto jurídico do negro, para as suas relações sociais não têm a menor validade, é seu fenótipo que irá determinar ao fim e ao cabo o seu prestígio.

Assim, quando lemos que a primeira metade do século XIX foi marcada pela ascensão do Bacharel mulato temos a impressão de que essa variedade de tipos partiu dos mesmos princípios.

De acordo com Emília Viotti da Costa (1979), a primeira metade do século XIX é a face de um país ainda extremamente rural, sendo o espaço urbano das cidades litorâneas pequenas ilhas do que seria considerado de "civilização" (COSTA, 1979, p. 187). Esses núcleos urbanos estabelecidos no litoral foram os locais onde se observou maior mobilidade social dos negros. A absorção de um contingente de negros escravizados para o desenvolvimento de atividades mecânicas como o artesanato, pequeno comércio e

serviços franqueou a esses indivíduos um caminho para a emancipação e consequente a ascensão social a condição de ser *forro* (COSTA, 1979, p. 189).

De acordo com os dados de outras pesquisas apresentados por Costa (1979), embora possamos verificar que em alguns locais mais afastados fosse de fato verificado elementos de cor proprietários de latifúndios, a quase totalidade pertencia às pessoas brancas. Em nossa história é raro esse perfil, embora existisse (COSTA, 1979, p. 190). "A fortuna concentrava-se de preferência nas mãos de indivíduos brancos, a julgar pelo número de escravos que possuíam" (COSTA, 1979, p. 189). O perfil étnico-racial das elites brasileiras na segunda metade do século XIX é composto por brancos, e "nos lugares onde havia brancos e gente de cor, os primeiros representavam sempre a elite" (COSTA, 1979, p. 190).

De acordo com os argumentos de Luiz de Aguiar da Costa Pinto (1953), apresentados pela autora, André Rebouças foi inserido na galeria dos "mulatos e pretos ilustres", que sempre são evocados como exemplo de mobilidade social do negro no Brasil. É importante notar que, como diz Pinto (1953), apesar desses "mulatos e pretos ilustres" constituírem "honrosas exceções" de mobilidade social, eles representam uma minoria ínfima da população negra ou mestiça (COSTA, 1979, p. 191)32.

O exemplo de "sucesso pessoal" de personalidades como as de José do Patrocínio, Luís Gama, Machado de Assis, André Rebouças e tantos outros, é usado como argumento para qualificar positivamente as relações raciais no Segundo Reinado. É preciso enfatizar que a projeção alcançada por essas figuras de cor, notáveis é verdade, não muda o fato geral de que "as relações entre brancos, negros e mestiços ressentiam-se da influência da escravidão" e de que a "ascensão social foi sempre mais fácil para o mulato do que para o negro" (COSTA, 1979, p. 190). E mesmo assim, a ascensão do mulato não representava a aceitação da sua cor. Essas afirmações têm que ser retomadas mais de sessenta anos depois pois ainda é possível encontrar em alguns textos acadêmicos afirmações que corroboram a ideia de um regime imperial benevolente com os negros, relegando a segundo plano as questões de cor.

32 O texto de Luiz Aguiar da Costa Pinto faz parte do projeto capitaneado pela UNESCO na década de 50 que realizou um estudo acadêmico considerado pioneiro no Brasil sobre o estudo das relações étnico-raciais no país. Além dos estudos realizados no Estado Rio de Janeiro, à Época distrito Federal foram realizados estudos em São Paulo, Bahia e Pernambuco.

É uma falácia atribuir a mobilidade social do mestiço uma aceitação racial. Na verdade, é o contrário, o mestiço alcança mobilidade social e é aceito por conta da miscigenação, que aos poucos vai "limpando seu sangue", distanciando-o do elemento negro que habita nele. Ou seja, nessa sociedade do Segundo Reinado, caracterizada por Freyre (1936) como local de mobilidade do mestiço, do negro e do mulato, existiam barreiras raciais nítidas. O uso feito de figuras mestiças que conseguiram galgar algum sucesso e "prestígio" na sociedade do seu tempo nada tem a ver com aceitação de sua condição racial por parte da sociedade, eles não eram "mais aceitos" e sim tolerados quando eram "mais próximos" do branco do que do negro.

As características físicas dos mestiços "não eugênicos" provavelmente representavam um certo constrangimento para os membros daquela sociedade, causando confusão mental para os mestiços. Um interessante caso – incompleto – é apresentado por Costa (1979) para ilustrar essas questões. O conhecido abolicionista Joaquim Nabuco, amigo de André Rebouças e de Machado de Assis, escreveu uma carta à José Veríssimo por ocasião da morte de Assis. Veríssimo havia escrito um artigo exaltando a memória de Machado e classificava-o publicamente de "o mulato Machado de Assis". Porém o mais curioso fora suprimido pela autora. A seguir vejamos na íntegra a resposta de Nabuco a essa "indiscrição" de Veríssimo e como sua opinião sobre a questão racial aparece vivamente:

> [...] Seu artigo no "Jornal" está belíssimo, mas essa frase causou-me um arrepio: "Mulato, foi de fato um grego da melhor época". Eu não teria chamado o Machado *mulato* e penso que nada lhe doeria mais do que essa síntese. Rogo-lhe que tire isso, quando reduzir o artigo a páginas permanentes. A palavra não é literária e é pejorativa, basta ver-lhe a etimologia. Nem sei se alguma vez ele a escreveu e que tom lhe deu. O Machado para mim era um branco, e creio que por tal se tomava; **quando houvesse sangue estranho, isto em nada afetava a sua perfeita caracterização caucásica. Eu pelo menos só vi nele o grego. O nosso pobre amigo, tão sensível, preferiria o esquecimento à glória com a devassa sobre suas origens**[...] (NABUCO, 1957, p. 164 – grifo meu)

A parte em destaque é a suprimida da citação de Costa (1979). Essa carta ilustra muito bem as tensões sociais e raciais e as formas de acomodação características da sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. Ela expõe como essa sociedade camuflava as suas atitudes racistas de forma muito sofisticada e polida. Nabuco, representando um setor

progressista das elites, considerado por muitos como um dos principais líderes do movimento abolicionista, pelo que se percebe em suas recomendações a Veríssimo, evitou "cuidadosamente qualquer situação que pudesse fazer com que negros se sentissem embaraçados ou envergonhados, conscientes de seu ser negro. Ele os trataria como se fossem brancos" (COSTA, 1979, p. 236). Chama a atenção como o argumento da pureza de sangue aparece nitidamente na argumentação, embora não apareça mais como "sangue infecto", mas sim como "sangue estranho".

O retrato social trazido à tona por essa carta de Nabuco mostra algumas das estratégias da sociedade branca para lidar com a ascensão dos mulatos mais claros, porém a mesma desfaçatez usada com os mulatos claros encontrava uma barreira com os negroides, as suas origens notoriamente africanas. Rebouças, como já foi dito, era indisfarçavelmente negro. Toda rejeição que os mulatos mais claros conseguiam evitar por sua proximidade com o elemento branco recai inteiramente sobre a figura de Rebouças.

O edifício das docas da Alfândega faz parte da paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro. As docas e os armazéns da Alfandega foram registrados em épocas distintas, sendo possível até visualizar momentos importantes como a construção do molhe de pedra, obra que Rebouças deu sua contribuição, e que seria também ponto de ancoragem de várias críticas direcionadas ao engenheiro. Esse registro em períodos diferentes contribui para identificar as camadas do tempo, perceber as mudanças e saber o que foi tempos atrás o local que se observa no presente, identificando o que modificou e o que se perpetua.

A cidade do Rio de Janeiro e as dinâmicas econômicas e políticas construídas no entorno de seu porto representam elementos fundamentais para se compreender algumas estruturas da sociedade fluminense. A sociedade do Segundo Reinado, sociedade de Rebouças e de tantos outros indivíduos que compartilharam com ele *status* étnico racial semelhante é a sociedade em que o elemento negro e "mestiço" experimentará o momento ascensão social.

É de suma importância realizar uma problematização acerca de alguns aspectos de natureza política e econômica que envolveram a demissão de André Rebouças da gerência da Companhia que ajudou a fundar. Os últimos estudos que se ocuparam em

analisar o desfecho da trajetória empresarial nessa companhia elegeram esses aspectos como fatores hierarquicamente preponderantes na trama que levou ao fim a carreira de Rebouças.

Creio que a explicação econômica, dissociada dos impactos das questões de cunho racial para explicar o "fracasso" de André Rebouças correm um risco enorme de imputarem a questões personalistas problemas que são de fundo estrutural. Não pode se perder de vista em nenhum momento que o Brasil era uma nação essencialmente escravocrata. O racismo fazia parte do DNA do império brasileiro. É estranho pensar na trajetória de um indivíduo, na análise da trajetória de um indivíduo negro como Rebouças, que viveu numa sociedade no auge do escravismo, colocar as questões raciais em segundo plano.

3.4. O que é ser um pária?

O cenário onde esse período da história de Rebouças se desenrolou estava localizava-se na capital da até então maior Império escravista da modernidade, o Rio de Janeiro. Mais especificamente em sua Alfândega, aonde Rebouças foi engenheiro responsável pelas obras hidráulicas entre 1866 e 1871. Nesse lugar Rebouças dedicou cinco anos de sua carreira profissional. Foi lá que passou também grandes dissabores, sendo o maior deles a sua demissão, marcada por grande mágoa de sua parte. Curiosamente foi lá que seu corpo esteve pela última vez antes de seguir em cortejo de lanchas até o cemitério São João Batista em Botafogo. Com os custos de seu enterro sendo arcados pelas Docas Nacionais, antigas Docas da Alfândega[33]. É desse espaço da cidade, a alfândega e o porto, que buscaremos traçar uma breve linha do tempo para dar suporte aos argumentos que congregam as motivações de interesse econômico e político à de uma estrutura social racista de castas (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 84), demonstrando como o racismo operou de forma acentuada para o "fracasso" de Rebouças.

Em 1862 os irmãos Rebouças já defendiam a necessidade de reformas estruturais no Porto do Rio de Janeiro (VIEIRA, 2013, p. 2). Entretanto as ideias dos Rebouças só começam a se concretizar após o retorno de André da Guerra do Paraguai. Em 1866,

33 Jornal do Comércio, nº 168, Sábado, 18 de junho de 1898.

Rebouças foi incumbido pelo presidente do gabinete de ministros e ministro da Fazenda Zacarias de Góis de continuar as obras da Alfândega, que teve seus estudos iniciados em 1851, pelo engenheiro inglês Charles Neate (TRINDADE, 2011, p. 129).

A partir de sua nomeação para a gerência das obras hidráulicas da Docas da Alfândega Rebouças iniciaria processos que julgava necessários para a modernização da estrutura portuária. Entretanto essas ações o colocavam em rota de colisão com os interesses de uma classe comercial influente na cidade: a dos donos de trapiche (SOARES, 2013, p. 92). Conforme apontado por trabalhos anteriores a "Lei geral das Docas", da qual André Rebouças era um dos responsáveis, contribuiu e muito para a implementação de um novo modelo de estrutura portuária que afetou a tradicional forma de organização que existia na cidade, desde o início do século XVII (SOARES, 2013, p. 62).

Rebouças tinha por hábito transcrever suas reminiscências ao final de seus dias de trabalho. Nessas sínteses cotidianas é possível encontrar informações de coisas diversificadas, das lições de álgebra, latim e francês que dava aos irmãos antes de ir para o escritório, informações meteorológicas, situação de algum funcionário, visitas profissionais ou privadas, questões técnicas. O seu diário tem um caráter pragmático, majoritariamente profissional, sendo eventualmente reservado aos momentos privados.

Entre as informações de caráter mais técnico, sua demissão ocorrida no dia 11 de novembro de 1871 em meio a ocorrências técnicas, fonte importante para análise das estruturas econômicas do país, revelam algo que vai além de uma simples demissão e simples disputa política. Na maior parte das vezes Rebouças é extremamente contido em suas narrativas, mas sua demissão nos revelou um pequeno desvio desse padrão, uma espécie de sentimento de aviltamento e indignação estão manifestos em sua narrativa. Palavras duras que descrevem e registram um momento importantíssimo para o estudo das relações étnico-raciais no Brasil.

No dia posterior a sua demissão das obras das Docas da Alfândega Rebouças escreve em seu diário: "Noite de um pária em sua terra natal!!" (Diário, 12-11-1871). É dessa forma que o engenheiro descreve a si mesmo, um pária. Indício de seu estado emocional após ser demitido. É registrado também que a causa dessa demissão se relacionava com um outro empreendimento, as Docas Pedro II, companhia fundada pelo

engenheiro. Não parece ser uma mera coincidência pois não faziam nem dois meses que os trabalhos das Docas Pedro II haviam sido iniciados na presença da Princesa Isabel e seu esposo, o Conde D'Eu no dia 15 de setembro de 1871 (SOARES, 2013, p. 91).

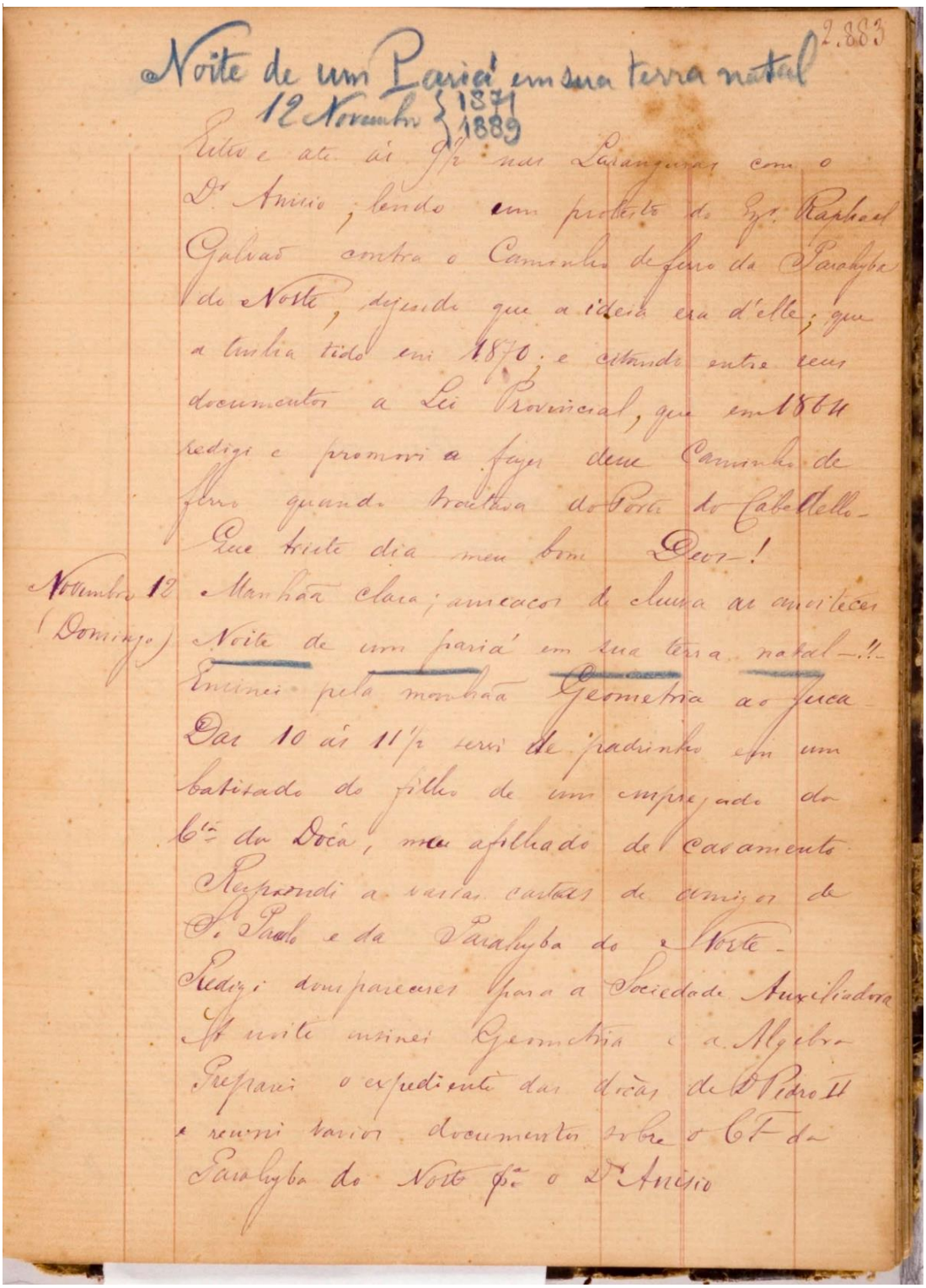
No dia da demissão Rebouças registra que esteve com um senhor de nome D. Figueira[34] e o Inspetor da Alfândega, Antônio de Paula Freitas, discutindo sobre os direitos da companhia docas D. Pedro II. Segundo os registros feitos por Rebouças esses senhores haviam voltado de uma conferência realizada na casa do Ministro da Fazenda onde havia se sustentado com a maior firmeza que a Companhia da doca da Alfândega seria sempre preferida a companhia das docas de D. Pedro II (Diário, 11-11-1871), talvez um recado enviado ao engenheiro.

No dia 13 de novembro, Rebouças redigiu pela manhã o protesto da companhia das Docas de D. Pedro II contra o proceder da Inspetoria da Alfandega na questão do navio *"New-ligth"*. Rebouças também escreve para o Conde d'Eu a respeito da nomeação do Drº Borja Castro. A sequência dos acontecimentos narradas por Rebouças em seu diário apontam para certo inconformismo com toda aquela situação. Em carta enviada a Lima e Silva, diretor da Companhia Docas da Alfândega, Rebouças se recusa a entregar a direção das obras diretamente a Borja Castro, seu "inimigo pessoal", preferindo entregá-las ao Drº Paula Freitas (Diário, 13-11-1871).

Uma mágoa muito forte parece ter tomado conta do engenheiro. Embora Trindade tenha destacado essa fala de Rebouças (TRINDADE, 2011, p. 143) ela não foi abordada como um elemento de problematização das questões raciais. O termo "pária" usado pelo autor é um sintoma dessa mágoa. Os "parias" são pessoas marginalizadas nas sociedades de casta indianas, a quem se destina as piores ocupações, um marginal. Na sociedade escravocrata brasileira, considerada uma sociedade mista, de casta e estamental, só uma figura pode ser associada ao pária: o negro (FERNANDES, 1959, p. 156 - 157).

34 Figueira é citadado em uma das matérias dos ataques sofridos por Rebouças no jornal.

Figura 11: Diário de André Rebouças (volume 11).



Noite de um Pariá em sua terra natal 2.883

12 Novembro } 1871 / 1889

Estou até ahi Gp nas Lavanderas com o Dr Antão, lendo um protesto do Sr. Raphael Galvão contra o Caminho de ferro da Parahyba do Norte, dizendo que a ideia era d'elle; que a tinha tido em 1870; e citando entre seus documentos a Lei Provincial, que em 1864 redigi e promovi a fim deste Caminho de ferro quando Inspetor do Porto do Cabedello.

Que triste dia meu bom Deus!

Novembro 12 (Domingo) Manhã clara; ameaços de chuva ao anoitecer

Noite de um pariá em sua terra natal.!!

Ensinei pela manhã Geometria ao Juca

Das 10 ás 11½ tenis de padrinho em um batizado de filho de um empregado do Cte da Doca, meu afilhado de casamento.

Respondi a varias cartas de amigos de S. Paulo e da Parahyba do Norte.

Redigi dous pareceres para a Sociedade Auxiliadora

Á noite ensinei Geometria e a Algebra

Preparei o expediente das dôres de D. Pedro II e revi varios documentos sobre o Ct da Parahyba do Norte pº o Dr Antão

Fonte: Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Ministério da Educação)

Ser um “paria” era provavelmente estar excluído de qualquer isonomia social, ou princípio de cidadania. Esse local marginal era ocupado, como já foi exposto, pelos negros escravizados e libertos. No caso de Rebouças vale mais uma vez o registro de Fanon, (2008): “aonde quer que vá, o preto permanece um preto” (FANON, 2008, p. 149). Essa frase é de grande importância para o estudo da história do Brasil e não deve ser interpretada apenas como fala de impacto ou palavra de ordem, por mais que sirva para tal. Ela representa, de forma extremamente sintética, o que significa ser um negro dentro de uma sociedade escravista. O seu estado de espírito, aviltado, inconformado faz parte da história da reação dos mestiços à sua “incompatibilidade” a sociedade que ainda vivia sob os costumes coloniais.

É notório a tendência racista das análises de Oliveira Viana (2010), mas é importante notar que a análise psicológica que o autor empreende sobre o tipo social do mulato o classifica como alguém que padece de um tipo de *mal-estar* social devido justamente a sua posição marginal na estrutura social. Esse fato é interessante pois Viana (2010) percebe as questões de socialização do mulato, mas infelizmente atribui isso à decadência de sua origem mestiça. O autor imputa essa desorganização mental, um certo sentimento de inadaptabilidade ao seu meio social devido a sua condição de mulato, racialmente degenerado, quando na verdade essa desorganização decorre de uma condição de neurose produzida dentro de um regime colonial, que provoca uma desestruturação da psique como aponta (FANON, 2008, p. 66). Rebouças é um personagem típico da aflição da dupla consciência (DU BOIS, 1999, p. 54) e a palavra “pária”, que Rebouças usa em seu diário, constitui um fragmento muito importante para ilustrar a aflição de sua condição racial. Essa pequena palavra nos coloca diante de algumas questões.

Pode se levantar a hipótese de que ela seja uma palavra escolhida aleatoriamente por Rebouças, apenas para ilustrar um sentimento de exclusão normal, uma hipérbole. Entretanto, ao ler Du Bois (1999), um dos mais importantes intelectuais negros, encontramos uma fala praticamente idêntica à de Rebouças. Certo dia, quando Du Bois (1999) ainda estava na escola primária, um grupo de meninos e meninas resolveu comprar cartões de visitas para trocar cartões entre si. Uma menina recém-chegada na escola recusou o cartão de Du Bois (1999). De acordo com o autor esse momento foi o marco

para ele perceber que era diferente dos outros. Segundo suas palavras, a menina "recusou-o peremptoriamente, com um olhar" *(*DU BOIS, 1999, p.53). Ao narrar o conflito interno do momento de descoberta de sua condição de excluído por conta de sua condição racial ele escreve diz o seguinte: "*Why did God make me an* ***outcast*** *and a stranger in mine own house*? // Por que Deus fez de mim um **sem casta** e um estranho na minha própria casa?" (DU BOIS, 1999, p. 53 – grifo meu).

O uso da palavra "pária" por Rebouças e Du Bois pode induzir nosso raciocínio à conclusão de que seu emprego fora feito mais como estratégia retórica do que como uma descrição fiel da realidade brasileira onde os negros são párias, independente dos cargos que ocupem. Trindade (2011) resgata a fala de Rebouças sobre essa questão já durante o seu exílio:

> A 31 de janeiro de 1882, o ministro do Império Rodolfo Dantas nomeou-me para uma Comissão de Inquérito sobre os escândalos do Matadouro; foi aí, a 7 de fevereiro de 1882, que fui intoxicado pelos miasmas palustres e pelas ptomaínas desses matadouros de homens e de bois […] Cumpre registrar que sempre que havia uma Comissão gratuita e morfética: Matadouros, cemitérios, etc., - era para o *"Negro André"* (REBOUÇAS, 1891apud TRINDADE, 2011, p. 43)

A fala diante da constatação de que na maioria das vezes ele é visto como um "negro", ou seja, uma figura associada a escravidão faz uma analogia entre o sentimento do negro e de um pária, personagem degradado na cultura indiana, altamente hierarquizada e estabilizada em a partir dessas divisões.

Entretanto, o sentimento que emerge do fragmento do diário de André Rebouças e das reminiscências da infância de Du Bois a partir da palavra "pária", estabelecem pontos de conexão entre duas sociedades herdeiras do colonialismo ocidental. Não se trata apenas de uma analogia com a cultura indiana e sim uma constatação de que as duas sociedades podem ser consideradas sociedades de casta e de que a sociedade ibérica é tão hierarquizada nesses termos quanto a indiana.

A palavra, "paria", representa um elo aparentemente improvável entre a Ásia e as Américas. Ela é reveladora de um sistema de relações raciais mais amplo do que imaginamos e acaba por aproximar dois horizontes culturais distantes, mas que se encontram em princípios do século XVI.

Alguns trabalhos como os de Eleni Varikas (2010) e Ângela Barreto Xavier (2011; 2016) tem se debruçado sobre o estudo e mapeamento dos usos e sentidos dados pelos ocidentais a palavras como "casta" (XAVIER, 2016, p. 94) e "pária", está última, incluída no vocabulário indiano a partir da experiência colonial portuguesa, e até então desconhecida pelos próprios indianos (VARIKAS, 2010, p. 31).

Varikas (2010) frisa que o aparecimento dessa palavra em nosso universo linguístico (ocidental) fez "parte dos saberes coloniais que acompanham a conquista" (VARIKAS, 2010, p. 31). A palavra "pária" é o resultado de um processo de metonímia da palavra *parayer*, plural de *parayan*, que quer dizer "tocador de tambor". Essa variante inglesa passa a figurar nos dicionários durante o período em que a Companhia inglesa das Índias Orientais em Coromandel (VARIKAS, 2010, p. 32). Os ingleses associaram a classe dos tocadores de tambor, que eram as pessoas arregimentadas para servir os colonizadores em atividades domésticas, aos intocáveis ou sem casta. O olhar superficial dos ingleses sob a cultura local contribuiu para que houvesse uma homogeneização de todas as castas inferiores. Portanto, *pariah* virou sinônimo de uma classe serviçal.

> […] o fato de estarem em contato e sob a observação dos europeus mais do que qualquer outra casta nessa região deve ter contribuído para a aplicação do termo a todas as castas inferiores, incluindo os sem-casta, e para suas conotações negativas que vão se generalizar com a consolidação do império inglês e o desenvolvimento do seu saber sobre a sociedade indiana. (VARIKAS, 2010, p. 32)

Por conta dessa ressignificação a palavra adquiriu, na língua inglesa, um sentido pejorativo. O p*arayer* originalmente relacionado ao tocador de tambor, transformou-se em *pariah,* um marginal, bandido, gentalha (VARIKAS, 2010, p. 31).

Varikas (2010) nos diz ainda que os portugueses também figuram entre as nações ditas "conquistadoras" que adotaram essa palavra para a distinção social em relação ao outro. Segundo a autora, Portugal talvez tenha sido a primeira nação a realizar esse tipo de contato mais profundo com a sociedade indiana. O sentido lusófono da palavra para nós tem particular importância, mas não ignoramos que por ter sido um intelectual ligado

vivamente a cultura europeia do século XIX, que Rebouças possa ter extraído o sentido de pária de outros lugares[35].

De acordo com Verikas (2010) um uso muito antigo do termo pária é encontrado em um texto português antigo de princípios do século XVI, grafado como *pareas*. O termo encontra-se no "Livro de Duarte Barbosa" (1516). Barbosa foi um navegador e militar português que esteve a serviço do Rei de Portugal na índia de 1500 até 1517 (VERIKAS, 2010, p. 31). Ele era sobrinho de Gil Fernandes Barbosa, que foi feitor em Cananor, e com ele aprendera a língua malabar tornando-se intérprete (XAVIER, 2011, p 77).

Xavier (2011) lança mão do texto do mesmo navegador português para realizar uma análise de como os discursos bramânicos foram "percebidos, experienciados e apropriados pelos agentes ao serviço da coroa de Portugal" (XAVIER, 2011, p. 71). Xavier (2011) destaca as impressões de Barbosa sobre os critérios de diferenciação usado pelas elites locais (XAVIER, 2011, p. 71).

Em trabalho sobre a influência desempenhada pela presença dos impérios ibéricos nas índias para a disseminação da palavra casta e sua transformação na categoria social mais importante da Índia, Xavier (2016), reforça algumas das perspectivas contidas nos argumentos apresentados por Sumit Guha (2013).

Os argumentos de autores como Guha (2013) se alinham a uma nova geração de estudiosos que tem refutado alguns postulados dos estudos acadêmicos tradicionais sobre a cultura indiana, que tem suas raízes no início da modernidade europeia. Essa nova linha de abordagem integradas por Guha (2013) e Xavier (2011; 2016) tem construído uma hipótese de trabalho interessante. Nela as tópicas de distinção social indiana e portuguesas se intercambiam. Embora seja uma tese em processo de construção, Xavier (2011) traz argumentos interessantes que noz fazem pensar.

> "Talvez não surpreenda, por isso mesmo, que em vez de haver impacto do bramanismo nas tópicas de distinção produzidas no reino se verifique – em correlação com as assimetrias do poder político – ao contrário. Até finais do século XVII seria a tratadística nobiliárquica de origem portuguesa a ter impacto sobre o bramanismo local, e não o inverso" (XAVIER, 2011, p. 94).

35 Maria Alice Rezende de Carvalho dedica o capítulo "Uma certa Inglaterra" inteiramente para a exposição dessa influência na formação intelectual de André Rebouças.

As dinâmicas culturais do sistema de casta indiano foram instituídas pelo "Código de Manu" ou "Leis de Manu", escrito no século II a.C. De acordo com a proposta de Sumit Guha a chave de leitura para o que vem significando "casta" deve levar em conta a influência da cultura europeia na remodelação das tópicas de distinção e hierarquias da sociedade indiana após o contato e influência europeia. As hierarquias sociais indianas inscritas no código de Manu estariam orientadas por outros critérios, mais complexos do que foi divulgado ao mundo pelos estudos de caráter orientalista. Outro ponto importante apontado é o fato de que, a despeito da casta ser adotada como a figura mais importante para se entender a índia, caracterizando a cultura a partir de um padrão de rigidez e imobilidade social derivado desse modelo, a literatura apresentada pela autora tem demonstrado que a luta por ascensão e elevação de status social eram características da Índia nos princípios da modernidade, demonstrando que as experiências e práticas rituais que envolviam a organização a partir do sistema de castas era significativamente diferente das formas que foram contextualizadas (XAVIER, 2016, p. 94).

O que se apresenta de forma instigante na investigação apresentada por Xavier (2016) é como a presença do Império português na índia ajudou a transformar a palavra casta na mais importante categoria social da Índia e mais do que isso:

> As Lakoff and Johnson have suggested, ***changes in conceptual systems affect the ways people perceive the world, and therefore, the way they act in the world***. The word caste became not only another word in the shared social vocabulary, but also what Koselleck would call a "basic concept", a word that became inevitable. Without it, it is "no longer possible to recognize and interpret social and political reality." Indeed, the word "casta" helped to shape the "ways people perceived the world", as well as "the way they acted in it" (XAVIER, 2016, p. 95)

O que podemos perceber a partir dos argumentos de Sumit Guha (2013), apresentados por Ângela Barreto Xavier, é que os portugueses já possuíam o seu próprio repertório de diferenciação social, que a autora chama de "tópicas de distinção no contexto português" (XAVIER, 2011, p. 74).

> […] Guha argued that the "Iberian idea of bounded, normatively endogamous groups based on biological (or 'blood') descent" was "added to the chaotic mix of social categories in southern Asia in the 16th century", contributing to

> normalize the chaos around one and only variable, purity of blood, that is to say, caste. (XAVIER, 2016, p. 95)

A tese de Figueirôa-Rego (2009) e o artigo escrito em conjunto com Fernanda Olival (2011) apresentam um panorama detalhado sobre o estatuto da limpeza de sangue na península ibérica e como esses princípios de distinção social foram operacionalizados nos territórios ultramarinos. As tensões existentes nas relações sociais entre os indivíduos envolvendo o estatuto de limpeza de sangue e de cor da pele – que vinculavam o negro a escravidão – e até mesmo o preconceito a quem desempenhava ofícios mecânicos eram correntes nessas sociedades. O critério principal adotado para que um indivíduo ascendesse aos lugares mais altos – e até os não tão altos assim –, como cargos do clero regular e na administração das possessões coloniais se dava através de provas da limpeza de seu sangue.

Apesar de terem sido os judeus e cristãos-novos os principais alvos das provas de limpeza de sangue Figueirôa-Rego e Olival (2011) apontam que:

> o defeito de sangue escravo […] Mesmo para o provimento de lugares de clérigo no Brasil (Minas Gerais) podia causar embaraços no último quartel do século XVIII, até para quem tinha passado pela Universidade de Coimbra […] o seu peso em pleno século XVIII aproximava-se da mácula de sangue cristão-novo. Quando aquela caiu oficialmente em 1773, a outra persistiu pelo menos para quem o tinha nas 4 gerações e não dispunha de boas redes de influência (FIGUEIRÔA-REGO; OLIVAL, 2011, p. 145 – grifo meu)

De acordo com os autores, embora houvesse uma margem muito pequena para estratégias que conseguissem burlar o preconceito de origem e de cor, elas não alteravam substancialmente as estruturas dessa sociedade e não servem para "escamotear a existência de discriminação em função da cor da pele e de violência implícita a este respeito nas sociedades portuguesas e nas das periferias coloniais" (FIGUEIRÔA-REGO; OLIVAL, 2011, p. 144).

O registro de Rebouças e Du Bois, de sentirem-se estrangeiros em sua terra natal, é típica na construção da ideia de pária como demonstra é encontrada por Verikas (2010) no rastreamento sobre o uso do pária em algumas peças teatrais e literatura. Escritas no contexto cultural europeu dos séculos XVIII e XIX, os párias são personagens submetidos

a “uma discriminação sistemática e continuam sendo considerados como ***estrangeiros em seu próprio país***.” (VERIKAS, 2010, p. 45 – grifo nosso)

Como acabamos de ver muitas questões podem ser suscitadas a partir desse pequeno fragmento. A rica bibliografia sobre a história da Índia no período do início da modernidade apresentada por esses autores, em especial Xavier (2011; 2016), estabelece uma conexão entre os territórios sob domínio colonial, profundamente marcados por uma hierarquização racial semelhantes. “Coincidentemente” no início do século XVI – momento da inauguração da história “luso americana” e da modernidade europeia.

Autores como Sanjay Subramanyam tem sido uma das referências na discussão acerca do papel que as relações estabelecidas entre as culturas europeias e o contato com África, América e Ásia, na aurora da modernidade, tiveram papel importante para a formação do sentido e para a ideia de mundo que temos hoje[36]. O termo pária, usado por Rebouças para definir a si próprio, mesmo não sendo o costumeiramente usado para classificar as pessoas que se encontravam no degrau mais baixo da escala social, parece guardar uma enorme familiaridade. Um eco, no século XIX, da forja das relações inauguradas na aurora da modernidade, conectando espaços aparentemente sem relação mais profunda. Talvez nem o próprio Rebouças tivesse consciência dessas conexões, mas ele usaria uma palavra com esse sentido se ao menos não acreditasse esse termo possuísse uma relação com o modelo hierarquização racial da sociedade escravista do Brasil? Representaria o uso da palavra pária o sentimento de aviltamento que Rebouças sentiu ao ser rebaixado do lugar de cidadão, para o de um “negro”, um escravo, que grosso modo ocupa a posição de um pária na sociedade brasileira? Mas sendo Rebouças um negro isso não deveria ser esperado ou não representar uma contradição?[37]

Essas questões representam os limites que os documentos escritos nos impõem. Eles nos dão base para refletirmos sobre muitas possibilidades, mas seus autores já não se encontram mais na dimensão do presente, sendo difícil aferir os sentidos de seus

---

[36] Cf. Sanjay Subrahmanyam, “*Connected Histories: Notes toward a Reconfiguration of Early Modern Eurasia.* ***Modern Asian Studies***, Vol. 31, nº 3, 1997, pg. 735 – 762”, e Angela Barreto Xavier *et al.* “Impérios, historiografia e ciências sociais: uma entrevista com Sanjay Subrahmanyam. **Análise Social**, nº 226, Vol. III, 2018, pg. 189 – 206.

[37] O sentido dado a palavra negro era extremamente pejorativo. Cf a discussão feita pela professora Hebe Mattos em “Das cores do silêncio”.

escritos, podemos apenas elucubrar de forma transversal seus sentidos, mas tendo sempre por base a plausibilidade.

Numa sociedade escravista onde o racismo é a base da economia e de todas as dinâmicas sociais é praticamente impossível dissociar uma coisa da outra. Não há como se esconder do racismo. A experiência negra nas Américas sempre retorna a alguns temas comuns, produzindo alegorias similares como a rejeição e o sentimento de sentir-se sufocado ou estrangeiro em sua terra natal.

3.5. A persistência de um modelo de segregação.

A demissão de Rebouças, analisada de certos ângulos, parece ser uma espécie de punição, algo muito similar ao que acontece quando alguém ultrapassa os seus limites. E observando algumas questões já colocadas aqui e o tom dos ataques sofridos, parece que o fato de ser ao negro fez a margem de atuação do engenheiro ser inesperadamente menor. Uma comparação das iniciativas empresariais durante o Segundo Reinado e da trajetória dos liberais que nelas atuaram, suas ideias e suas relações políticas durante o período ajudariam a dar mais precisão ao papel desempenhado pelas relações raciais nesse processo. De qualquer forma é nítido que os ataques que Rebouças sofria nos jornais eram intensos. Já existia um clima de animosidade entre as duas companhias em que participava, desde o nascimento das Docas D. Pedro II. Na época, o então Ministro Fazenda, Zacarias de Góis, havia chamado Rebouças para prestar esclarecimentos acerca da atitude, considerada pouco liberal de homenagear o monarca ao nomear sua nova Companhia (CARVALHO, 1998, p. 112). A sua demissão da Companhia Docas parece ser tributária desse tipo atrito que Rebouças se envolvia na cidade. Ao lermos a sequência dos acontecimentos de sua demissão parece que um clima de festa havia tomado conta de seus "inimigos". De acordo com o registro feito pelo engenheiro em seu diário fica a impressão de que sua demissão foi considerada como um prêmio. Segue o fragmento do relato feito ainda no dia 13 de novembro de 1871:

> Dou graças infinitas ao bom Deus de ter tido a coragem de despedir-me d'essas obras e dos meus bom operarios sem uma lágrima.
> Posso dizer: só Deus me viu chorar. Neste momento ainda ninguém da família

> sabe a dor, que oculto.
> Dicerão-me os correctores Willian Lara Tapper e Pereira que o **Mariano Procópio estivera na Praça propalando a minha demissão** e que conseguira do Ministro da Fazenda que se nos negasse o embarque de café e o alfandegamento dos trapiches assentados pela Companhia das Docas Pedro II (Diário: 13-11-1871 – grifo meu)

De acordo com Veríssimo (1938), a partir da análise dos fatos referentes ao concurso na Escola Central, que envolveu Agostinho Vítor de Borja Castro, o caso da Empresa Metropolitana que envolveu Mariano Procópio e a questão do abastecimento de água, que envolveu a categoria dos engenheiros, ligados a burocracia imperial, ficava nítido "que contra André havia mais ciúme e mais ódio, que oposição de interesses" (VERÍSSIMO, 1938, p. 93 – grifo meu).

A questão que fica é se poderíamos atribuir a causa desses ódios contra Rebouças apenas a uma disputa econômica? O que representariam esses ciúmes de fato, alguma espécie de recalque? Qual ameaça Rebouças representava para esses sujeitos ou grupos políticos que se articularam para retirá-lo das obras da Companhia Docas da Alfândega? Há dois outros fatos interessantes que merecem ser mencionados sobre o fragmento de seu diário do dia 11 de novembro. O primeiro é o de que a frase "Noite de um pariá" foi escrita em destaque com um lápis azul na parte superior da folha de seu diário. O segundo fato são as datas que aparecem logo abaixo da frase, como que estabelecendo um marco, destacando os anos de 1871 e 1889. Ou seja, segundo esse destaque feito por Rebouças – provavelmente em alguma revisão de suas memórias – o período entre 1871 e 1889 representaria um marco atrelado a sua condição racial, o estabelecimento em sua consciência no qual ele identificar-se-ia relacionado a questão das hierarquias sociais de casta que envolvia sua existência. O ano de 1889 é importante não só pela queda do regime monárquico e consequentemente exílio da Família Real, mas sim pelo fato de Rebouças ter partido junto, na mesma embarcação na madrugada do dia 16 de novembro, sem nenhum preparo, de forma aparentemente intempestiva (CARVALHO, 1998, p. 226).

Os apontamentos feitos por Veríssimo (1938) dão conta de que os êxitos das ações de Rebouças e sua proximidade a família Real geravam "ciúmes" nos setores da engenharia oficial. Parece que o tal "ciúme" poderia ser uma espécie de recalque da ordem social de origem escravocrata em ver um negro numa relação tão próxima a família real e tirando alguma vantagem disso. Os argumentos elencados a partir dos ataques que

Rebouças sofrera no jornal podem ser traduzidos simplesmente como ressentimento ao sucesso e consequente prestígio oriundo do êxito profissional despertados em seus pares, não poderíamos associar esse ressentimento, da forma como se manifestou na leitura de Veríssimo, como um diagnóstico de algo mais que só ciúmes? Seria unicamente sua proximidade a família Real, seu sucesso empresarial ou suas ideias liberais a causa de ataques públicos em jornais? Seria exagerado atribuir a seu fenótipo africano, repulsivo a uma sociedade racista como ciúmes ou ressentimentos? Ele era um indivíduo muito afastado do estrato do poder, tradicionalmente ocupado por homens ligados a "nobreza da terra" desde a montagem da base administrativa americana do império ultramarino português.

Creio que o conjunto de causas que levaram a demissão Rebouças tem como base atravessamentos de questões que tem a raça como um eixo mobilizador extremamente importante, tanto de forma explícita quanto implícita – não aparente –, de caráter estrutural. Entender o racismo como estrutura é extremamente relevante e importante para o entendimento das ações individuais. Não podemos nos dar ao luxo de continuar supondo que somos resultados de vontades inatas sem nenhuma relação com a estrutura social que nos envolve. Os estudos feitos sobre a colonialidade demonstram o quanto o mundo moderno vem sendo preparado para tornar o negro repulsivo e consequentemente repeli-lo.

De acordo com Mbembe (2014) o regime escravocrata, base econômica dos Estados de origem colonial, "pias batismais de nossa modernidade" (MBEMBE, 2014, p. 31) consolidou-se em paralelo a construção do conceito de raça, que cumpriu um papel utilitário, uma "ficção útil, de uma construção fantasia ou de uma projeção ideológica" que organizava as relações de poder e de trabalho, garantindo o tráfico negreiro, grande diferencial da escravidão moderna em relação a antiga (MBEMBE, 2014, p. 27). Segundo o autor, ela pode ainda representar a manifestação de um ressentimento que cumpriu o papel de dar possibilidade de se aceitar a transformação do ser humano em coisa. Esse "complexo perverso, gerador de medos e de tormentos" sob o signo da negritude foi criado pelo europeu devido a uma dificuldade cultural sua em lidar com a diferença (MBEMBE, 2014, p.25). O europeu criou o negro como uma espécie de projeção de

materialização de seus medos. “O Negro e a raça tem significado, para os imaginários das sociedades europeias, a mesma coisa*”* (MBEMBE, 2014, p.10).

A cor foi um critério de distinção social presente na administração da colônia luso americana desde seus primórdios. Helena de Cássia Trindade de Sá (2016), em sua dissertação sobre a dinâmica da administração aduaneira durante os séculos XVI e XVII, mostra-nos que para a ocupação dos cargos mais altos da hierarquia da Fazenda Real do Rio de janeiro, o ofício de provedor da Fazenda e juiz da Alfândega, feita por nomeação exclusiva do Rei, salvo em casos de falecimento ou impedimento do monarca (SÁ, 2016, p. 145) era necessário que tais indivíduos fossem “[...] Membros de famílias proeminentes na capitania, não podiam ter servido em ofícios mecânicos e ainda tinham de ter ***limpeza de sangue***, ou seja, não ter antepassados mouros ou judeus.” (SÁ, 2016, p. 145, 147 - grifo nosso).

De acordo com as ordenações Filipinas, em seu título XVII, que dispões sobre o ofício de Meirinho-mor, diz-se que para ocupar tal ofício o homem deve ser “muito principal e de nobre sangue”. A função do Meirinho-mor era prender pessoas ligadas a administração da colônia, grandes fidalgos e senhores de terra. Ou seja, os principais da terra só se sujeitariam a alguém de sangue puro e limpo como os seus.

A mentalidade lusitana acerca da superioridade racial branca é notória nas narrativas produzidas nos primeiros séculos de colonização. A obra do Frei franciscano Vicente do Salvador, escrita em 1627, relata a ótica europeia ao narrar um suposto encontro entre “indígenas” e portugueses, exemplo de como a brancura do colonizador já aparece como fator explicativo e hierarquizante, justificando a organização dessa sociedade de casta no seu nascedouro. Vejamos o que o Frei conta sobre o encontro entre “índios” e brancos.

> Ali desembarcou o Capitão com seus soldados armados, pera pelejarem; porque primeiro mandou um batel com alguns a descobrir campo, e deram novas de muitos Gentios, que virão; porém não foram necessárias armas, porque ***só de verem homens vestidos, e calçados, brancos, e com barba /do que tudo eles carecem / os tiveram por divinos***, e mais que homens, e assim chamando-lhe Caraíbas, que quer dizer na sua língua cousa divina, se chegarão pacificamente aos nossos. (SALVADOR, 1889, p. 5)

Esses documentos e relatos são abundantes no contexto ibérico e nos fornecem uma pequena amostra da estrutura racialmente hierarquizada da administração colonial portuguesa[38]. Charles Ralph Boxer (1981) referindo-se a Companhia de Jesus, arrola uma série de documentos da época que apontam para o papel de doutrinas "de pureza de sangue" na base da formação do Império ultramarino português.

Apesar das evidências documentais sobre a estrutura profundamente racista do Estado português, causa-lhe espanto o fato de existirem pessoas que, a época em que escreveu seu livro, negassem que Portugal fosse uma nação eminentemente racista. Mencionando a contraditória afirmação de Edgard Prestage em 1923, que dizia ser "motivo de consideração que Portugal, à excepção dos escravos e dos judeus, não fazer qualquer distinção de raça ou cor" (BOXER, 1981, p. 242). A partir dessa contraditória opinião Boxer (1981) demonstra como essa espécie de mito da ausência de preconceito de raça e cor na história portuguesa:

> Não faltam eminentes autoridades contemporâneas que afirmem que os Portugueses nunca tiveram quaisquer preconceitos raciais dignos de menção. O que essas autoridades não explicam é a razão pela qual, nesse caso, os Portugueses, durante séculos, puseram uma tal tónica no conceito de «limpeza» ou «pureza de sangue» não apenas de um ponto de vista classista mas também de um ponto de vista racial, nem a razão por que expressões como «raças infectas» se encontram com tanta frequência em documentos oficiais e na correspondência privada até o último quartel do século XVIII (BOXER, 1981, p. 242)

Boxer (1981) aponta em sua exposição algo em nosso passado que de tão remoto, acabou por ser esquecido ou sublimado – ação não necessariamente voluntária. O que se vê nos relatos apresentados pelo autor, em especial sobre a organização das missões da Companhia de Jesus na Ásia é um apego a questão da pureza de sangue só comparável na modernidade ao arianismo. Os relatos apresentados pelo autor feitos por representantes da Igreja Católica Romana nesses locais demonstram cabalmente como a sociedade portuguesa foi hierarquizada fundamentalmente pela noção de uma supremacia sanguínea, por conseguinte cultural. Havia uma enorme resistência por parte do clero em

[38] A tese de doutoramento de João Figueiroa Rêgo é um excelente aporte sobre o tema. A referência encontra-se na área reservada para tal.

ordenar padres de origem asiática e africana. O autor cita o caso de um congolês que foi educado em Lisboa e se tornou bispo titular de Útica em 1518. Esse caso, porém, constituiu uma exceção durante anos, mesmo tendo sido o marco dessa abertura. Ainda de acordo com Boxer (1981) só em 1541, ano da criação do Seminário da Santa Fé em Goa (BOXER, 1981, p. 243).

É notório que as resistências que os próprios jesuítas e os portugueses que viviam na ilha de Goa tinham acerca desse projeto. A competência dos estudantes nativos era contestada. Segundo Boxer (1981) Frei António Gomes, um dos primeiros reitores do Seminário dizia que "os leigos portugueses que se encontram aqui não querem confessar-se a padres indianos ou euro-asiáticos, mas só a padres de sangue puramente português" (BOXER, 1981, p.244). Francisco Xavier, que ainda não era santo, segundo nosso autor, "advogava a ideia de que noviços indianos não deviam ser admitidos na Companhia de Jesus" (BOXER, 1981, p. 244).

Seguindo ainda os relatos acerca da Companhia de Jesus na Índia nos é informado que "houve apenas um indiano que foi ordenado padre da Companhia de Jesus até a sua extinção em 1773" (BOXER, 1981, p. 244). Qual poderia ser a justificativa para tamanha exclusão? Segundo percebemos nesses relatos a questão é racial, pura e simplesmente. Segundo o jesuíta Alexandre Valignano, "todas essas raças escuras são muito estúpidas e viciosas, e espiritualmente do mais baixo nível que é possível" (BOXER, 1981, p. 245). O padre Nuno da Cunha dizia que "a experiência de 160 anos de evangelização no Oriente havia demonstrado que os clérigos indianos não serviam para nada melhor do que simples párocos" (BOXER, 1981, p. 245). O Frei Ardizone Spinola, uma voz "crítica" a este tipo de procedimento, acusou os portugueses de "considerarem todas as raças de cor (mas especialmente Indianos e Africanos) como intrinsecamente inferiores à branca" (BOXER, 1981, p. 246).

A Igreja Católica romana, em especial a ordem dos Inacianos teve papel fundamental na organização mental da colônia portuguesa. Esses relatos apresentados por Boxer (1981) demonstram o quanto a cultura ibérica é arianista. Esses relatos dos religiosos ajudam a recolocar o Brasil no cenário de mal-estar gerado por essas teses. Causa mal-estar e estranhamento se falar no Brasil do século XXI em arianismo, eugenia, nazismo e fascismo. Como se fosse impossível e incoerente que em "um país tropical,

abençoado por Deus" possa existir tal pensamento. Ora, esse pensamento sempre esteve presente em nossa sociedade, é a base da fundação do Estado brasileiro.

É importante lembrar que há poucas coisas tão tradicionais no Brasil como a hierarquização racial e a escravidão. Dois pilares da violência crua do sistema colonial. O professor Júlio César Medeiros da Silva Pereira (2007) dá, a esse respeito, uma contribuição inestimável para a compreensão da dimensão histórica da hierarquização racial da sociedade brasileira. Tendo como *locus* alguns cemitérios dedicados ao enterro da população mais pobre da colônia e aqueles destinados exclusivamente ao enterro de pretos novos e mulatos, principalmente o antigo Cemitério dos Pretos, próximo ao antigo cais do Valongo. Pereira (2007) demostra através de documentação variada como os rituais de inumação prescritos na legislação eclesiástica, destinadas a estabelecer quais as regras para o enterro de cristãos, não eram respeitados nem pelos senhores nem pelos religiosos da paróquia de Santa Rita, responsável pelo cemitério dos pretos novos. Mesmo com boa parte dos negros tendo chegado ao Valongo já com o sacramento, porta de entrada para o cristianismo, os mesmos, na maioria das vezes, não recebiam a extrema unção e eram enterrados sem nenhuma dignidade, "à flor da terra".

Os relatos das autoridades da época, registrados em diversos ofícios, com respostas oficias à abaixo assinados de moradores da região, expõe o clamor da população do Valongo pela remoção do cemitério, devido ao seu odor repugnante, pela "nenhuma decência do lugar" devido as cenas infames de corpos empilhados no terreno do cemitério, expostos ao tempo, apodrecendo ao ar livre à espera de mais corpos para serem enterrados no atacado. Era comum também nos relatos de autoridades e de viajantes relatos de degradação escabrosos, como o de membros de corpos já enterrados que brotavam do solo devido a uma chuva mais forte, suficiente para remover o mísero palmo de terra jogado sobre os corpos dos africanos recém chegados.

Estes relatos sobre o cemitério dos pretos novos ilustram o cenário de uma cidade macabra, digna de contos horror. Tais práticas, fora da norma estabelecida pelas próprias leis eclesiásticas, apontam para uma grande assimetria social e para mais uma dimensão da violência racial do regime colonial.

Os grupos étnicos africanos que chegaram ao Brasil no período de funcionamento do cemitério dos pretos novos eram oriundos, em sua maioria, do "Centro-Oeste Africano,

ou, como alguns preferem denominar, África Central Atlântica (PEREIRA, 2007, p. 152). De acordo com os dados apresentados por Manolo Florentino (2014), 92,7 % dos navios que atracaram no porto do Rio de Janeiro, entre 1790 e 1830 eram oriundos de Luanda e Benguela, regiões da África Central Atlântica (FLORENTINO, 2014, p. 246). Os povos dessa região, conhecidos como bantus tem como um dos elementos mais importantes de sua cultura o culto aos ancestrais. Esse culto tinha uma função "fundamental na manutenção da vida e da ordenação das coisas terrenas", e o fato de morrer longe de seus ancestrais, ou mesmo não poder venerá-los, para os africanos, era indubitavelmente um 'mal morrer'" (PEREIRA, 2007, p. 162).

Há uma diversidade de questões apontadas por Júlio César Medeiros da Silva Pereira (2007) sobre como um tipo de morte ignominiosa imposta aos africanos de origem banto, resultante da escravidão, estraçalhava a organização cósmica de sua cultura. Porém o mais importante a reter aqui é o fato de, mesmo pertencentes a uma cultura complexa e tradicional, com uma cosmogonia própria e depois migrados forçosamente para uma cultura cristã, através do sacramento do batismo, esses seres humanos eram tratados como animais na hora de sua morte, enterrados de forma indigna. Como aponta o autor, a religião católica incorporou em seus rituais religiosos os costumes as práticas de distinção social, sendo o ritual de sepultamento um momento de revelação da "desigualdade do espaço funerário", que "espelha a desigualdade terrena, onde os despossuídos desta vida são sepultados tal como viveram, à margem da sociedade", os grupos sociais compostos por "brancos pobres e ***párias*** da sociedade, estão os pretos novos, boçais, neófitos na fé e que, a despeito de terem sido "resgatados" para aprenderem o novo dogma, quando mortos são jogados à flor da terra" (PEREIRA, 2007, p. 177).

Este quadro exposto por Pereira (2007) é mais um elemento revelador do nível de relações sociais no Brasil colonial. Podemos perceber também como os africanos novos, mulatos e brancos pobres estão equiparados socialmente à margem da sociedade. Porém, os cemitérios apresentados nos relatos dos viajantes como aqueles com os aspectos de maior degradação, "mais ou menos clandestinos", eram aqueles dedicados ao enterro de pretos novos ou de mulatos, servindo por tanto como reflexo dessas relações sociais onde a raça hierarquizava as condutas (PEREIRA, 2007, p. 36).

A cor foi durante praticamente todo o período da história do Brasil algo que se colocava como fator preponderante de hierarquização e diferenciação social. A historiadora Ângela Alonso (2015), em trabalho sobre o movimento abolicionista, demonstra o quanto o ele diversificado e tinha núcleos populares de atuação, desmistificando a ideia de que ele fora exclusivamente parlamentar, ou que sua faceta mais importante fora o parlamento. Esse livro traz também o reconhecimento de André Rebouças como uma das peças centrais desse movimento e traz com mais detalhes sua contribuição na articulação política do movimento. Aproveitando sua experiência no *loby* com políticos contribuiu para o trânsito de pautas abolicionistas.

Entretanto, apesar da grande contribuição que seu trabalho representa para a historiografia do movimento abolicionista, alguns fragmentos de seu texto, que dizem respeito a socialização do engenheiro com as camadas sociais aristocráticas, sugerem que Rebouças estava totalmente integrado a sociedade imperial. Alonso (2015) diz que "Rebouças alcançou alta posição social que ***eclipsou sua cor***. Entre a aparente indiferença a nas altas-rodas [...] e o auto-camuflamento, pôde chegar à idade madura sem se referir à própria pele nem no confessionário íntimo, o diário pessoal*"*. (ALONSO, 2015, p. 110; grifo nosso).

O trecho destacado é a síntese do problema que esta pesquisa procura expor. A cor, em uma sociedade hierarquizada e fundamentalmente dividida a partir desse marcador, pode ser encoberta ou esquecida? A história do Brasil é a história das relações raciais por excelência. A acomodação das hierarquias sociais, pelo menos desde as primeiras narrativas acerca de sua fundação está submetida as hierarquias raciais. E lembremos mais uma vez Fanon (2008) "uma sociedade é racista ou não o é*"* (FANON, 2008, p. 85).

Está claro que a situação de André Rebouças é incomparavelmente mais "vantajosa" se analisarmos a sua situação material a de seus "pares raciais". Entretanto é bom termos em mente que "ser negro" é uma condição que não está vinculada exclusivamente a condição socioeconômica de um indivíduo, mas sobretudo, parafraseando Fanon (2008), a sua "experiência vivida". O lugar dessa experiência vivida é onde a distinção e hierarquia racial se mostram. E devido ao fato de tradicionalmente a voz do negro ser sempre a voz do escravizado, a partir de uma interpretação feita por

historiadores mais preocupados com dinâmicas econômicas, nossa percepção acerca da experiência vivida de negros ficou um tanto quanto descaracterizada. Como já mencionado no início deste trabalho, Rebouças nasceu e foi criado dentro de uma família "mestiça", que soube identificar desde muito cedo certas estratégias de ascensão social, que se apresentavam para elementos racialmente "afastados" dos costumes africanos (SPITZER, 2001, p.127). Porém, a alusão que Rebouças faz a condição de pária em seu diário expõe uma questão extremamente relevante. O momento do reconhecimento do limite estabelecido pelo estigma social? Qual o limite para o reconhecimento da humanidade do negro? Aonde, nessa experiência de limite, começasse a se dar conta da condição de "o de fora", ou não quisto?

As questões apresentadas por Pereira (2007) revelam uma outra faceta da violência gerada pela economia de *plantations*, para além dos castigos físicos o ritual funerário. A lógica das *plantations* não ficava restrita apenas ao meio rural. Todas as esferas da vida social acabavam sendo subordinadas a lógica desse regime econômico. E no desdobramento dessa relação econômica, o negro era enclausurado na ideia fabricada por essa sociedade.

Apoiando-se nas teses de Vitorino de Magalhães Godinho, o professor João Luís Fragoso (2000) aponta para uma peculiaridade interessante acerca da constituição do Império ultramarino português. As *plantations* americanas representavam o quadro mais bem-acabado exemplo da estrutura econômica do Império português. No entanto essa estrutura é resultado de um processo de "viragem estrutural do Império ultramarino português*"* (FRAGOSO, 2000, p.49) que teve início na segunda metade do século XV, consequência de uma série de acontecimentos que contribuíram para um processo de decadência fiscal do Estado português. Após a União Ibérica as posições lusitanas no oriente, que já estavam cada vez mais debilitadas, foram severamente comprometidas. Ainda no último quartel do século XVI já é possível perceber como o tráfico ultramarino era preponderante na vida econômica do Império português:

> [...]cerca de 65% de suas receitas eram originárias destes tratos [...] desde as últimas décadas do quinhentos o tráfico atlântico de escravos já está em franco funcionamento. Só no porto de Luanda, estima-se que as exportações de cativos tenham passado de uma média de anual de 2.600 pessoas em 1575 - 1587, para 5.032 entre 1587 e 1591.*"* (FRAGOSO, 2000, p. 50).

A estruturação da sociedade colonial no Rio de Janeiro, deu-se nesse contexto. O trabalho de Fragoso (2000) representa um aporte importante para o entendimento da estrutura da sociedade fluminense em seus primórdios. Ela se dá de forma simultânea a experiência índica do império ultramarino. Fragoso demonstra através de sua abordagem o quanto um estudo sobre a formação econômica não se restringe apenas a análise de taxas de importação ou exportação, variação de preços etc. Foi necessário adentrar na intimidade dessa sociedade, nos registros de dotes de casamento, para poder observar suas estruturas e perceber o nível das relações entre as famílias e suas relações de parentesco com os primeiros "conquistadores", responsáveis pela instalação do sistema colonial nos finais do século XVI.

Havia uma intensa disputa entre os principais chefes de "Famílias extensas" - as famílias senhoriais que se expandem a partir de parentesco diretos, geralmente a partir do matrimônio das filhas. Essas famílias extensas são famílias patriarcais típicas do período, donas dos primeiros Engenhos de açúcar do recôncavo fluminense. Elas possuíam relação de parentesco com a elite burocrática de funcionários reais, oriundos do período das invasões coloniais, formaram a base da primeira elite colonial fluminense. Ou seja, a base dessa é patriarcal não só nos aspectos do costume, mas político e econômico. Os membros dessas famílias eram os administradores de ofícios importantes e de setores econômicos importantes, como o porto e os Engenhos do recôncavo da Guanabara. De acordo com Lamarão o berço do porto do Rio de Janeiro era a *"*franja litorânea próxima ao sopé do Morro do Castelo*",* onde primitivamente se instalou a cidade do Rio de Janeiro, antes de se espraiar pela várzea do Castelo, onde se instalaram os primeiros administradores (LAMARÃO, 2006, p. 22). E mesmo a lavoura canavieira sendo considerada "de pouca expressão, se comparada com as prósperas plantações de Pernambuco e da Bahia*"* (LAMARÃO, 2006, p. 23) era para aquele porto "boa parte da produção dos engenhos instalados no recôncavo da baía de Guanabara era transportada [...]e descarregam as caixas de açúcar ou as pipas de aguardente junto às mercadorias trazidas pelas Naus do reino*"*. (LAMARÃO, 1991, p. 22)

Esse porto representa o momento de expansão e consolidação na cidade do Rio de Janeiro de uma economia de plantation. Expansão que se realizou para a planície vizinha

ao morro do Castelo "em direção ao morro de São Bento e a área da prainha" (LAMARÃO, 2006, p. 22). A cidade do Rio de Janeiro por essa época se desenvolveu entre os quatro morros do centro da cidade. Castelo e Santo Antônio ao sul, da praia de Santa Luzia até o atual largo da carioca e do morro da Conceição, na região da Gamboa até o morro de São Bento, na região da praça Mauá

O primeiro porto do Rio de Janeiro se instalou na região que se estende da Ponta do calabouço até o morro de São Bento. Esse perímetro é importante pois é nele que a cidade irá se desenvolver. Foi no entorno do perímetro desse porto que se concentraram as decisões políticas principais atividades da colônia, que surgiu a principal rua do período colonial, a rua Direita. Esse perímetro urbano teve grande importância política para a cidade. Entre as freguesias de São José e da Candelária estava situado o antigo Senado da Câmara, no início da rua Direita, local de assento dos "homens bons" da colônia, onde se deliberava sobre todos os assuntos referentes a administração do espaço urbano e gestão dos recursos da cidade.

A primeira parte do perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro, onde nasceu seu porto, constituiu-se no entorno do Morro do Castelo. Foi a partir das ladeiras da Misericórdia, da Ajuda e do Cotovelo e que por consequência deram origem surgiram as ruas da Misericórdia, Direita, São José e Ajuda (RIOS FILHO, 1941, p.46). Os limites físicos do morro podiam ser traçados ao norte, pela rua de São José, ao Nordeste pela rua da Misericórdia, que se funde com a rua Direita a partir da expansão da cidade, ao sul pela praia de Santa Luzia e na sua parte oeste pela rua da Ajuda.

A antiga alfândega do Rio de Janeiro ocupou também esse perímetro urbano. De acordo com o trabalho de Helena de Cassia Trindade de Sá (2016). A autora analisou as relações comerciais estabelecidas no Rio de Janeiro no período da montagem do sistema colonial, apontando o papel estratégico da alfândega para a consolidação do império ultramarino português, caso do Brasil e, consequentemente, como essa dinâmica econômica influenciaria na acomodação dos agentes políticos nessa sociedade atlântica. De acordo com a autora, apoiada em José Vicente Serrão, "[...] a fixação de postos alfandegários tenha sido uma preocupação constante da Coroa, já que era da cobrança aduaneira que provinha a maior parte dos seus rendimentos. Mais do que isso até [...] seus rendimentos eram indispensáveis para o seu funcionamento." (SÁ, 2016, p. 117)

O Estado português era inteiramente dependente economicamente de seus rendimentos de seus portos. Para ressaltar como essa estrutura econômica foi herdada pelo império brasileiro, como já foi citado, a receita da Alfândega do Rio de Janeiro entre os anos de 1873 e 1876 era o dobro da arrecadação da média nacional (BENCHIMOL, 1992, p. 51), ou seja, o porto da cidade do Rio de Janeiro era, até a segunda metade do século XIX a grande fonte de receita do Império brasileiro. Essa proeminência comercial e fiscal já vinha se mostrando desde a virada do século XVIII para o XIX, "quando se apresentava como a principal praça mercantil do Atlântico Sul ou [...] do Império ultramarino português". (FRAGOSO, 2001, p. 321)

A cidade do Rio de Janeiro, sendo este grande empório, com grande circulação de riqueza, transformava-a no ponto de convergência dos interesses políticos de diversos extratos da sociedade fluminense. Desde o grande fazendeiro do Vale do Paraíba - já no século XIX –, até os pequenos comerciantes espalhados em pequenos armazéns pelas freguesias urbanas da cidade até os donos dos trapiches que salpicados pelo litoral norte do centro da cidade, buscavam exercer algum grau pressão política na cidade.

Na faixa de litoral a que se estende da ponta do calabouço até o morro de São Bento, entre a freguesia de São José e da Candelária estava situado o antigo Senado da Câmara, no início da rua Direita. Esse lugar é especial pois era onde os "homens bons" da colônia assentaram o seu poder. A cidade do Rio de Janeiro, tornava-se um ponto cada vez mais importante do Império português e uma arena de acirrada disputa política. Nesse contexto o Senado da Câmara possuía critérios para permitir o ingresso nesse jogo pelo poder, e eles eram racialmente definidos.

Essa elite burocrática e fazendeira levava essa disputa política até limites surpreendentes. A respeito da disputa pela concessão de terras públicas nesse perímetro da cidade Noronha Santos (1965) recorda que havia vários processos litigiosos envolvendo os terrenos que compreendiam as "ruas de S. Pedro, General Câmara, Alfândega, Hospício [...], Rosário e Ouvidor e Ouvidor até a rua Uruguaiana, são foreiros à Municipalidade". Boa parte dos terrenos dessa região deviam pagar algum tipo de tributo – foro – a cidade (SANTOS, 1965, p.24). Conforme narra Santos (1965), a maioria dos que usufruíam dos terrenos considerava-se livre dessas obrigações. O motivo para tal crença não é apresentado pelo autor, mas citando a obra do Dr. Roberto Haddock Lobo,

"Tombo das Terras Municipais"[39] tal "imbróglio" de terrenos teria consequências extremamente graves para a história da cidade. No dia 20 de julho de 1790 houve um grande incêndio no Senado da Câmara do Rio de Janeiro. Nas palavras de Haddock Lobo, citada por Santos (1965), "esta inesperada calamidade foi devida a perversidade de alguns foreiros, que por este meio julgaram poder libertar suas propriedades do senhorio direto da Câmara" (LOBO, 1860 apud SANTOS, 1965, p. 24). Sobre o mesmo ocorrido Vieira Fazenda (1919) nos dá mais alguns detalhes. A partir de um documento atribuído aos próprios funcionários do Senado da Câmara é possível ter uma dimensão do acontecimento. Nessa época o Senado da Câmara, também chamado de Concelho da Câmara (JOBIM; PORTO, 1996, p. 5) ocupava, provisoriamente, as "casas chamadas dos Teles" (FAZENDA, 1919, p. 279)[40]. O acontecimento é descrito assim pelos seus contemporâneos:

> fôra inteiramente incendiada, e reduzida a cinza, a casa do dr. Juiz dos órfãos, Francisco Telles Barreto de Meneses, a qual servia de Paços do Concelho [...] ficaram reduzidos a cinza os móveis e todos os bens pertencentes ao Concelho, com irreparável perda de seu precioso arquivo, restando apenas alguns livros e autos [...] (FAZENDA, 1919, p. 280)

Pelo relato feito por Vieira Fazenda (1919) houve ao menos duas vítimas fatais nesse incêndio que teria se iniciado na loja de Francisco Xavier e dizem que o mesmo, "por avareza, não quis salvar-se, sendo victima do incêndio, bem como um menino, naturalmente seu caixeiro." (FAZENDA, 1919, p. 280). Uma palavra do documento está ilegível, uma antonomásia, lê-se apenas que "Francisco Xavier, por antonomásia – c... negocios" (FAZENDA, 1919, p. 279). É provável que Francisco Xavier fosse comerciante, famoso pela sua habilidade em ganhar e segurar bem o dinheiro entre os dedos da mão cerrada, preferiu morrer a ver todas suas economias virarem cinzas.

39 Infelizmente Noronha Santos não nos deu a referência da edição da qual retirou os fragmentos do Dr. Haddock Lobo

40 Sobre alguns números da Revista do IHGB é preciso informar que existem algumas umas inconsistências de dados. Consta na página de rosto da revista o ano de 1921 como sendo o da impressão da publicação. Porém, na ficha catalográfica fornecida no site da instituição o ano informado referente a publicação é o de 1919. Dessa forma referenciei o texto de Vieira Fazenda pelos dados informados na ficha catalográfica.

Os incêndios não eram excepcionais na cidade do Rio de Janeiro. Fazenda (1924), em outro volume de seu precioso trabalho nos relata de início um grande incêndio ocorrido no ano anterior ao do Senado da Câmara, em 24 de agosto de 1789. Nessa época era vice-rei Luiz de Vasconcellos e Sousa. Fazenda (1924) apresenta um documento que dá disposições sobre o serviço de extinções de incêndio. Em 12 de Julho de 1788 Vasconcellos encaminha, coincidentemente, ao Senado da Câmara o ofício que dá instruções de como se deve proceder durante os incêndios, tendo em vista que a confusão criada, pois "os moradores desta Cidade e seus escravos são muitas vezes, pelos cavaleiros, carros e bestas[...]desgraçadamente atropelados por causa da escuridão das ruas*"* (FAZENDA, 1924, p. 428). A partir da leitura do fragmento desse ofício é possível imaginar a confusão daquele dia. O ofício orientava ainda que ao "tocar o fogo da noite" todos os moradores da cidade colocassem na janela ou porta de suas casas algum ponto de iluminação, sob pena de prisão ou multa. (FAZENDA, 1924, p. 428)41.

Conta ainda Fazenda (1924) que um importante religioso chamado Lourenço de Mendonça por suas ações despertava o ódio da Câmara, do ouvidor e do povo. Um dia, na calada da noite, seus inimigos colocaram ao lado de sua casa um barril de pólvora e neles atearam fogo. Segundo o relato **"**a casa voou pelos ares, incêndio comunicou-se as casas contiguas de modo aterrador. O padre escapou, mas perdeu tudo quanto possuía, bem como seus infelizes vizinhos "(FAZENDA, 1924, p. 429). Os relatos recuperados por Fazenda (1924) demonstram ao menos duas coisas, que os incêndios eram eventos que geravam um grande impacto na vida das pessoas e expõe a escala dos conflitos políticos e lutas pelo poder na cidade do Rio de Janeiro. São retratos do ambiente político da cidade.

Os relatos do ambiente político da cidade apresentado pelos trabalhos de Haddock Lobo (1860), Fazenda (1919; 1920), Santos (1965) são observados também nas pesquisas de Fragoso (2000) e Sá (2016), que tem como conexão a análise das dinâmicas políticas da região do centro. O trabalho de Fragoso (2000), é fundamental para entender o sentido das forças que puseram em curso atentados violentos na cidade do Rio de Janeiro.

Retornando a Fragoso (2000), o processo de estruturação da economia fluminense

41 (Inserir as imagens do incêndio nas casas dos Telles e o incêndio no Recolhimento do Parto, contíguo à Igreja de Nossa Senhora do Parto)

ocorrido a partir de meados do século XVI, entre os anos de 1550 e 1600, assentam-se na montagem da *plantation*, por conseguinte da escravidão e hierarquização racial. Na época o preço do açúcar duplica, mantendo essa tendência até 1630. O número de *fábricas de açúcar* montadas entre os anos de 1550 e o de 1680 somavam um total de 130, sendo que 35% de todas essas fábricas de açúcar foram construídas entre 1612 e 1629 (FRAGOSO, 2000, p. 45).

De acordo com o autor a tendência de alta dos preços do açúcar no mercado internacional criou uma sequência de "boas conjunturas que explicou o crescimento de Engenhos de açúcar, em particular no Rio de Janeiro" (FRAGOSO, 2000, p.45). Alguns dos dados apresentados por Fragoso (2000) são oriundos do trabalho realizado por Stuart B. Schwartz (1988) acerca da produção açucareira no período colonial. A partir deles é possível realizar uma comparação dos números referentes a quantidade de Engenhos criados em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro entre os séculos XVI e XVII. Podemos perceber a partir da amostragem apresentada que as primeiras décadas do século XVI aparecem como períodos importantes para o início da economia agroexportadora. Embora Pernambuco e Bahia detivessem o maior número de Engenhos de modo geral, quando analisamos de forma proporcional, é a província do Rio de Janeiro que apresenta as taxas de crescimento estrutural mais elevada. Enquanto o crescimento em Pernambuco foi de 1% entre 1583 e 1612 o do Rio de Janeiro foi de 5.8%. Entre 1612 e 1629 Pernambuco tem um crescimento de 3.1% enquanto o Rio de Janeiro tem uma taxa de 7.9%.

De acordo com Fragoso (2000) Vitorino Magalhães Godinho afirma que a montagem da dita sociedade coincide com o que se entende por "viragem estrutural do império ultramarino português" (FRAGOSO, 2000, p. 49). Entretanto "o Brasil ainda não cumpria o seu papel de base no ultramar" (FRAGOSO, 2000, p. 50). Como já mencionado anteriormente esse momento só chegara na virada do XVIII para o XIX, período em que passa a ser "a principal praça mercantil do Atlântico Sul" (FRAGOSO, 2001, p. 321),

A grande questão do trabalho de Fragoso é compreender como o império ultramarino português, já fragilizado, conseguiu viabilizar a montagem dos sistemas de plantation no início do período colonial, onde se encontrava o núcleo da classe senhorial do Rio de Janeiro. essa fração da elite senhorial do Rio de Janeiro constituía a sua maior parte e era oriunda das expedições de Mem de Sá, que lutou contra os franceses e tamoios

(FRAGOSO, 2000, p. 62). Em torno de 60% das famílias senhoriais proeminentes durante os séculos XVIII tinham laço de parentesco com os primeiros conquistadores portugueses. Fragoso demonstra assim que o poder político da cidade está assentado na montagem das plantations/escravidão.

As famílias que descendem de funcionários régios constituiam a maior parte da primeira elite e a mais estável e com maior capacidade de se perpetuar no poder (FRAGOSO, 2000, p. 59). A respeito da vinculação entre famílias e burocracia Real Fragoso (2000) levanta a seguinte questão:

> percebe-se que daquelas 120 família, 73 tiveram por origens ministros do rei. A partir de tal constatação podemos nos aproximar mais do cenário da montagem da economia de *plantations* e de sua elite e começar a identificar melhor os mecanismos pelos quais tal sociedade fora articulada,
> [...] se é que a acumulação primitiva – ou algo que o valha – da economia colonial do Rio acontece no cenário da virada do século XVI para o XVII, talvez seja certo que a formação da primeira elite senhorial se identifique com a posse dos cargos da administração pública – ai se incluem também os postos no ***senado da câmara*** – nas mão de determinadas famílias. Na administração da coisa pública, ter-se-ia também administrado a construção da referida elite. (FRAGOSO, 2000, p. 59 – grifo meu)

Temos então a tese de que a primeira elite colonial se forma a partir de vínculos de parentesco oriundos da primeira burocracia real designada pelos conquistadores. Essa relação íntima com a administração da coisa pública possibilitou que os membros dessas famílias se instalassem em postos estratégicos da administração colonial como de governador, ouvidor, alcaide-mor e provedor da fazenda real – que era exercido conjuntamente com o de juiz da alfândega – e juiz dos órfãos (FRAGOSO, 2000, p. 60 - 61). Alguns cargos passavam a pertencer as famílias como é demonstrado em diversos casos, como é o caso de Baltazar da Costa, genro de João Pereira de Souza Botafogo, capitão da época dos descobrimentos. Ao que parece o ofício de escrivão da fazenda ficou na família de uma pessoa ligada ao descobrimento entre os anos de 1596 até 1655 (FRAGOSO, 2000, p. 61).

E esse é o caso da família Telles "cuja família era privativa da vara de juiz de orphãos, sendo em 1790 juiz dos orphãos Francisco Telles Barreto de Meneses, que foi mais tarde substituído pelo dr. Antonio Telles de Meneses, obtendo esta confirmação dessa mercê, em 1797" (FAZENDA, 1919, p. 281). Fazenda (1919) relata ainda que

Diogo Telles de Meneses, o primeiro membro dessa família a receber o privilégio, era capitão de infantaria e recebeu essa mercê em 1639 (FAZENDA, 1919, p.281).

Apoiados na análise de Nuno Gonçalo Monteiro (1993), Fragoso (2000) diz que a distribuição de privilégios, que gerava aumento de prestígios de uns em detrimentos de outros era acompanhada consequentemente de conflitos. É o que o autor classificou como um cenário de disputa intra-senhorial (FRAGOSO, 2000, p. 97).

O trabalho de Maria Fernanda Bicalho (1998) demonstra também as tensões políticas que estavam ocorrendo nesse território e as estratégias usadas pelo poder régio para administrar os conflitos. Entretanto o que chamou a atenção foi a natureza das queixas que alguns nobres da terra. Por volta de 1730 os representantes da Câmara remeteram ao monarca, por intermédio do procurador Julião Rangel de Souza Coutinho, uma queixa sobre as "contendas e distúrbios" que ocorriam nas épocas de eleições (BICALHO, 1998, n.p)[42]. Esses distintos senhores reclamavam cada vez mais a ambição de se meterem no exercício dos cargos honrosos da República pessoas indignas de semelhante emprego; pelos interesses com que estas subornam os que fazem as eleições". (BICALHO, 1998, n.p).

Segundo Bicalho (1998) o documento de 1730 faz cobrança para que se cumpra as disposições do alvará de 12 de novembro de 1611, que dá instruções sobre "a forma de fazer eleições de Juizes e Procuradores*"*. Esse alvará, ao impor restrições a participação para as eleições é elucidativo acerca da estrutura racial do poder na colonial portuguesa. Ele se propõe basicamente a excluir pessoas que "se mettem ordinariamente no governo das Terras pessoas incapazes, e que não tem partes e qualidades para servirem (PORTUGAL, 1611). Os critérios para a escolha dos eleitores são os de que esses sejam pessoas naturais da terra, e de governança dela, ou houvessem sido seus Pais e avós, de idade conveniente, **sem raça alguma"** (PORTUGAL, 1611 – grifo nosso)

De acordo com Bicalho (1998) a expressão "sem raça alguma" originalmente referia-se aos cristãos-novos, porém essas práticas discriminatórias se tornaram mais fortes com a União Ibérica tornando-se comum a noção de "sangue infecto" para denominar judeus, mouros, índios, negros, mulatos e outras "raças infectas" (BICALHO, 1998, n.p.).

42 O conteúdo da Revista de História Brasileira está no site *Scielo* sem opção para formato PDF.

O objetivo da exposição dos trabalhos de Fragoso (2000) e Bicalho (1998) é o de ilustrar a dinâmica de poder da sociedade colonial desde sua formação com a chamada "nobreza da terra" em seu início, e de seus descendentes, "os homens bons" e sob que pressupostos ela se orientava: privilégios oriundos da época da conquista que possibilitaram a instalação das famílias senhoriais nos espaços de poder, principalmente as câmaras municipais. Nessa sociedade, do qual a sociedade de Rebouças herdou seu *ethos*, o prestígio da cor era um elemento que franqueava aos sujeitos as esferas de poder e intervenção nos negócios e rendimentos que geravam tamanhos prestígios. Tais sujeitos eram capazes dos maiores ardis e atentados para manterem-se como privilegiados ou conseguir galgar altos postos. Essa digressão nos serve para expor a tradição do *modus operadins* do espaço sociopolítico no qual Rebouças está inserido.

3.6. Retornando à Rebouças.

O fato de um negro como Rebouças, ter sido repelido e de ter movido para si tamanhos ressentimentos podem ser explicados como uma reação de uma sociedade extremamente tradicional e racialmente hierarquizada que, ressentindo-se do prestígio que homens como Rebouças começavam a açambarcar pretendiam exclui-los desses espaços de poder sistematicamente. O caso de Rebouças se torna singular por suas ideias irem de encontro ao modo de produção escravista, base dos negócios de homens importantes vinculados as primeiras elites coloniais, que poderia servir como argumento para a defesa de que seu atrito era devido a um fundo político descolado das relações raciais, pois como já foi dito as reações a ataques racistas foram classificadas como questões de uma personalidade pouco equilibrada.

A transição do antigo sistema administrativo colonial para a monarquia constitucional representativa, foi um período de importante transformação institucional. O Brasil deixou de ser um regime monárquico absolutista – em tese – para se tornar uma monarquia constitucionalista representativa. Entretanto, mencionamos que um importante elo mantinha a ligação entre os dois mundos: a escravidão (GOUVÊA, 2008, p.22). De acordo com Jacob Gorender (1980), teórico marxista, "o modo de produção da existência material constitui o fundamento ontológico da sociedade humana"

(GORENDER, 1980, p. 22). Em um polo analítico oposta a Gorender (1980) o sociólogo Gilberto Freyre (2003) afirma que esse escravismo colonial foi o modo de produção preponderante de nossa história e "teve influência considerável […] sobre a estrutura das sociedades; na caracterização da sua fisionomia moral" (FREYRE, 2003, p. 32).

O Regime escravocrata, ou escravismo, portanto, foi a estrutura econômica que moldou e condicionou a consciência dos indivíduos e consequentemente o perfil das instituições, ou seja, as superestruturas (GORENDER, 1980, p. 23). Diante da evidência de que a estrutura econômica molda as relações sociais é inescapável a conclusão de que as estruturas mentais dessa sociedade baseada no trabalho escravo negro forjassem justificativas para a execução de suas tarefas. As leis, como vimos anteriormente, ilustraram os anseios de um grupo social que ansiava a montagem de um sistema econômico vantajoso, mas que necessitava de muitos braços. O próprio Rebouças foi taxativo em relação a isso. Citando o economista francês Jean Baptiste Say Rebouças dizia sobre o regime escravista:

> [...] resulta de tudo isso um sistema vicioso de corrupção, que se opõe aos mais belos desenvolvimentos da indústria. O escravo é um ser depravado, o senhor não é o menos; nem um nem o outro pode conseguir ser completamente industrioso, depravam até com o seu exemplo o homem livre, que não tem escravos. O trabalho não pode ser honrado no mesmo lugar em que é considerado infamante. Nos senhores a inatividade do corpo; com o chicote na mão fica o senhor evidentemente dispensado do trabalho de raciocinar! (SAY apud REBOUÇAS, 1883, p. 173)

Sílvio de Almeida (2018) nos diz que há três concepções de racismo; o racismo individual, que classifica o racismo enquanto uma ação de um sujeito, espécie de desvio moral ou patologia, que deve ser tratado nos marcos jurídicos de um crime individual. Nessa concepção moralista da questão não se faz uma "reflexão sobre seus efeitos concretos" (ALMEIDA, 2018, p.28). O racismo institucional é aquele que, mediante a ação das instituições visa gerar vantagem para um grupo racial determinado em detrimento de outro (ALMEIDA, 2018, p.29). A concepção estrutural, última delas, seria aquela que organiza todas as outras, seu âmago, o motor das manifestações institucionais e individuais. Segundo Almeida (2018) para que seja possível a existência de um racismo institucional antes é preciso que haja a "imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição" tendo em vista resguardar a ordem social (ALMEIDA, 2018, p. 36.

O caso André Rebouças, servem para expor a perpetuação das estruturas raciais e sua operação alguns espaços institucionais importantes. Nesse sentido, tudo o que foi falado até serve para expor a patente manifestação de um racismo estrutural da sociedade brasileira. Embora não possamos afirmar, categoricamente que Rebouças foi vítima do racismo institucional ou estrutural – unicamente pelo fato disso não ter sido declarado diretamente, pois em nossas relações raciais geralmente nunca o é –, o caso da demissão de Rebouças chama a atenção para a necessidade de se ler as narrativas com mais atenção ao papel das relações raciais. Fica nítido que o instrumental metodológico deve levar em consideração novas perspectivas analíticas. Como disse Machado de Assis no início deste capítulo, "Visões valem o mesmo que a retina em que se operam". Um novo olhar cria novas possibilidades explicativas para as diversas mazelas que se perpetuam entre nós, que tem como causa principal a hierarquia racial instaurada no início da modernidade. Ela coloca também toda uma nova dimensão de análise histórica de personagens negros que tem os seus "não ditos" não vistos por conta de uma perspectiva que, implicitamente, desqualifica as perspectivas que enfocam as relações raciais como exageradas ou militantes, sendo que ela nada mais é do que a raiz das relações sociais do país. A trajetória do engenheiro negro é análoga a de muitos outras e outros intelectuais ao longo do século e, inclusive nos tempos de hoje, perto de completarmos 133 anos de abolição da escravidão, temos a incomoda sensação de ainda sermos preteridos em entrevistas de emprego e bolsas de estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Os cargos Alfândega do Rio de Janeiro foram objeto de disputa política desde o período colonial. A faixa litorânea que se estendia do morro do Castelo até a enseada da Gamboa e da Saúde foi central para história econômica do Brasil. Auxiliado pelo trabalho de outros historiadores tentei apresentar um quadro minimamente compreensível do contexto em que a região se encontrava, de pano de fundo necessário para a compreensão do ponto de vista que adoto para a explicação da demissão de Rebouças.

A região onde as Docas da Alfândega e as Docas Pedro II se estabeleceram pertenciam as freguesias da Candelária e a de Santa Rita. Nesta última funcionou entre 1722 e 1831 o cemitério dos Pretos Novos. A região tem um valor simbólico incrível para

a história negra. É o lugar onde se localizava o maior mercado de escravos das Américas. Curiosamente as Docas de Pedro II, idealizadas por André Rebouças, erguem-se no local que foi para muitos africanos o ponto final da tenebrosa viagem.

Ao lado do antigo cais do Valongo, na atual Zona portuária do Rio de Janeiro, existe um armazém a moda inglesa, datado da segunda metade do século XIX, pertencente as Docas Pedro II, idealizada por Rebouças, destinada ao armazenamento dos produtos que entrariam ou sairiam por esse porto. Essa companhia tinha como um dos seus fundadores o engenheiro André Rebouças. De acordo com Milton Guran (2015), a região do Valongo e principalmente seu cais, enquanto local de memória não se restringe apenas as suas pedras, é todo o seu entorno, ou seja, a região em questão. Segundo Guran, o edifício das Docas Pedro II representa um monumento a capacidade dos descendentes de africanos de contribuírem decisivamente para a construção do país, não apenas pela força de suas pernas e braços, mas no sentido intelectual, de pensar um projeto de nação[43].

Rebouças tentou durante boa parte de sua carreira implementar uma perspectiva econômica liberal modernizante para o país. Era muito influenciado pelo espírito industrial Estadunidense e inglês, porém encontrava resistência a mudanças devido as tradições mercantilistas do país, que ele dominava de *espírito de rotina.* As suas críticas a esses setores se tornaram muito duras durante a passagem da década de 70 e 80 do século XIX. O engenheiro adotou nesse período posturas cada vez mais contrárias ao *establishment* senhorial como apontado por alguns autores. Esses autores costumam comparar a trajetória de Rebouças a de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, que não teve vida fácil em seus empreendimentos liberais.

A pergunta que fica é seguinte, seria plausível não levar em consideração a diferença fundamental entre os dois ao atribuir as causas de fracasso de Rebouças? Digo, fora apenas suas ideias políticas e econômicas as causas do fracasso empresarial do engenheiro negro? O que significava um engenheiro negro no posto de gerência de uma das instituições mais tradicionais e centrais para as receitas do Império?

A partir das reflexões feitas por Mbembe (2014) sobre os usos e sentidos da

43 Ver: *Memórias do Cais do Valongo.* Dir. Antônio Carlos Muricy e co-direção de Carlo Alexandre Teixeira. 28 min, 2015.

tecnologia social do racismo e sua importância para a criação e manutenção de uma hierarquia cultural que coloca o homem branco como modelo civilizacional, concluímos que Rebouças sofreu as consequências de ser um negro no mundo de brancos, experimentou o amargo dessa rejeição, sentiu-se um pária, porém "só deus o viu chorar" (Diário, 13/11/1871). Adotamos aqui o entendimento de que Rebouças, por ser negro, não era considerado pelos brancos como um semelhante, "mas como objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou que, simplesmente, é preciso destruir, devido não conseguir assegurar seu controle total" (MBEMBE, 2014, p. 25 – 26). Logo, não se trata de simples ciúme que motivaram os ódios da engenharia oficial contra Rebouças. Seria ingenuidade acreditar que a ascensão econômica de alguns mulatos tenha impedido que o racismo ainda fosse a força que mais operasse contra sua inserção em qualquer espaço de poder. A demissão do engenheiro parece ter sido resultado de um tipo de articulação política que envolvia interesses de outros engenheiros como Mariano Procópio, que segundo Rebouças, "estivera na Praça, propalando minha demissão" (Diário, 12/11/1871) e dos donos de trapiche.

Como disse Veríssimo (1938), contra André Rebouças havia mais ódio do que oposição de interesses. Não nos parece fora de contexto uma hipótese que aponte o caso do engenheiro como uma conjuração de dois mobilizadores, o econômico, por conta de sua filiação aos ideais liberais e sociológicos por conta das implicações de sua condição racial. Afinal, o que significava ser negro e livre nessa sociedade imperial e escravocrata? Qual seria o impacto do sucesso de Rebouças numa sociedade onde o modo de produção escravista criou um estilo de vida senhorial tão desprezível no desenvolvimento de outras formas de se produzir riqueza nesse país? O que essa movimentação contra Rebouças nos revela e pode nos ensinar, sobre a estrutura racial de nossa cidade e país? É importante entendermos qual o papel a raça teve na estruturação dos espaços de poder a fim de saber se ela é secundaria ou fator determinante na estruturação e organização da nossa economia. Essas questões ficam aqui em aberto para continuarmos a debatê-las no futuro.

Os obstáculos impostos a trajetória do engenheiro estão ricamente relatados em seus diários. Não há dúvida, porém, que o seu relato representa um limite por ser seu ponto de vista, a sua perspectiva, mas que não é o suficiente para uma compreensão total. Outras fontes precisam ser ouvidas e serão úteis para entendermos os imbróglios

existentes na tumultuosa relação entre Rebouças e seus contemporâneos. Em uma das anotações feitas na parte superior de seu diário – local reservado para as vezes para algumas reflexões – no dia 10 de novembro de 1871 Rebouças diz: "O Inspetor d'Alfandega continua a fazer guerra Cia. das Docas de Pedro II (negando-lhe o embarque de café)". Em outras oportunidades petições, portarias e resoluções aparecem como fragmentos ainda não explorados para melhor compor a história da demissão do engenheiro. Esses documentos podem revelar muito sobre as motivações de seus autores. Na biografia recente não encontrei menção a tais documentos ou relatórios. As obras sobre Rebouças não investigaram essa história, apenas a contaram.

Essas fontes podem ser a chave para a compreensão dos motivos que alteraram a trajetória de Rebouças, que chegou ao fim de forma trágica e solitária em 09 de maio de 1898, quatro dias antes do aniversário de dez anos da abolição da escravatura. Rebouças morreu na cidade do Funchal, Ilha da Madeira, seu corpo foi encontrado aos pés do penhasco onde se localizava o "*New Hotel Reid"*, sua casa no seu exílio voluntário. Não se sabe se Rebouças suicidou-se ou sofrera apenas um acidente. O antigo "New Hotel Reid*"* – atual "Belmond's Palace Hotel" – tem uma vista privilegiada para o oceano Atlântico sul. É uma coincidência que Rebouças tenha escolhido essa ilha do Atlântico entre a Europa, África e América para passar o que seriam seus últimos dias. Apesar de a ilha fazer parte do Estado português seu território não é uma extensão física dele, ela está na mesma longitude do norte da África, numa espécie de entre lugar. De acordo com os relatos dos que o viram em seus últimos dias, ele se encontrava em um estado de espírito agitado. De acordo com o relato do jornal local "O infeliz recebera hontem cartas do Brazil e, desde então mostrava-se sobremaneira preocupado" (Correio da Manhã, 09/05/1898). Talvez a última carta recebida por Rebouças mereça um pouco mais de atenção.

Figura 13: Vista oeste/este do Reid's New Hotel (atual Belmond Reid's Palace), Freguesia de São Martinho, Concelho do Funchal (entre 1891 e 1903).



Fonte: Acervo do Arquivo e Biblioteca da Madeira (Portugal).

Figura 12: Jornal Correio do Funchal, 09/05/1898.



Morte desastrosa

Esta manhã foi encontrado morto no mar, junto ao «New-Hotel-Red» o cadaver do subdito brazileiro, nosso hospde desde ha annos, dr André Rebouças.

Este cavalheiro que exerceu nos tempos do imperio um elevado cargo publico, apresentava desde ha tempos signaes de transtorno intellectual e suppõe-se que elle proprio se tenha atirado ao mar.

O infeliz recebera hontem cartas do Brazil e, desde então mostrava-se sobremaneira preoccupado.

Lamentamos esta desgraça e que a alma do infeliz descance em paz.

Fonte: Arquivo e Biblioteca da Madeira (Portugal)

Figura 14: Panorâmica da baía e cidade do Funchal, vista das imediações do Reid´s Palace Hotel (1910).



Fonte: Acervo do Arquivo e Biblioteca da Madeira (Portugal).

Por fim, a magnitude da figura, a sua representação social, o copioso material escrito que legou a posteridade em seus diários, correspondências, artigos publicados em periódicos técnicos e de opinião política e até um livro que escrevera durante sua passagem pelo continente Africano chamado "Entorno d'Africa 1889-1893: propaganda abolicionista socioeconômica – Antropologia – Botânica – Flora comparada do Brasil e d'Africa – Astronomia, Meteorologia, etc". De acordo com Hebe Mattos os originais não foram localizados entre os papéis que deixou (MATTOS, 2013, p. 24). Esperamos que esses arquivos possam estar apenas "perdidos" em alguma estante ou caixa aguardando a curiosidade de historiadores e historiadoras. A cada nova leitura dos fragmentos dos diários ou alguma nova bibliografia que surgia, novas questões iam se apresentando. Por conta desses fatores os resultados dessa pesquisa a tornam um trabalho aberto. Não tive nenhuma pretensão de esgotar as possibilidades de interpretação de sua trajetória. Como frisado nas primeiras linhas deste trabalho, ele não constitui uma biografia sobre Rebouças, tão pouco um libelo em sua defesa, mas apenas uma contribuição para o campo. Isso resume um pouco o processo deste trabalho, que entrou de um jeito e saiu de

outro do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais (PPRER), o que é extremamente gratificante.

Os grandes paradoxos da história, ou peças pregadas por ela, podem ser um bom final desta etapa do trabalho. É extremamente curioso e uma grande coincidência que a viragem de sua trajetória esteja relacionada com seu empreendimento na região do Valongo. A poucos metros do prédio das Docas Pedro II, projetado por Rebouças, ao qual as palavras de Taunay ainda servem de testemunho para aquele edifício "que até hoje não cedeu de si uma linha, uma polegada, e é verdadeiro padrão de glória da Engenharia brasileira" (TAUNAY, 1914, p. 117). Esse monumento está a poucos metros do antigo cais do Valongo. Tal coincidência (paradoxo) tem um valor simbólico muito grande, pois ao lado do porto onde muitos negros adentraram para um mundo de absoluto sofrimento, onde para outros representava o fim da jornada, pois não resistiam a penosa travessia e morriam assim que desembarcavam, outro negro descendente de africanos elaborou uma obra-prima da arquitetura de seu tempo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868 – 88). Companhia das Letras: São Paulo, 2015.

ASSIS, Machado. **O Velho Senado**. Brasília: Edições do Senado Federa., 2004.

_____. "Bons Dias!". *In* ASSIS, Machado. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Companhia José de Aguilar Editora, 1973, vol.III.

AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. São Paulo: Klick Editora, s/d.

BARATA, Mario. **Escola Politécnica do Largo de São Francisco**: berço da engenharia brasileira. Rio de Janeiro: Associação dos Antigos Alunos da Politécnica / Clube de Engenharia / MEC, 1973.

BASTIDE, Roger; FLORESTAN, Fernandes. **Brancos e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo, Cia. Editora Nacional, Coleção Brasiliana, vol. 305, 1959.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos:** Um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: SMC-DGDIC, 1992.

BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 251-580, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200011&lng=en&nrm=iso >. Acessado em 14/04-2020. <<https://doi.org/10.1590/S0102-01881998000200011.>>

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **População e Nação no Brasil do século XIX**. 1998. 241 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina (Org). **Usos e abusos da história oral**.8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOXER, C. R. **O Império Colonial Português (1415 – 1825)**. Lisboa: Edições 70, 1981.

BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em

«http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm». Acessado em 14/04/2020.

_____.Código Criminal do Império do Brasil (1830). Disponível em «http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm ». Acessado em 14/04/2020.

_____.Lei n. 3.310 de 15 de outubro de 1886. Revoga o art. 60 do Código Criminal e a lei n. 4 de 10 de junho de 1835, na parte em que impõem a pena de açoites. Disponível em: « https://goo.gl/NPbEqo ». Acessado em 14/04/2020.

CAMPELLO, André Barreto. **Manual Jurídico da escravidão**. 1ª ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. Não paginado.

CARVALHO, José M. (Org.). **Nação e cidadania no império:** novos horizontes. Civilização brasileira: Rio de Janeiro, 2007.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **O quinto século:** André Rebouças e a construção do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Medo branco de almas negras**: Escravos, libertos e Republicanos na cidade do Rio. Revista. Bras. de História, Campinas, v. 8, nº 16, p. 83 – 105, mar/ago. 1988.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.ote qa\BJ,.]COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais:** medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822 – 1930). Editora Record: Rio de Janeiro/São Paulo, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: Momentos decisivos. 2ªed. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979.

DIAS, M.; PRUDENTE, W. **Relatório Parcial da Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra no Brasil OAB/RJ**. Rio de Janeiro, p. 388. 2016.

DOLHNIKOFF, Miriam. **Império e governo representativo**: **uma releitura**. *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.52, pp.13-23. ISSN 0103-4979.«https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000100002.» Acessado em 14/04/2020.

DU BOIS, W. E. B. **As almas da gente negra**. Rio de Janeiro, 1999.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus**: O Sistema de Castas e Suas Implicações. São Paulo: EdUSP, 1997.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA, 2008.

FAZENDA, Vieira. Incendio da Camara (20 de julho de 1790). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, v. 140, t. 86, 1921.

FAZENDA, Vieira. Incendios antigos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, v. 143, t. 89, 1924.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERREZ, Gilberto. O que ensinam os antigos mapas e estampas do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, v. 268, Jul/Set, 1965.

FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

_____. **A nobreza da República:** notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro , v. 1, n. 1, p. 45-122, Dec. 2000. Disponível em: «http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2000000100045&lng=en&nrm=iso ».Acessado em 14/04/2020. «https://doi.org/10.1590/2237-101X001001002.»

_____. A noção de economia tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790 – 1820. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**: Decadência do Patriarchado Rural no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

_____. **Casa Grande e Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ªed. São Paulo: Global editora, 2003.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GORENDER, Jacob. **Escravismo colonial**. 3ªed. São Paulo: Editora Ática, 1980

GOUVÊA, Maria de Fátima S. **O império das províncias**. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2008.

GUHA, Sumit. **Beyond Caste**: Identity and Power in South Asia, Past and Present. Leiden: Brill, 2013.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: editora contexto, 2009.
JOBIM, Nelson; PORTO, Walter Costa. **Legislação eleitoral no Brasil do século XVI a nossos dias**. Brasília: Senado Federal, 1996.

JOBIM, Nelson; PORTO, Walter Costa. **Legislação eleitoral no Brasil:** do século XVI a nossos dias. (Vol. I). Brasília: Senado Federal, 1996.

JUCÁ, Joselice. **André Rebouças**: reforma e utopia no contexto do Segundo Império: quem possui a terra. Rio de Janeiro: Construtora N. Odebrecht, 2001.

LAMARÃO, S. T. de N. **Dos trapiches ao Porto:** um estudo sobre a área portuária, Rio de Janeiro, SMC-DGDIC, 2006.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dos trapiches ao porto:** um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 2006.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da moderação**. 2ªed. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993.

LESSA, C. André Rebouças: empresário e reformador social (Apresentação). In: JUCÁ, Joselice. **André Rebouças**: reforma & utopia no contexto do segundo império. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional: 1967.

MARINHO, P. E. **Ampliando o Estado Imperial:** Os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874 – 1888. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, UFF, Rio de Janeiro, 2008.

MARINHO, P. E. O instituto Politécnico Brasileiro: em busca de um locus para a nascente engenharia civil no Brasil Imperial, In: GESTEIRA, H. M.; CAROLINO, Luis Miguel; MARINHO, P. E. (Org.). **Formas do Império**: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil, Séculos XVI ao XIX. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p.475.

MATTOS, Hebe. **Das Cores do Silêncio**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 2013.

_____. Um livro "tolstoico" contra a "brutalidade yankee": Á África e a abolição da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia na escrita de si de André Rebouças (1870 – 1898), In: LIMA, Ivana S; GRINBERG, Keyla; REIS, Daniel A. (Org) **Instituições Nefandas:** O fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "Poder Senhorial, Estatuto Nobiliárquico e Aristocracia". In HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa, Editorial Estampa, vol. 04, 1993, pp. 333-379.

NABUCO, Joaquim. Carta de Joaquim Nabuco a José Veríssimo. **Revista do Livro**. Rio de Janeiro, ano 2, n.5, mar. 1957.

NASCIMENTO, Abdias do Nascimento. 1. ed. **O Genocídio do negro brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da terra**: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond/IPHAN, 2007.

PESSANHA, Andréa Santos. **Da abolição da escravatura à abolição da miséria:** a vida e as idéias de André Rebouças. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

PINTO, L. A. Costa. **O negro no Rio de Janeiro:** Relação de raças numa sociedade em mudança. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

PORTUGAL. Alvará de 12 de novembro de 1611. Forma das eleições de juízes e vereadores. **Coleção cronológica da legislação portuguesa compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva**. Legislação de 1603-1612. Lisboa, p. 314-316, 1854. Disponível em: «https://goo.gl/mMKUn3 ». Acesso em: 14/04/2020.

PRUDENTE, E. A. de J. O negro na ordem jurídica brasileira. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 83, p. 135-149, 1 jan. 1988.

RATTZ, Alex. **Eu sou atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Instituto Kuanza, 2006.

REBOUÇAS, André. **Agricultura Nacional**. [S.l.: s.n.], 1883.

REINGANTZ, Carlos. **Primeiras Famílias do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana, 1965.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil:** a história do levante dos malês (1835). 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, João José.; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito:** resistência negra no Brasil escravista. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIOS FILHO, Adolfo Morales de Los. **Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira**. Rio de Janeiro: Empresa a noite, 1941.

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. Vol. II. Tomo 2. A metafísica do latifúndio: O ultrareacionário Oliveira Viana. São Paulo: Editôra Nacional, 1988.

SÁ, Helena Cássia Trindade de. **A Alfândega do Rio de Janeiro**: da União Ibérica ao fim da Guerra da Restauração. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Noronha. **As freguesias do Rio Antigo**. Rio de Janeiro: Edições Cruzeiro, 1965.

SANTOS, Sydney M. G. dos. **André Rebouças e seu tempo.** Rio de Janeiro, s.n., 1985.

SILVA, Antônio C. H. da. **Por uma socionomia Oitocentista:** pensamento, vida e ação de André Rebouças, século XIX. Revista ABPN, v. 10, p. 08-25, 2018.

SILVA, Leonardo D. A atualidade de Joaquim Nabuco in: NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SILVA, Wallace Lopes. **Praças negras**: territórios e fronteiras nas margens da "pequena áfrica" de tia ciata (1890-1930). 124.f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), 2014.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Valongo, cais dos escravos:** Memória da Diáspora e modernização portuária na cidade do Rio de Janeiro (1668 – 1911). Relatório de Estágio de Pós-doutoramento. Programa de pós-graduação em arqueologia do Museu Nacional, Rio de Janeiro, março de 2013.

SOARES, Luís Carlos. **O "povo de Cam" na capital do Brasil:** A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Faperj-SeteLetras, 2007.

SPITZER, Leo. **Vidas de entremeio:** assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental 1780-1945; Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

SUBRAMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes toward a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. **Modern Asian Studies**, Vol. 31, nº 3, 1997, pg. 735 – 762.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1976.

TOUNAY, Alfredo. **André Rebouças**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1916, p. 115 – 124, tomo LXXVII, parte 2.

TRINDADE, Alexandro Dantas. **André Rebouças:** um engenheiro do Império. 1. ed. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2011.

VERIKAS, Eleni. Os refugos do mundo: Figuras do pária. **Estudos Avançados**, Vol. 24, nº 69, 2010.

VIEIRA, Nivea Silva. XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH). **André Rebouças**: o intelectual orgânico dos Negociantes, 2013.

XAVIER, Ângela Barreto. "O lustre do seu sangue": bramanismo e tópicas de distinção no contexto português. Tempo, Niterói, v. 16, n. 30, p. 71-99, 2011. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042011000100004&lng=pt&=isonrm >. acessos em 03 jul. 2020. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042011000100004

_____. "Languages of Difference in the Early Modern Portuguese Empire. The Spread of 'caste' in the Indian World", **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura** *Vol.* 43, Nº 2, 2016, p. 89-119.